



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA

---

GABRIEL FILIPE CASSOL CORTEZ FERREIRA

**O ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA  
LOCAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE  
MOURA-RO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

SETEMBRO DE 2020



**GABRIEL FILIPE CASSOL CORTEZ FERREIRA**

**O ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA  
LOCAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE  
MOURA-RO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para qualificação do Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional.

Orientadora: Professora Dra. Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

**CUIABÁ - MT  
2020**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

C345e Cassol Cortez Ferreira, Gabriel Filipe.  
O Ensino de História, Memória e História Local: um estudo do município de Rolim de Moura-RO / Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira. -- 2020  
127 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.  
Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. Currículo. 2. Ensino de História. 3. História Local e Regional. 4. Fontes Oraís.  
5. Rolim de Moura. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFHISTÓRIA -  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: ROLIM DE MOURA: O ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E  
HISTÓRIA LOCAL: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO**

**AUTOR (A): MESTRANDO (A) Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira**

Dissertação defendida e aprovada em 28 de Setembro de 2020.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA**

**EXAMINADORA**

Prof(a). Dr(a). Flávio Vilas-Boas Trovão -  
Presidente da banca Instituição:  
Universidade Federal de Rondonópolis

Prof(a) Dr(a) Beatriz dos Santos de Oliveira  
Feitosa - Orientadora Instituição:  
Universidade Federal de Rondonópolis

Prof(a). Dr(a). Vitale Joanoni Neto –  
Examinador(a) Interno(a) Instituição:  
Universidade Federal de Mato Grosso

Prof(a). Dr(a). Edison Antonio de Souza –  
Examinador(a) Externo(a) Instituição:  
Universidade do Estado de Mato Grosso

Prof(a). Dr(a). Plínio José Feix – Suplente  
Instituição: Universidade Federal de  
Rondonópolis

**Recomendações da Banca:**

Os arguidores solicitam que as observações sejam incorporadas na versão final a ser depositada.

Ciência do (a) Discente é realizada eletronicamente através do SEI.

Cuiabá/MT, 28/9/2020.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO VILAS BOAS TROVAO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 28/09/2020, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITALE JOANONI NETO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 22/10/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edison Antônio de Souza, Usuário Externo**, em 27/10/2020, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL FILIPE CASSOL CORTEZ FERREIRA, Usuário Externo**, em 12/12/2020, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2814433** e o código CRC **4F487D2F**.

## RESUMO

O Estado de Rondônia é um dos estados mais jovens do Brasil no que tange a sua emancipação. Por ter sido colonizado por migrantes que vieram de outras regiões e dada a sua história ser considerada recente, por vezes sua própria população não a valoriza. Essa situação tem reflexo direto no ensino de História de Rondônia, que por meio de uma lei, faz parte do currículo das escolas regulares de ensino médio. Até pouco tempo atrás, o ensino da disciplina tinha seu rigor alçado no fato de a Universidade Federal de Rondônia o cobrar como requisito no processo seletivo. Hoje, o ensino do local e do regional, além de demonstrar pouco interesse por parte dos educandos e por vezes trabalhoso para os professores, não tem qualquer base para o aprendizado da história dos próprios municípios, sobretudo os do interior. Tendo tais pressupostos em vista, o presente trabalho busca problematizar o ensino de história local e regional do município de Rolim de Moura com a proposta da criação de um material didático elaborado a partir de entrevistas com fontes orais delimitadas em cima da história do cotidiano do município ao longo dos anos de 1980. O material seria indicado para o trabalho com os estudantes ainda no ensino fundamental e partiria da ideia de aproximar e valorizar o local, demonstrando as mudanças pelas quais o município tem passado.

**Palavras-chave:** Currículo, Ensino de História, História Local, Regional, Fontes Orais, Rolim de Moura.

## ABSTRACT

The state of Rondônia is one of the youngest states in Brazil in terms of its emancipation. Because it was colonized by migrants who came from other regions and given its history being considered recent, sometimes its own population does not value it. This situation has a direct impact on the teaching of History of Rondônia, which through a law is part of the curriculum of regular high schools. Until recently, the discipline's teaching had its rigor raised in the fact that the Federal University of Rondônia demanded it as a requirement in the selection process. Today, local and regional teaching, besides showing little interest on the part of the students and sometimes laborious for teachers, has no basis for learning the history of the municipalities themselves, especially those in the interior. With these assumptions in mind, the present work seeks to problematize the teaching of local and regional history of the municipality of Rolim de Moura with the proposal of creating a didactic material elaborated from interviews with oral sources delimited on the daily history of the municipality throughout the 1980s. The material would be indicated for work with students still in elementary school and would start from the idea of approaching and valuing the local, demonstrating the changes that the municipality has been going through.

**Keywords:** Curriculum, History Teach, Local, Regional History, Oral Sources, Rolim de Moura.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente, ao apoio incondicional desde o início desse processo dado pela minha mãe, Marisa Cassol. Do sonho de cursar história, a graduação, a atuação em sala de aula e a grande mudança que envolveu se mudar e cursar as disciplinas do Mestrado. Sempre tive sua confiança, mesmo nos momentos em que estive a ponto de desistir e sem sua tutela nada disso teria sido possível, dedico essa conquista inteiramente a ela por sonhar junto comigo. Agradecer a minha família, que esteve comigo nesse processo e que acompanhou de perto toda essa jornada e meu crescimento junto a ela.

A Nayhara São José Rabito, que em todos os anos de relacionamento viveu boa parte desse sonho profissional junto comigo e vivenciou tanto as dificuldades quanto as conquistas, me apoiando sempre. Ao meu primo, Gustavo Peres Cortez Ferreira, que tornou todo esse processo bem menos complicado e a quem eu devo gratidão eterna na construção desse trabalho. Aos meus amigos mais próximos, que vivenciaram comigo a construção desse projeto.

A equipe do Colégio Benedito Cruz, onde iniciei minha carreira como professor e a quem desde os primeiros momentos em sala de aula depositou sua confiança em meu trabalho. A todos os alunos que já passaram por minhas mãos e aos atuais, por toda a inspiração, motivação e a quem eu dedico a construção da minha pesquisa. Aos meus professores, em especial do ensino médio, que me inspiraram a seguir vossas carreiras.

A minha orientadora, Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa que apesar da distância e de todas as dificuldades, esteve comigo durante todo esse processo e cujo sem a luz nos momentos de mais dificuldade de minha escrita, soube contornar comigo todos os problemas.

Aos coordenadores do programa PROFHISTORIA, professora Ana Maria Marques e posteriormente ao professor Renilson Ribeiro, por realizarem um excelente trabalho. Aos professores que tive ao longo do processo, em especial ao professor Flávio

Vilas Boas Trovão, Osvaldo Rodrigues Junior e Vitale Joanoni Neto cujo ensinamentos foram verdadeiras inspirações.

Por fim, à todos meus colegas de curso, que dividiram com muito carinho e amizade as noites de sextas, manhãs e tardes de sábado minha admiração e agradecimentos, sobretudo, aos que levo como meu círculo particular de confrades Jhuan Cláudio Matos de Oliveira, Carlos Eduardo de Andrade Marchi, André Brito, Jussandro Ferreira de Melo, Renato Cavalcante Da Silva, Igor Iury Jurubeba Santos e José Ricardo Costa Miranda. A vocês meus camaradas, *Salut!*

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Localização e Mapa do Estado de Rondônia .....	31
Figura 2 – Mapa da Amazônia Legal .....	32
Figura 3 - Cidade de Rolim de Moura - RO .....	63
Figura 4 - Vista parcial do ponto de para de ônibus – 1984 .....	73
Figura 5 - Vista a frente da Praça dos Imigrantes e ao fundo a construção da Igreja Matriz .....	74
Figura 6: Praça de 05 de agosto .....	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABHO	Associação Brasileira de História Oral
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
CAN	Colônias Agrícolas Nacionais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOHA	International Oral History Association
LDB	Lei de diretrizes básicas da educação
PAD	Projetos de Assentamento Dirigidos
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PIC	Projetos Integrados de Colonização
RESEX	Reservas Extrativistas de Seringa
RO	Estado de Rondônia
SPI	Serviço de proteção ao índio
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - FONTES ORAIS E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRICA LOCAL....	17
CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA .....	31
CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DA CIDADE DE ROLIM DE MOURA .....	62
III.I - Rolim de Moura nos anos 80: dos grandes processos migratórios ao surto madeireiro	65
III.II - Rolim de Moura: primeiras impressões, sonhos e cotidiano dos migrantes.....	71
CAPÍTULO IV - ENSINAR HISTÓRIA: O REGIONAL E A ORALIDADE.....	92
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	97
ANEXOS .....	106

## INTRODUÇÃO

A Lei complementar 41 de 1981, elevaria aos 22 dias do mês de dezembro, Rondônia a condição de Estado. Outrora Território Federal, Rondônia é um dos estados mais jovens da nação e por vezes há um discurso de que não tem uma história tal qual outros estados, ou que pelo menos dada a sua recente ocupação, por vezes não recebe os devidos créditos por boa parte da população rondoniense acerca de seu processo histórico. O que boa parte da população sabe sobre a história de seu próprio estado tem relação com a promulgação da Lei nº 16 de 1983 onde o governo do estado estabelecia o ensino obrigatório de uma disciplina escolar própria para o aprendizado da História de Rondônia nas escolas de Educação Básica do Estado.

Geralmente orientada nos currículos dos anos finais do Ensino Médio, a História de Rondônia tal qual é chamada, nem sempre recebe a devida atenção por parte das escolas e redes de ensino do Estado por diversos motivos. Por vezes os professores não possuem uma qualificação para a disciplina, pois não é incomum que sejam trabalhadas por professores que nem sempre são licenciados em história, sendo essa a realidade de muitas escolas do Estado. Essa situação estimula uma espécie de ensino bem superficial se comparado ao que realmente deveria ser conduzido na disciplina, onde somente situações que por si só já merecem destaque, como a construção das Linhas de Telegráficas ou a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ou mesmo processo de colonização e ocupação do Estado ocupam posição de destaque nas aulas e são recebidas pelos alunos de maneira como algo que é sempre repetido.

Outra situação que dificulta o trabalho da disciplina em sala é a ausência de um material adequado para a condução da mesma, uma vez que cabe a responsabilidade de cada instituição e professor elaborarem plano e materiais a serem disponibilizados para os alunos, ignorando o fato da ausência da capacitação adequada por parte dos professores e gestão, falta de estímulo ou mesmo o fato das realidades das escolas rondonienses serem extremamente variadas, se compararmos escolas de centro das principais cidades com escolas de municípios mais interioranos.

Nos últimos anos, o estudo da Disciplina teve sua importância restrita ao fato de se cobrarem, tanto no vestibular da Universidade Federal de Rondônia quando nos mais

diversos concursos públicos ofertados pelo Estado, conteúdos relacionados a história estadual. Com o advento do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) substituindo o processo seletivo das universidades, como fora o caso da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) a importância em se ensinar a disciplina se torna ainda mais diminuta dentro dos currículos escolares, sobretudo de escolas particulares onde o foco dos alunos recai no ingresso as Universidades e não a prestação de concursos públicos. A falta de incentivo nos currículos, o desinteresse da sociedade e a falta de um material que de melhor suporte aos professores para se trabalhar essas perspectivas faz com que jovens muitas vezes conheçam mais sobre a história de outros Estados do que o próprio, estimulando a ideia de que a História Geral é mais importante, ou mesmo a que grandes eventos brasileiros são mais interessantes e/ou importantes.

Essa situação se aprofunda no que tange a história dos municípios. Boa parte dos municípios do estado são pequenos e geralmente se localizam no interior. Não é incomum encontrarmos memorialismos de cada uma dessas cidades, livros que foram escritos e elaborados por ditos pioneiros, que nem sempre representam uma versão mais aprofundada dos acontecimentos, ou mesmo só narram aquilo que fez parte da vivência de quem os escreveu. Ao elencar todas as dificuldades relacionadas ao ensino da história do estado, o ensino dos municípios, sobretudo os menores, sequer são ensinados nas escolas e o que os alunos sabem, muitas vezes, é o que ouvem em casa pelos pais, ou avós quando há gerações já residem ali.

A proposta desse trabalho se encontra no fato de tentar minimizar essa situação, estimulando a construção de um material paradidático acerca da história do cotidiano do município de Rolim de Moura na década de 80. Antes pertencente a administração do município de Cacoal, Rolim de Moura fora emancipada no dia 5 de agosto de 1983 e no decorrer dos anos 80 recebeu uma grande quantidade de imigrantes de diversas regiões do Brasil.

O material didático contará com suporte no que há de oficial produzido pelo município, com relatos orais de indivíduos que migraram ou viveram na cidade no decorrer da década de 80. Ainda na proposta, esse seria trabalhado desde o Ensino Fundamental, e não só no médio como é o de História de Rondônia e além dos relatos, conteria fotos fornecidas pelos próprios entrevistados demonstrando como a cidade tem

se transformado ao longo desses anos, estimulando a sensação de pertencimento, curiosidade e importância em se aprender o particular dos estudantes.

O primeiro capítulo da dissertação fora construído com base em uma discussão metodológica acerca da utilização de fontes orais. Essa discussão contemplará o trabalho com a história oral, um pouco sobre o histórico das pesquisas orais no Brasil, instrumentalizados por autores que se dedicaram a temática, e a maneira como as entrevistas devem ser realizadas e uma discussão a respeito da narrativa e a memória das pessoas entrevistadas. Entre os autores citados, destacam-se as obras de Alberti (2008), Delgado (2010) e Montenegro (2018). Nesse caso, a princípio seriam realizadas cinco entrevistas, mas por conta de algumas situações relatadas a seguir somente quatro indivíduos foram entrevistados.

O segundo capítulo da dissertação foi feito com base em um levantamento de dados do que já se tem produzido de história de Rondônia, desde as primeiras incursões portuguesas e espanholas até uma contextualização mais recente que data os anos 2000. As leituras tiveram como base a documentação oficial, autores que trabalharam paralelamente a história do estado bem como dissertações e livros que foram construídas com base a essa temática. Destacam-se as obras de Théry e Marta como grandes contribuições para as discussões conduzidas ao longo do capítulo.

O terceiro capítulo será o da construção da história do município, onde foram utilizadas como referência pesquisas de autores que se dedicaram sobre ao tema, bem como o resultado das entrevistas propostas ao longo do segundo capítulo. Essas entrevistas passaram por um processo junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Área das Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso via Plataforma Brasil, que durou oito meses para ser aprovado. A primeira submissão a plataforma ocorreu em setembro de 2019 e a mesma foi aprovada em abril de 2020. Entre as dificuldades encontradas apontam-se e as várias devolutivas da plataforma quanto a necessidade de adequar os documentos necessários para a aprovação da pesquisa. Vale ressaltar que os nomes inicialmente pensados para realização da pesquisa, bem como a quantidade de cinco para quatro entrevistas, também tiveram de ser readequados por conta da morosidade do processo de aprovação da pesquisa junto ao CEP e as medidas de segurança e saúde pública estabelecidas a nível federal, estadual e municipal por conta da pandemia do COVID-19. Algumas entrevistas foram feitas por

vídeo conferência e alguns entrevistados foram substituídos por se encaixar no rol de pessoas no grupo de risco.

O quarto capítulo tem como proposta a elaboração de um material paradidático para ensino da história do estado e do município da década de 1980 no ensino fundamental. A presente pesquisa tem como objetivo a construção de um conhecimento com base nos documentos oficiais, livros e publicações sobre o tema e entrevistas com quatro indivíduos.

A escolha do tema e a construção de um material paradidático parte de dois princípios: a vontade em elucidar uma história diferente da proposta na documentação dita oficial do município, que tende a ter um viés essencialmente político com características econômicas no mínimos superficiais, seguindo o caminho da oralidade de agentes que vivenciaram a formação e desenvolvimento do mesmo, e a outra perspectiva recai na proposta didática de um material acessível aos alunos da educação básica, bem como da sociedade em geral, que demonstrasse por meio dos relatos dos indivíduos escolhidos e pela seleção de imagens as transformações sofridas por nosso município ao longo dos anos 80, quando Rolim de Moura conquistou sua emancipação e recebeu os maiores processos migratórios.

O ensino de história é uma questão de cidadania, que envolve o reconhecimento do aluno dos processos, pessoas e situações envolvidas na construção de uma sociedade. Ao entender os processos de ocupação e povoamento do Estado de Rondônia os alunos serão capazes de se identificar dentro dessa trajetória e ter pensamento crítico suficiente para compreender os erros e acertos dessa história. Trabalhos como esse são de suma importância para a academia, porque podem servir de suporte para que outros pesquisadores de outras cidades criem condições parecidas para que seus alunos reconheçam as nuances da história do local onde residem.

## CAPÍTULO I - FONTES ORAIS E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRICA LOCAL

O Estado de Rondônia é um dos mais novos da federação no que tange a emancipação e ocupação, se comparado a outros estados do litoral no Brasil, por exemplo. Essa particularidade faz com que o registro e a documentação de sua história seja na maioria dos casos algo que lembra um memorialismo raso, ou ainda, sua escassez de pesquisa e trabalhos tornam, o que Delgado afirma ser a visão e a representação que os homens que constroem das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história, privilegiando certos acontecimentos e situações em detrimento de outros.<sup>1</sup> Essa situação é realidade em inúmeras localidades do país, como é o caso do município de Rolim de Moura no interior do Estado. Partindo dessa premissa, o uso da história oral como metodologia e um trabalho realizado por um historiador, seria de acordo com Santos uma forma de a pesquisa histórica recuperar a importância das experiências individuais e das situações singulares, privilegiando a dimensão do vivido.<sup>2</sup>

Ainda no que tange ao fato de criar a possibilidade de setores da sociedade para que contêm e expressem suas visões e versões históricas Alberti sugere a reflexão de que em muitos casos, essa dita história dos excluídos versus a história das elites acabam por diluir a importância da história oral como fonte e não necessariamente reforçam a ideia de democracia.<sup>3</sup> A questão mais clara é a tentativa de se registrar experiências e vivências de diversas pessoas, não importa em si qual camada social pertencem, e assim ter uma perspectiva que leve em consideração diversos pontos de vistas.

Como metodologia de pesquisa, a História oral chega ao Brasil em meados da década de 1970 uma experiência que já dava passos largos no exterior. Entretanto, só se consolida no Brasil nos anos 1980, quando muitos cursos de história no Brasil passam a oferecer programas de História Oral para diferentes temas de estudo.<sup>4</sup>

Esse crescimento de interesse pela metodologia e possíveis temáticas continua ganhando espaço no decorrer dos anos 1990, sobretudo por influência exterior,

---

<sup>1</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003. p. 10.

<sup>2</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005. p. 02.

<sup>3</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 157-158.

<sup>4</sup> Ibid., p. 160-161.

denominada quarta geração,<sup>5</sup> e como consequência há a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e a International Oral History Association (IOHA).

Ao longo de seu desenvolvimento como metodologia ou técnica, as fontes orais enfrentaram a resistência de pesquisadores ligados a ideia de que a narrativa histórica só se faz com documentos escritos. Dentro dessa concepção, reside a premissa defendida por eles de que a memória humana é muito frágil e assim sendo ela coloca em credibilidade a fragilidade da memória humana o que pode contribuir para que a fonte seja uma mera invenção para atender os interesses do pesquisador.<sup>6</sup>

De acordo com Prins a memória não seria digna de confiança e o autor a compara com um teto inseguro no que tange a outros tipos de documentos, como por exemplo os escritos.<sup>7</sup> Conforme o autor, a ausência de um tempo serial, de uma cronologia que é tão essencial aos historiadores mais tradicionais, a exemplo de como funciona o calendário não é algo presente entre as fontes orais, estas possuem uma forma que não é fixa e por vezes imprecisa, essa situação em especial afastavam a utilização dessas fontes pois não seriam capazes de explicar as mudanças, que na observação feita por ele, é o que os historiadores mais estudam.<sup>8</sup>

Conforme Selau os críticos de fontes orais falam sobre a acessibilidade para sua aceitação, devido ao fato desses documentos dificilmente serem encontrados em arquivos públicos para consulta, diferentemente dos escritos.<sup>9</sup> Essa dita insistência, segundo Alberti, na utilização de documentos escritos como os únicos sendo confiáveis e capazes de explicar o enredo histórico é uma permanência da história positivista que insistia na ideia de imparcialidade do historiador.<sup>10</sup> De acordo com Montenegro a influência do modelo positivista vinha com a tentativa desse de aproximar as pesquisas históricas ao mesmo modelo aplicado nas ciências naturais e exatas.<sup>11</sup> Segundo o autor:

---

<sup>5</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. p. 219.

<sup>6</sup> Ibid., p. 219.

<sup>7</sup> PRINS, Gwyn. História Oral in BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 188.

<sup>8</sup> Ibid., p. 180.

<sup>9</sup> Ibid., p. 219.

<sup>10</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 163.

<sup>11</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**. 1 ed., 1ª reimpressão – São Paulo - Editora Contexto, 2018. p. 23-24.

Essa visão do conhecimento partia do pressuposto de que havia um mundo pronto e acabado diante de nós e que para conhecê-lo, bastava utilizar o método corretamente. Em outros termos, conhecer era aplicar o método científico que possibilitava descobrir as leis e as verdades prontas e acabadas que governavam o mundo.<sup>12</sup>

Ao associar a ideia da fragilidade humana e dada a dificuldade em se acessar as fontes produzidas oralmente, pois essas fontes seriam incertas e passíveis de deturpações, relatos de tradição oral, histórias de vida ou temáticas, prontuários de hospitais, literatura ou até fotografia não se constituíam como fontes para o trabalho de um historiador.<sup>13</sup>

Essa mudança de paradigma sofre importantes modificações a partir dos anos 1980, onde outras temáticas, como a História do Tempo Presente ganham espaço e podem ser abordadas por fontes orais. Ainda nesse sentido, é importante ressaltar que uma pesquisa que faz uso dessa metodologia pode e dialoga com outras disciplinas, como a Sociologia, a Antropologia e contribuem para melhor aceitação por parte de outros pesquisadores.<sup>14</sup> É importante frisar a ideia de que a opção do uso de fontes orais, seja pela escassez das escritas ou pela óbvia opção de dar voz a pessoas diferentes, ainda se encaixa no fato de que isso necessariamente não exclui os documentos escritos, pelo contrário, esse diálogo com outras fontes se faz necessário<sup>15</sup>.

No caso de Rolim de Moura, existem trabalhos e artigos escritos acerca da história do município, e que em boa parte vão de encontro aos objetivos do trabalho no que tange ao processo de imigração e o crescimento econômico associado a madeireira. Existe ainda um livro publicado por um dos ditos pioneiros da região, o sr. Ovídio Amélio de Oliveira, com título *Evolução Histórica e Geografia de Rolim de Moura*, onde algumas informações também foram utilizadas para construir aspectos da história da região ao longo dos 1980. Em geral, a utilização desse material escrito foi importante para corroborar com as informações narradas pelos entrevistados.

Tais mudanças estimularam o surgimento novas temáticas de estudo, bem como a utilização de outras ciências como apoio para produção dessas novas pesquisas levou um certo tempo, segundo Alberti. Para a autora alguns anos se passaram para que se

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 24.

<sup>13</sup> Ibid., p. 25.

<sup>14</sup> Ibid., p. 163-164.

<sup>15</sup> ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Universidade Federal de Uberlândia, 2016. p. 7.

reconhecessem as oportunidades e potencialidades dessa metodologia que deixava de lado uma ideia de história única para dar espaço a múltiplas histórias e memórias acerca de uma determinada sociedade.<sup>16</sup>

Ainda sobre a opção da utilização de fontes orais, as pesquisas realizadas nestes moldes não resultam necessariamente em um trabalho diferenciado do que vem sendo apresentado por outros historiadores, pelo contrário, continua sendo um trabalho de história e, portanto, merece o mesmo rigor científico de análise.<sup>17</sup> De acordo com o Selau:

A história oral pode ser entendida como uma metodologia capaz de contribuir para esta atividade de análise das memórias por intermédio das entrevistas realizadas com pessoas de um determinado grupo, envolvido com temas de interesse para a pesquisa em desenvolvimento pelo profissional em história.<sup>18</sup>

Para o uso dessa metodologia de trabalho alguns cuidados devem ser tomados no que tange a condução da pesquisa com o rigor de pesquisa necessário. Alberti sugere que o trabalho realizado a partir de fontes orais se divide em algumas etapas: elaboração do projeto e a sua gravação (que seria a preparação das entrevistas); a confecção do documento escrito; e sua análise.<sup>19</sup> No decorrer da preparação das entrevistas e confecção do projeto, há a necessidade de se conhecer os objetivos das quais a pesquisa exigirá os dados, e uma vez que o intuito dessas entrevistas é de fornecer e desvendar versões sobre temas específicos, como o cotidiano de vida de uma determinada cidade<sup>20</sup> o teor mais adequado dessas entrevistas seria o temático.

Para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma "extraído" da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 158.

<sup>17</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. p. 217.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 221.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 171.

<sup>20</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral - memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 22-23.

<sup>21</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 175.

Ainda no que tange a opção por uma temática em especial, e nesse caso o cotidiano de uma cidade, de acordo com Santos e Araújo “os detalhes da história pessoal do narrador só interessam quando se relacionam, ou revelam, aspectos úteis à informação temática.”<sup>22</sup> Delgado chama atenção para o fato de que as entrevistas fornecem suporte ao projeto e não são necessariamente as fontes principais da pesquisa, uma vez que complementariam informações recolhidas por outras fontes.<sup>23</sup> No caso dessa pesquisa, as fontes orais ocupam papel de destaque, uma vez que objetivamente fornecem as informações necessárias para a construção da história do município e o cotidiano da cidade ao longo dos anos 1980, diferente de outras fontes escritas utilizadas, que em geral deram suporte aos motivos da migração e a formação do município.

O estudo prévio sobre o tema elencado no projeto é crucial para o êxito na obtenção de e otimização das informações bem como a elaboração de um roteiro geral prévio que tem como intuito sistematizar as informações já conhecidas. Ao elaborar o projeto de pesquisa é impossível estabelecer uma quantidade de entrevistados, algo que ocorre da necessidade no decorrer dos estudos, entretanto nesta etapa é possível elaborar uma lista dos potenciais entrevistados e o seu consequente grau de importância.<sup>24</sup> Os entrevistados cuja informações foram utilizadas para a construção da pesquisa e consequente elaboração do material possuem perfis e realidades socioeconômicas distintas, além de serem diferentes quanto a sua idade e os potenciais motivos que levaram a mudança para a região. Nesse sentido, a quantidade de pessoas entrevistadas deve ser suficiente para a formação de material que permite comparações, divergências e construção de evidências. Algumas pessoas ditas chaves são de extrema importância, bem como contato inicial com elas, pois podem servir como referência para seleção de mais entrevistados.<sup>25</sup>

A relação que se estabelece entre pesquisador e testemunho ou entrevistador e entrevistado é algo que merece atenção e cuidado por quem opta por esse tipo de trabalho. Conforme Alves, o sucesso de uma entrevista começa antes do processo ser realizado, na

---

<sup>22</sup> SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, 2007. p 197.

<sup>23</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 22.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 175-176.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 25.

preparação onde se torna necessário compreender a realidade do sujeito entrevistado<sup>26</sup>. Essas entrevistas seguiram uma lógica um pouco diferente da discutida nas bibliografias por conta de todo o contexto envolvendo o isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19. Elas exigiram um repensar sobre o local e sobre os cuidados sanitários envolvendo o contato com as pessoas, que insistiram em fazer de forma presencial. Por outro lado, tive a oportunidade de fazer duas entrevistas via web conferência, demonstrando ser uma alternativa a qualquer problema envolvendo o contato pessoal.

A preparação de entrevistas de História oral inclui, pois, uma pesquisa exaustiva sobre o tema e sobre a vida dos entrevistados, a sistematização dos dados levantados e a definição clara dos problemas que se está buscando responder com a pesquisa. Essa preparação dá ao entrevistador segurança no momento de realização da entrevista.<sup>27</sup>

De acordo com Delgado, essa preparação, ou esses roteiros devem conter a síntese de informações recolhidas em fontes bibliográficas primárias e, somente após o contato inicial com os entrevistados, os roteiros serão especificados e individualizados de acordo com as necessidades.<sup>28</sup>

Conforme observações de Santos e Araújo esses primeiros encontros são importantes para o estabelecimento de um clima de confiança, respeito e compromissos entre o pesquisador/entrevistador e o narrador/entrevistado.<sup>29</sup> Nesses primeiros momentos é importante destacar a relevância dos depoimentos dos sujeitos selecionados, explicando os objetivos da pesquisa, as formas em que serão divulgados os resultados dos depoimentos, sejam eles artigos, documentários, armazenamento para pesquisas futuras, e por fim instituição na qual o pesquisador está vinculado.<sup>30</sup>

O contato inicial e a elaboração de um roteiro individualizado também podem ser auxiliados pelo simples fato de se conhecer o máximo de informações possíveis sobre quem irá se entrevistar. Conforme Alberti, caso o entrevistado disponha de uma espécie de um currículo, o estudo de sua biografia é importante, uma vez que conhecendo a

---

<sup>26</sup> ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Universidade Federal de Uberlândia, 2016. p. 4.

<sup>27</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 177.

<sup>28</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 26.

<sup>29</sup> SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. **História oral: vozes, narrativas e textos**. Cadernos de História da Educação, v. 6, 2007. p. 197.

<sup>30</sup> Ibid., p. 26.

cronologia de sua vida pode ajudar a formular informações para o roteiro individual.<sup>31</sup> Acerca das indicações a esse contato social, Delgado chama atenção para o fato de ter-se o cuidado para não se criar falsas expectativas nos entrevistados, por exemplo, no que tange a possível conversão do trabalho em um livro de história e vida, uma vez que esse não é o objetivo do estudo em si.<sup>32</sup>

A preparação de entrevistas de História oral inclui, pois, uma pesquisa exaustiva sobre o tema e sobre a vida dos entrevistados, a sistematização dos dados levantados e a definição clara dos problemas que se está buscando responder com a pesquisa. Essa preparação dá ao entrevistador segurança no momento de realização da entrevista.<sup>33</sup>

O sucesso de uma entrevista em história oral também depende muito de como ela acontece exigindo do pesquisador uma série de cuidados que vão desde a forma de agir a detalhes que podem garantir um ambiente mais tranquilo e propício a fala de seus entrevistados, segundo Santos e Araújo o local da realização da entrevista e o horário estabelecido devem ser planejados com cuidado. Em uma entrevista em especial, o sujeito insistiu que fosse feito de forma presencial, e o local onde conversamos era aberto e próximo à rua, o que na hora da transcrição se tornou um desafio visto que havia uma série de barulhos externos além da voz do entrevistado. É sempre importante ao início da entrevista explicar os objetivos que estão sendo pretendidos com a fala do sujeito e para que finalidade ele se destina.<sup>34</sup>

No decorrer da entrevista, o roteiro feito em base dos objetivos da pesquisa deve servir como guia de informações a serem recolhidas pelo pesquisador, entretanto ele não deve servir como questionário onde somente o que foi proposto ali deve ser abordado de forma limitada. Segundo Delgado as entrevistas devem fluir ao passo que perguntas longas e indireta devem ser evitadas, elas devem servir como ato de provocação, estimulando o entrevistado a falar espontaneamente.<sup>35</sup> Ainda é necessário se ater a questão do tempo nas entrevistas, ao qual deve ser longo evitando aqueles de modelo

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 177.

<sup>32</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 26.

<sup>33</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 177.

<sup>34</sup> SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, 2007. p. 198.

<sup>35</sup> Ibid., p. 27-28.

jornalístico que em geral são limitados devido as circunstâncias. O pesquisador também deve ser sensível o bastante a fala de seu interlocutor pelo fato de que ênfases, repetições ou silenciamento quando confrontado acerca de um tema podem ser aspectos que revelam detalhes importantes acerca do tema estudado.<sup>36</sup> No caso, a opção por história temática proporciona a entrevista realizada com mais de um sujeito, o que enriquece as comparações e as informações que podem ser adquiridas com as entrevistas, portanto segundo Santos:

Deve-se evitar a tentação de se reduzir os depoimentos a um único texto; as dissemelhanças e particularidades de cada depoimento assinalam a diferença, elemento portador do sentido (intenção) que cada entrevistado atribui às suas lembranças e a si mesmo, considerando que se trata de alguém solicitado a manifestar-se sobre sua vida ou sobre acontecimentos que tenha testemunhado.<sup>37</sup>

Onde outrora essas distorções e falhas da memória humana eram consideradas como falhas dessa metodologia, hoje essa subjetividade, como afirma Alberti, serve para levar a uma melhor compreensão de valores e ações coletivas de um outro tempo.<sup>38</sup> Nesse sentido, ao se analisar o resultado das entrevistas, o que é dito pelos interlocutores não pode nem ser levado como uma reprodução da verdade e nem o oposto, se trata apenas de uma realidade elaborada por cada entrevistado, conforme observado por Santos.<sup>39</sup>

As resultantes dessas gravações devem ser transcritas antes de serem analisadas o que pode se tornar um trabalho dispendioso e complicado, dado a fato de que algumas entrevistas podem chegar a ter horas de duração. Apesar de ter um caráter semiestruturado, em alguns momentos, os entrevistados começavam a falar sobre histórias de família e vida, citando situações e pessoas como se fossem de conhecimento de ambos, pelo fato de morarmos na mesma cidade. Entretanto, é importante que esses depoimentos sejam transcritos de forma a respeitar a fidelidade de tudo o que foi dito e uma série de recursos e técnicas podem ser utilizadas para dar maior grau de fidelidade a

---

<sup>36</sup> Ibid., p. 178.

<sup>37</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história.** Curitiba: DAP, 2005. p 09.

<sup>38</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História.** PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 166.

<sup>39</sup> SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história.** Curitiba: DAP, 2005. p 06.

essas transcrições, como por exemplo o uso de reticências para silêncios, negrito para trechos de forte entonação entre outras maneiras.<sup>40</sup>

Apesar das dificuldades que são inerentes a transcrição e posterior análise dessas entrevistas, Alberti afirma que para cada uma hora de entrevista são necessárias cerca de cinco horas de análise e transcrição,<sup>41</sup> os resultados que podem ser obtidos fazem todo o trabalho ter uma resultante no mínimo interessante no trabalho de um pesquisador, pois a riqueza de detalhes e versões que podem ser obtidas podem surgir como alternativas para reinterpretação de assuntos já estudados bem como oportunizar estudo de novas temáticas.<sup>42</sup> De fato, em algumas entrevistas, por conta da qualidade do áudio, realizado por captações em ambientes abertos, o tempo de transcrição se tornou superior ao mencionado anteriormente.

A falta de cuidado ao elaborar, realizar e tratar as entrevistas converge no que Selau afirma ser uma das críticas aos historiadores que fazem recurso a oralidade, pois na pressa em divulgar seus resultados, os pesquisadores não realizam a necessária análise das fontes.<sup>43</sup> A opção em se trabalhar com fontes orais, mesmo com o rigor científico que qualquer metodologia carece não faz com que essas fontes sejam imunes a críticas, pelo contrário, essa é uma ação necessária tanto em fontes escritas como também em fontes orais.<sup>44</sup>

A investigação do passado é uma tarefa complexa, porque parte de um tempo que já se passou e que envolve muitos locais, pessoas e interesses diversos, ou nas palavras de Delgado “o passado apresenta-se como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. Buscar compreendê-lo através da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado.”<sup>45</sup>

Dessa forma, o profissional de História, ao dedicar-se à produção de fontes orais e ao engajar-se na defesa da preservação documental e do patrimônio cultural, investe seu esforço no que podemos denominar de

<sup>40</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 29.

<sup>41</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 180.

<sup>42</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 30.

<sup>43</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. p. 225.

<sup>44</sup> Ibid., p. 221.

<sup>45</sup> Id. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003. p. 13-14.

memória estimulada ou induzida. Ou seja, mediante esse trabalho retira da memória seu caráter espontâneo, transformando-a em fonte para produção de conhecimento intelectual.<sup>46</sup>

Nesse processo de pesquisa feito por um historiador que utiliza a metodologia oral, Aberti sugere que um dos seus principais alicerces seja a narrativa. Ainda segundo a autora, um acontecimento não pode ser transmitido por um entrevistado sem que seja narrado e nesse sentido ele faz uso da linguagem, organizando os acontecimentos vivenciados, transformando o acontecimento em algo tangível.<sup>47</sup> A ideia de se produzir uma pesquisa que tem como fonte a experiência de vida de um entrevistado exige, de acordo Alves, com muita responsabilidade e rigor ao interpretar e divulgar essas entrevistas, porque elas não representam necessariamente as verdades do passado.<sup>48</sup>

Por ser uma experiência através da qual se compartilha o registro das lembranças, a narrativa constitui-se em processo compartilhado, que inclui em si as seguintes dimensões: estímulo ao narrar, ato de contar e lembrar e disponibilidade para escutar. Fala, escuta e troca de olhares compõem a dinâmica desse processo único e essencial à vida humana.<sup>49</sup>

Emergir na vivência e no passado dos entrevistados se tornou uma experiência única, em certos momentos dava a sensação de que mergulhávamos em um verdadeiro mar de lembranças juntos. A medida em que os tópicos e as perguntas iam se desenvolvendo, era nítido a animação por parte dessas pessoas de serem estimuladas a falar sobre momentos, que em geral, a maior parte das pessoas não quer ouvir ou pouco se interessa. Ajuda-los, até certo ponto, a recompor e montar uma verdadeira colcha de retalhos de memórias que até certo ponto estavam esquecidas, por mais que algumas informações não fossem utilizadas para a construção do trabalho, foram extremamente revigorantes e prazerosas pelos olhares, sorrisos e entonação de voz por parte dos entrevistados.

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 48.

<sup>47</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 169-170.

<sup>48</sup> ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Universidade Federal de Uberlândia, 2016. p. 5.

<sup>49</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 44.

A análise desses fragmentos, no caso as narrativas, implicam um verdadeiro desafio, a medida em que ativar a memória também exige compreender que ela é cheia de vida, pois ela pode se confirmar ou se alterar.<sup>50</sup> É importante compreender ao se colher a narrativa de indivíduo implica compreender que sua memória fora socialmente construída, e assim por consequência a fonte oral também é marcada por esse aspecto. Apesar disso, o olhar do historiador deve estar atento ao fato que a fala dos depoentes podem conter falas de espontaneidade que são importantes para o entendimento como um todo.<sup>51</sup>

A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos e mitos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder. São as recordações – em suas dimensões mais profundas – que conformam as heranças e acumulam tradições, experiências e detritos.<sup>52</sup>

Na tentativa de minimizar simplificações, reconhecendo o fato de que sendo socialmente construída e podendo apresentar, tanto espontaneidade como lacunas Alberti sugere a ideia de que as disputas em torno de uma memória, seja por indivíduos, grupos ou até mesmo a nação como um todo são importantes para se compreender as particularidades de uma sociedade,<sup>53</sup> concluindo assim a importância que essas entrevistas podem ter para construir versões históricas que se diferem das versões ditas oficiais, de documentos escritos e memorialismos rasos característicos de pequenas cidades, mas que não são necessariamente melhores ou piores, e sim diferentes.

É interessante ressaltar que há situações em que a memória coletiva se choca com a memória oficial, como por exemplo na escolha de datas diferentes para comemorações ou ainda que seja a mesma data, mas de forma diferente. Ainda assim, conforme enfatiza, Selau a memória que um grupo constrói está intimamente ligada as suas vivências e o próprio grupo seleciona o que julga digno de comemoração ou não<sup>54</sup>, uma situação de diversidade que nos ajuda a compreender melhor o passado.

---

<sup>50</sup> Id. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003. p. 15-16.

<sup>51</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. p. 222.

<sup>52</sup> Ibid., p. 39.

<sup>53</sup> ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 167.

<sup>54</sup> SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. p. 220.

Portanto, na visão de Alberti, “o reconhecimento da diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre "memória oficial" e "memória dominada" e realizarmos uma análise mais rica dos testemunhos obtidos em nossa pesquisa.”<sup>55</sup>

Uma outra situação que merece análise está no fato de que as falas, ou seja, narrativas de um sujeito são produzidas dentro de um determinado contexto sócio-histórico, ou seja, na visão de Santos e Araújo existe uma articulação entre o geral e o particular entre os aspectos da narrativa e o momento histórico em que ela acontece.<sup>56</sup> Partindo dessa premissa, o momento em que se fala e para o qual se fala exige do pesquisador sua atenção aos significados atribuídos as escolhas do passado, por se tratar de uma visão retrospectiva que confere sentido quando são narradas.<sup>57</sup>

Delgado afirma, que ao buscar identificar, analisar e interpretar os valores e ações humanas de um outro tempo, o historiador se relaciona diferentes temporalidades. O jovem do passado está falando pela voz do velho de hoje, é como se falássemos em um tempo sobre outro tempo.<sup>58</sup> É necessário ainda, compreender que essas narrativas fazem parte de um processo de rememoração de pessoas e lugares situadas em outro tempo, mas, que ainda sim é do tempo presente que se parte essa rememoração. Como pesquisador, cabe o olhar crítico dessa perspectiva do tempo presente, porque ao ser entrevistado, o indivíduo “se mostra disposto a lembrar de acontecimentos e de pessoas situadas em outros tempos e lugares”,<sup>59</sup> ou seja, o documento traz um ensinamento duplo, sobre a época na qual o entrevistado narra e sobre a época que está narrando.<sup>60</sup>

Ao se relacionar com essas temporalidades partindo do tempo presente e fazendo o uso de entrevistas, ao pesquisador é interessante selecionar um marco cronológico que delimita um episódio afim de possibilitar um contexto mais próximo do real, pois esses episódios geralmente guardam uma significação mais ampla, conforme constatação de

---

<sup>55</sup> Ibid., p. 167-168.

<sup>56</sup> SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, 2007. p. 192.

<sup>57</sup> Ibid., p. 170.

<sup>58</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 18.

<sup>59</sup> SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história**. Curitiba: DAP, 2005. p. 4.

<sup>60</sup> Ibid., p. 16.

Santos.<sup>61</sup> De acordo com Delgado o recorte de datas e o estabelecimento de um tempo cronológico nessas pesquisas são tão importantes quanto o tema a ser pesquisado.<sup>62</sup>

No momento das entrevistas, é importante que a narrativa a ser conduzida possua em si uma noção de tempo e espaço, que são estruturantes dos quadros sociais das memórias e acima de tudo fundamentais para rememoração do passado na medida em que essas localizações são a essência da memória. Como afirma Santos o próprio autor afirma, não se pode nunca abarcar o real como ele é, pois entrevistados e investigador constroem uma interpretação daquilo que é dado como real.<sup>63</sup>

Ainda em análise acerca do uso da memória, Portelli nos remete a refletir sobre o fato dessa memória estar concentrada nas mãos de ditos profissionais e sim resgatá-la e difundi-la para a construção de um processo histórico. Na visão dele não é uma questão de substituir o errado pelo certo, ou qualquer coisa nesse sentido, mas de criar uma espécie de democratização dessas informações.<sup>64</sup>

Em outras palavras, não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder.<sup>65</sup>

Portanto, estudar memória e construir relatos orais que funcionem como uma alternativa ao dito oficial podem ser uma boa alternativa para ensino de história regional das mais diversas localidades, algo que faça sentido ao particular dos estudantes, que faça do cotidiano, pois de acordo com Alves a compreensão de sentido e a sensação de pertencimento ao lugar é importante para que os mesmos reconheçam a construção de um espaço por pessoas que chegaram antes deles, muitas vezes os próprios familiares.<sup>66</sup>

---

<sup>61</sup> Ibid., p. 8.

<sup>62</sup> Id. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História oral*, v. 6, p. 9-25, 2003. p. 11.

<sup>63</sup> Ibid., p. 5.

<sup>64</sup> PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, p. 67-71, 2000. p. 69.

<sup>65</sup> Ibid., p. 69.

<sup>66</sup> ALVES, Sandro Ambrósio. **Educação patrimonial e ensino de história-conhecendo Rondonópolis através do patrimônio histórico e cultural-um guia educacional como proposta.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, 2018. p. 47.

Ao se dispor a realizar uma pesquisa que englobe entrevistas e o uso de fontes escritas como fontes o autor tem uma chance de comparar as versões ditas oficiais e aquilo que em quase sua maioria é esquecido ou ignorado. Essas comparações precisam ser feitas com cuidado, uma vez que, como abordado, a memória humana pode conter fragilidades, mas ainda assim podem trazer à tona perspectivas e visões diferentes. Tais visões são importantes para a construção de um material didático que envolve a história do município na década de 80, uma vez que podem ir de encontro ao que já existe de escrito ou até mesmo fazer parte da vivência de algum professor ou estudante que possa ter contato com o material e se familiarizar com o que está escrito por ser próxima a uma pessoa cuja trajetória se pareça.

## CAPÍTULO II - FORMAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Elevado a condição de Estado em 1981, Rondônia é um dos sete estados que ocupam a Região Norte do Brasil. Com área de 237.765,233 km<sup>2</sup>, sendo o 13º maior em extensão territorial e população de 1.562.409 pessoas, ocupando a 23ª<sup>67</sup> posição no ranking, o estado faz fronteira com Acre, Amazonas e Mato Grosso e internacionalmente com a Bolívia evidenciando uma posição estratégica que nortearia ações governamentais em torno da colonização da região ainda no período colonial.



**Figura 1** – Localização e Mapa do Estado de Rondônia<sup>68</sup>

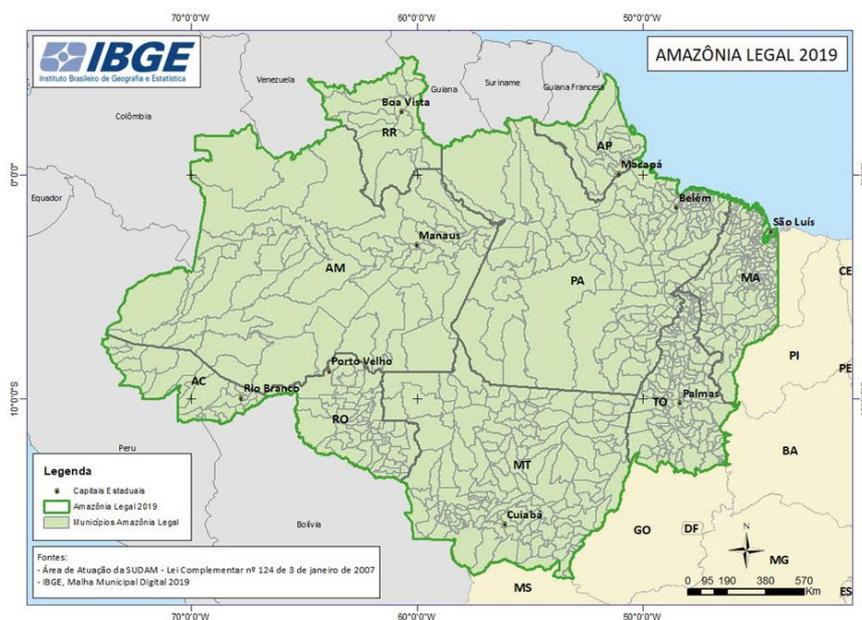
A Amazônia Legal<sup>69</sup> despertara interesse por conta de suas potenciais riquezas ainda nos primeiros séculos da colônia. A possibilidade da existência de um chamado El

<sup>67</sup> IBGE. **Dados Demográficos Rolim de Moura**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/rolim-de-moura.html>~. Acesso em: abr. 2019.

<sup>68</sup> WIKIPEDIA. **Rondônia**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rond%C3%B4nia#/media/Ficheiro:Rondonia\\_in\\_Brazil.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rond%C3%B4nia#/media/Ficheiro:Rondonia_in_Brazil.svg). Acesso em: Nov 2020.

<sup>69</sup> De acordo com o IBGE, se convém chamar de Amazônia Legal a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM composta por 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,749 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro.

Dorado (fazendo alusão a extrema cobiça por ouro) movimentou um enorme contingente de pessoas que ao longo de todo o desenvolvimento do estado brasileiro, de colônia, Império a República, se dedicaram a exploração de riquezas que não foram necessariamente ligadas ao minério, criando verdadeiros ciclos econômicos que nortearam essas movimentações (AMARAL, 2012).<sup>70</sup> Tais explorações de cunho econômico quase sempre foram atreladas a políticas governamentais que tinham como interesse estabelecer posse sobre a imensidão amazônica.



**Figura 2 – Mapa da Amazônia Legal<sup>71</sup>**

A busca pelo El Dourado [...] o termo, muito utilizado principalmente nos primeiros séculos de ocupação do território brasileiro, trata de uma cidade (ou nação) fictícia com grandes riquezas que exploradores do século XVI acreditavam existir na América do Sul. Esta crença se estendeu por todos os séculos posteriores e, que é utilizado como forma de se expressar quanto à crença que uma determinada região possui riquezas e oportunidades em abundância.<sup>72</sup>

Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e> Acesso em: nov 2020.

<sup>70</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. **Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura**. Linha D'Água, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 90.

<sup>71</sup>IBGE. Agência de Notícias. Disponível em < [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/images/agenciadenoticias/geociencias/2020\\_06/Amazonia\\_Legal\\_2019.jpg](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/images/agenciadenoticias/geociencias/2020_06/Amazonia_Legal_2019.jpg) Acesso em: nov 2020.

<sup>72</sup> SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. **Rondônia, a colonização que deu certo**. In: Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE). Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e

No século XVII a Coroa Portuguesa tomou ações em relação a colônia, com consequências inclusive a região Amazônica como um todo, fora a expulsão dos franceses do atual Estado do Maranhão em 1616 com a fundação do Forte do Presépio de Santa Maria de Belém, na foz do rio Amazonas. Os outros Estados Nacionais Europeus estavam explorando as riquezas do território, algo que Portugal mesmo já fazia, embora em menor escala e de certa forma representaram ameaça a hegemonia lusa na região.<sup>73</sup> É importante ressaltar que ainda nesse período estava vigente as negociações do Tratado de Tordesilhas, que destarte ao período da União Ibérica (1580-1640), continuou em vigor até o século XVIII.

O povoamento da Amazônia ocorre durante os séculos XVII e XVIII, quando os portugueses, a partir de Recife e Salvador, se deslocam para a região com a finalidade de afastar os concorrentes ingleses, holandeses e franceses que se apoderavam das “drogas do sertão” (canela, cravo, anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsaparrilha, etc.)<sup>74</sup>

Essas ações evidenciaram não somente a necessidade de proteção da colônia, mas uma real intenção de Portugal em expandir os domínios do território, porém estavam restritas apenas ao litoral. Paralelamente as ações de proteção, Bandeirantes, Jesuítas e diversas outras Ordens Religiosas já percorriam a região amazônica se guiando pelos rios, e embora com objetivos distintos, contribuíram para efetivar a presença portuguesa no interior do continente, mapeando e estabelecendo a posse da terra que pertencia a Espanha.

A dinâmica e a vegetação densa característica da região Amazônica dificultavam a penetração do território, o que foi contornado na época pela utilização dos rios, que antes mesmo de Portugal já eram mapeados e percorridos pelos espanhóis nas tentativas frustradas de se encontrar ouro. De acordo com Théry o curso dos rios que ocupam o atual Estado de Rondônia já era reconhecido desde o século XVII.<sup>75</sup> A partir da lenda do

---

Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018., 2018. p. 4.

<sup>73</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964** (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 146.

<sup>74</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2008. p. 13

<sup>75</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia: mudanças de um território federal na Amazônia brasileira**. 2012. p. 17.

El Dorado, diversas expedições foram organizadas ao longo do Rio Amazonas e seus afluentes cuja justificativa sempre era alimentada pela mítica cidade de ouro.<sup>76</sup> Tais expedições espanholas foram responsáveis pelo descobrimento, por volta do ano de 1541, do Rio Madeira (na época batizado de Rio Grande), está em especial comandada pelo explorador Francisco de Orellana. É importante salientar que praticamente cem anos separam essas expedições espanholas e as portuguesas na região onde hoje é Rondônia<sup>77</sup>.

No relativo descaso da região amazônica pela Espanha, a Coroa portuguesa adentrava o interior e garantiam a posse da terra por meio da legitimada ação jesuítas e suas missões catequizadoras de nativos e os bandeirantes paulistas.<sup>78</sup> A exploração dos potenciais recursos e principalmente do nativo como mão-de-obra também motivaram expedições bandeirantes, sendo a mais famosa devido ao extenso território percorrido a de Raposo Tavares que em 1650 percorria os rios Guaporé, Mamoré e Madeira até chegar ao Amazonas.<sup>79</sup> As ações dos bandeirantes paulistas são grandes responsáveis pelo aumento territorial concedido pela assinatura do Tratado de Madrid em 1750, que reconfigurava a divisão da colônia. Esses homens destruiriam missões jesuíticas nos rios rondonienses devido a facilidade de se encontrar nativos já controlados e agrupados pelos jesuítas e apesar de sua importância para a formação territorial do Brasil é sempre válido salientar o fato de serem grandes responsáveis pelo massacre e escravização desses povos que nativamente já estavam nas terras.<sup>80</sup>

Aos jesuítas, paralelamente as ações de catequização, foram marcadas por ações mercantis do potencial extrativista amazônico foram largamente exploradas por esse grupo, embora o objetivo máximo da Coroa fosse o controle da região. Esses homens utilizaram do conhecimento nativo da região amazônica e ao explorar essa mão-de-obra “amansada”. O termo carrega em si uma carga de violência indescritível da qual esses povos originários da terra foram submetidos, sempre as custas de interesses econômicos maiores, inclusive sendo marca do tratamento até o Brasil do século XXI. O fato é que

---

<sup>76</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 134.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 130-131

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 134

<sup>79</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 16.

<sup>80</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 147.

eles se tornaram os principais fornecedores as especiarias conhecidas como Drogas do Sertão.<sup>81</sup> É válido lembrar que os jesuítas atuavam como uma espécie de braço militar cuja justificativa se valia da suposta rebeldia dos povos ao terem seu modo de vida e cultura contestados,<sup>82</sup> ou seja, sendo pelo fato de serem amansados, coibidos por sua manifestação cultural e explorados como mão de obra pelos religiosos ou capturados, massacrados e escravizados pelos bandeirantes essas ações ditas colonizadoras da Amazônia revelam que em sua grande maioria a tônica do processo foi marcada por extrema violência, em especial no território onde hoje é Rondônia.<sup>83</sup>

Diversas missões jesuíticas e missões exploratórias foram organizadas e montadas no decorrer do século XVII e principalmente XVIII em especial no curso do Rio Madeira até Amazonas. Luiz Fagundes Machado fora mandado em 1749 para uma missão de reconhecimento que tinha como um de seus objetivos reconhecer a presença espanhola e portuguesa ao longo do curso dos rios, essa expedição foi importante porque funcionou como fator condicionante da assinatura do Tratado de Madrid.<sup>84</sup>

As argumentações levaram a assinatura do Tratado e a reconfiguração de novas terras a Coroa Portuguesa foram conduzidas por Alexandre Gusmão através das argumentações do *Uti Possidetis*<sup>85</sup> e da delimitação de fronteiras naturais entre as duas nações (rios como o Mamoré, Guaporé e Madeira). A coroa também iria construir diversas fortificações com vista a proteger a bacia do rio Amazonas enxergando o valor estratégico dessa região. Todas as ações conduzidas pelo governo português fizeram parte de uma estratégia para manter a posse sobre a região Amazônica.<sup>86</sup>

Um outro exemplo das ações portuguesas na região de Rondônia com vistas se encaixar na ideia preconizada pelo *Uti Possidetis* e proteger as recém descobertas minas de ouro fora a criação da Capitania de Mato Grosso e a construção de fortificações ao longo dos rios, como o Guaporé, Mamoré e Madeira. De acordo com Fernandes os portugueses foram estabelecendo limites que até então pertenciam a Espanha, utilizando

---

<sup>81</sup> Ibid., p. 148.

<sup>82</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 165.

<sup>83</sup> Ibid., p. 148-149.

<sup>84</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 18.

<sup>85</sup> A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuíis, assim possuais".

<sup>86</sup> DO NASCIMENTO, Leonice Bazzi. Jogo de interesses ou gritos de liberdade: a disputa pelo vale da madeira durante o período de extração da borracha 1870–1920. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 26, n. 1, p. 407-427, 2017. p. 411.

rios, vales, montanhas, povoados e fortificações.<sup>87</sup> A elevação da região ao nível de uma capitania que até então estava ligada a São Paulo demonstra a preocupação em efetivar o controle das vias naturais da fronteira. De fato, controlar os rios do atual Estado de Rondônia até a bacia do Amazonas era de extrema importância pois serviam como rota de transporte e abastecimento para todos os empreendimentos da região.

A partir da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, a Coroa teve como desafio manter o controle da navegação entre os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. [...] Para isso, a construção de fortificações como o Forte de Nossa Senhora da Conceição e o Real Forte Príncipe da Beira, aliada à ocupação com efetivo militar e civil, foram práticas adotadas pela Coroa para preencher estes espaços, procurando garantir o povoamento.<sup>88</sup>

As marcas dessa primeira fase de ocupação e colonização do território são caracterizadas em geral, por serem desorganizadas e não atraírem um grande contingente de pessoas, apesar dos objetivos relacionados a posse do território tenham sido atingidos. No território do atual Estado de Rondônia diversos povoados se formaram tendo como base a exploração aurífera. Na medida em que essas minas apresentavam seu esgotamento, as pessoas que se dedicaram a essa atividade foram abandonando a região.<sup>89</sup>

Entre 1721 e 1765 a mineração artesanal intensificou-se no vale do Rio Guaporé e propiciou a primeira grande migração garimpeira rumo ao território guaporeano. No auge deste período, estima-se que em média eram extraídos 1.150 Kg ouro por ano das minas cuiabanas e guaporeanas. A partir de 1799, houve um acentuado declínio na atividade de mineração e na produtividade das minas auríferas sul mato-grossenses.<sup>90</sup>

A destarte disso, a população basicamente se organizava a partir de missões jesuítas das quais foram se formando um grupo de agricultores e extrativistas que basicamente viviam de subsistência e já exploravam a borracha<sup>91</sup>, cujo ciclo de extração

<sup>87</sup> FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe e a fronteira noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. 2003. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. p. 33.

<sup>88</sup> Ibid., p. 404.

<sup>89</sup> CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica**. Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003. p. 3.

<sup>90</sup> DA SILVA LINHARES, Joana Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel Carvalho. Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. **Fronteiras**, v. 19, n. 33, p. 43-69, 2017. p. 46.

<sup>91</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia

seria um divisor de água na ocupação do atual Estado. Em geral, segundo dados, com exceção dos números de nativos, cuja quantidade não era mensurada, mas que com certeza existiam aos milhares, a população amazônica não atingia seus 100 mil habitantes no final dos anos de 1800.<sup>92</sup>

A exploração massiva de látex das seringas da Amazônia alterou em larga escala a organização socioeconômica da região. Os processos migratórios arrastaram milhares de pessoas devido ao alto valor de mercado que o produto atingia no mercado internacional. A região do atual Estado de Rondônia ocupou papel de destaque com a exploração de látex pois nossa hidrografia serviria como abertura de rotas de seringais e escoamento da produção via Manaus e Belém.<sup>93</sup>

Apesar de ser mais uma das especiarias conhecidas como Drogas do Sertão e já ser conhecida desde 1745 devido as viagens de La Condamine a região amazônica,<sup>94</sup> a utilização da borracha ganhou destaque nas primeiras décadas do século XIX onde seu potencial de impermeabilidade começou a ser requerido no mercado europeu com maior frequência.<sup>95</sup> Já por volta da segunda metade do século as invenções de Charles Goodyear e Thomas Hancock transformação a aplicação da borracha em escala industrial e o produto passou a ser mais cobiçado. O assim chamado processo de vulcanização alterava a estrutura do produto e o deixava mais resistente, sua aplicabilidade se popularizou a medida em que se popularizava a utilização dos automóveis com pneus.

A inexistência de seringueiras ou mangabeiras no continente europeu fez com que as terras de Mato Grosso e Amazonas adquirisse valor econômico. A valorização dessas regiões se deu pelo fato de possuírem em suas florestas grande quantidade de árvores produtoras de látex.<sup>96</sup>

---

revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 149.

<sup>92</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. 2008. p. 16.

<sup>93</sup> CIM, Salvador. *O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica*. Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003. p. 3.

<sup>94</sup> THÉRY, Hervé. *Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira*. 2012. p. 27.

<sup>95</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 149.

<sup>96</sup> DO NASCIMENTO, Leonice Bazzi. Jogo de interesses ou gritos de liberdade: a disputa pelo vale do Madeira durante o período de extração da borracha 1870–1920. *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 26, n. 1, p. 407-427, 2017. p. 418.

De fato, a exploração da borracha amazônica, em especial no território rondoniense pode ser dividida por três grandes fases,<sup>97</sup> sendo a primeira costumeiramente conhecida como I Ciclo da Borracha e tem seu auge dos anos de 1870 até por volta dos anos 1900, as vésperas da Grande Guerra (1914-1918). A mão-de-obra indígena, já largamente utilizada, passou a contar com apoio da exploração de nordestinos que fugiam aos milhares de sua terra em busca de promessas oriundas da riqueza supostamente proporcionada pela exploração do produto amazônico.

Entre as razões que motivaram a vinda massiva dessas pessoas para a região, podemos elencar principalmente duas: a grande seca que assolou o semiárido brasileiro a partir do quarto final do século XVIII e principalmente a excessiva concentração de terra, herdada dos tempos coloniais. Tais fatores motivaram migrantes, principalmente oriundos do Estado do Ceará a tentarem a sorte em uma região praticamente inóspita.<sup>98</sup> Para se ter uma ideia básica do impacto dessa produção para a região, por volta de 1878, 100% da produção mundial de borracha era oriundo do Brasil. Estima-se também que a população por volta de 1872 era de 338 mil pessoas, número esse que cresceu 40% até por volta dos anos de 1900.<sup>99</sup>

Vale ressaltar também, que as condições de vida dessas pessoas que vieram tentar a sorte na região não se diferiam muito das condições a que estavam submetidas no nordeste brasileiro. A estrutura de produção e exploração do produto aos quais estavam submetidos lograva aos donos de seringas e comerciantes intrépidos, que se aproveitavam da situação de vulnerabilidade dessas pessoas, praticamente toda a riqueza do produto que cada vez atingia maiores e melhores preços no mercado internacional.<sup>100</sup>

Apesar de ter grande parte da produção concentrada em seu atual território, ainda assim o atual Estado de Rondônia não estava entre os maiores produtores, proporcionando a Bolívia e o atual Acre o ranking dos maiores produtores. Ainda assim, os impactos e as transformações do ciclo são latentes para a futura organização do estado dado a sua

---

<sup>97</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2008. p. 19-20.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>99</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2008. p. 19-20.

<sup>100</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 92.

localização estratégica e esses efeitos se fazem sentir presentes ainda hoje em boa parte da estrutura agrária de Rondônia.<sup>101</sup>

Entre esses impactos, está a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. A Bolívia ocupava a posição de ser o maior produtor da região amazônica, o problema era seu isolamento e ausência de algum porto que ligasse a exportação do produto, a oeste estava o território brasileiro e a leste as terras do Chile e Peru. Nesse sentido, em 1846 o governo boliviano criaria uma comissão cujo objetivo era estudar e procurar uma maneira de escoamento da mercadoria, via Rio Madeira, o que impunha ter de enfrentar as famosas cachoeiras e finalmente permitir acesso desse país ao Atlântico via escoamento pelo Amazonas.<sup>102</sup>

Naquele contexto o Brasil enfrentava o que provavelmente fora seu maior envolvimento em algum conflito bélico, a Guerra do Paraguai (1865-1870). Dado as fronteiras estratégicas do atual Estado de Rondônia e norte do Mato Grosso, o governo brasileiro temia uma nova frente de batalha com a Bolívia enquanto enfrentava paralelamente o Paraguai ao sul. A solução encontrada foi oferecer ao governo boliviano a assinatura de um acordo conhecido como Tratado de Amizade e Comércio.<sup>103</sup> Ainda segundo Marta:

O tratado que buscava abrir o Rio Amazonas para o escoamento da produção de látex teve avanços com a possibilidade de se construir uma infraestrutura no Rio Madeira para possibilitar a ultrapassagem das cachoeiras e corredeiras com mais segurança.<sup>104</sup>

As primeiras tentativas de construção de uma ferrovia, que se demonstrou mais viável a época que construir eclusas para represar e evitar as cachoeiras se deram ainda em 1873, contudo, a empreiteira inglesa contratada para realizar o empreendimento desistira do projeto alegando dificuldades para se estabelecer na região, ataques dos indígenas Caripunás e doenças que mataram trabalhadores as dezenas. Paralelamente, a

---

<sup>101</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 151.

<sup>102</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. **Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura**. Linha D'Água, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 92.

<sup>103</sup> MARTA, J. M. C. Rondônia; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 206.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 206;

cotação do preço do látex subia fragorosamente no mercado internacional motivando as primeiras invasões brasileiras ao território do atual Acre.

O governo brasileiro agiria da mesma forma como agiu em outros Tratados fronteiriços a exemplo de Madrid, estabeleceria território e deixaria brechas para ampliação e negociação do mesmo. Desses arranjos é assinado o Tratado de Ayacucho em 1878 entre Brasil e Bolívia onde ficaria definido que a fronteira brasileira iria até a formação do Rio Madeira, sob alegação de que nosso país poderia desfrutar de uma futura ferrovia<sup>105</sup> cujo posto final a época seria na região de Santo Antônio, a alguns quilômetros da atual capital de Rondônia, Porto Velho.

No mesmo ano, uma outra empresa chamada P.T e Collins fora contratada para construir a tão aclamada ferrovia no prazo de três anos. Ainda no mesmo ano, a empreiteira também desistiu do empreendimento alegando os mesmos motivos que a concessionária anterior, doenças e ataques indígenas.<sup>106</sup> Privilegiados e estimulados pelo governo, brasileiro penetravam o atual território do Acre aos milhares e a situação conflituosa dava sinais de beirar o insustentável devido aos diversos conflitos entre bolivianos e seringueiros e seringalistas brasileiros.<sup>107</sup>

Se por pressão do governo brasileiro ou por uma astuta política diplomática, a solução encontrada resolveria dois problemas: o território do Acre se tornaria brasileiro com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903 e o Brasil se comprometeria a construir uma ferrovia que contornasse as intempéries do Rio Madeira,<sup>108</sup> algo já negociado entre as duas nações, como visto, algumas vezes antes.

O Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903 [...] Por ele ficava ajustado que o Brasil deveria fazer a construção da Estrada de Ferro ligando os porto de Santo Antônio do Rio Madeira ao de Riberalta, no Rio Beni, na Bolívia, por onde seria escoada a produção boliviana [...] O Brasil receberia a região do atual Estado do Acre em troca [...] em torno de 3000 km<sup>2</sup> [...] o governo pagaria ao governo da Bolívia dois milhões de libras esterlinas.<sup>109</sup>

<sup>105</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 305.

<sup>106</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 151.

<sup>107</sup> CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica**. Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003. p. 3.

<sup>108</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 27.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 306.

As construções da Estrada começariam dois anos depois, em 1907 sob liderança da empresa do Brazil Railway Company, do magnata Inglês Percival Farquhar, o qual já controlava outras linhas férreas em território nacional.<sup>110</sup> Os problemas relacionados a construção da Estrada de Ferro demonstraram ser os mesmos das últimas tentativas de construção: o isolamento inóspito da região. Os trabalhadores envolvidos no empreendimento chegaram a somar a cifra de mais de vinte mil pessoas e além de brasileiros muitos operários de outros países vieram trabalhar na construção da linha. De acordo com Do Amaral o custo humano do empreendimento foi altíssimo e milhares de trabalhadores morreram devido as condições de trabalho ou por doenças como a malária, um verdadeiro sacrifício que destruiu a vida de inúmeras famílias.<sup>111</sup>

A construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré também serviria, como outras obras, para se inserem no ideal de desenvolvimento preconizado pelo governo brasileiro a época. É importante ressaltar que em meio a discussão fronteiriça, ciclo de borracha e empreendimentos em regiões inóspitas o Estado brasileiro passava por um momento de transição: da monarquia à República. Era também a transição do século XIX para o XX e os ventos de mudança traziam consigo um forte ideal de modernidade defendido pelo governo brasileiro em meio a riqueza proporcionada pelo I Ciclo da Borracha.

De acordo com Marta havia um forte discurso acerca do ideal de modernidade, o que justificava a construção de obras na região amazônica que em suma serviriam para atender a população, é claro que havia outras questões envolvendo a fronteira em discussão. O quadro, porém, se apresenta diferente na prática, quando se observa que um pequeno grupo de pessoas se beneficiaram do afluxo de riquezas e que a construção dessas obras, de uma forma geral teve um custo altíssimo na vida da maior parte das pessoas, seja dos imigrantes que sofriam com as mazelas e falta de estrutura da região ou mesmo a população local que nada usufruiu desses recursos. Em geral o legado dessas obras a traumas relacionados aos impactos de sua construção sempre justificada pelo preço a se pegar pela tal modernidade.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 27.

<sup>111</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 93.

<sup>112</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 352-355.

Enquanto a obra era finalmente finalizada no ano de 1912 o Brasil colhia os efeitos da decadência das exportações de borracha. O alto humano e financeiro envolvido na construção da ferrovia ia de encontro as possibilidades de lucro e uso do empreendimento. Às vésperas da Grande Guerra a região via a diminuição das exportações da borracha diminuir frugorosamente em meio a concorrência com a produção malasiana no extremo oriente.<sup>113</sup> A possibilidade de obter lucros com os fretes bolivianos também tem sua produção drenada pela ferrovia Cochabamba-Arica e a construção do Canal do Panamá,<sup>114</sup> gerando aos poucos o abandono de todo o empreendimento e gerando dúvidas sob seus impactos.

A Ferrovia continuou funcionando, mesmo sob os impactos da crise, entre 1915 e 1930 sob controle da concessão norte americana. Estes, a partir e 1930 abandonam o empreendimento visto que os objetivos que nortearam a construção do empreendimento foram perdendo espaço. Entre os anos 30 até 1972 a ferrovia passou a ser controlada pelo governo Federal até ter sua desativação autorizada pelo 5º BEC de Porto Velho.<sup>115</sup>

Apesar do fracasso associado ao seu ideal de modernidade e progresso econômico, a construção da Estrada de Ferro impactou a formação do que viria a se chamar de Território Federal do Guaporé mais à frente. De acordo com Souza e Pessôa nas margens da Estrada de Ferro diversos vilarejos de grande importância para elevação da região a condição de território vão surgir e ainda que o impacto da crise do I Ciclo da Borracha tenha sido grande, abriu as portas para outras possibilidades econômicas como o ouro e a extração de cassiterita tanto quando a estruturação inicial da terra<sup>116</sup>.

Tendo se tornado o principal eixo de povoamento ligando as regiões do Guaporé e do Madeira que, doravante, se reforçavam mutuamente (já que a navegação era possível na jusante e na montante, complementada pelos trens) e também origem e apoio de duas cidades importantes, a ferrovia criou, de fato, a região que se tornará o Território de Rondônia.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 152.

<sup>114</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 29.

<sup>115</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. *Linha D'Água*, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 93-94.

<sup>116</sup> *Ibid.*, p. 152.

<sup>117</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 29.

O contrabando das mudas de látex pelos ingleses mudaria drasticamente as vendas no mercado exterior. Estes fizeram experimentos no intuito de conhecer e potencializar o crescimento de possíveis plantações dessas árvores. Cultivadas no extremo oriente, nas colônias inglesas Malasianas, por volta de 1912 elas já produziam bem mais e de forma bem mais ordenada que a produção amazônica, tendo em visto que essas árvores foram plantadas com diferença de 50 metros entre uma e outra. Para se ter dimensão real da situação, em 1927 as plantações asiáticas respondiam por 93% da produção Mundial.<sup>118</sup>

As nuances dessa crise lograram a região a um crescimento demográfico bem baixo, restando uma esparsa população que vivia ao longo da construção da ferrovia, em povoados ao longo dos rios, os seringueiros e garimpeiros que tentavam sua própria sorte em uma produção sem muito destaque. Segundo Cim “o esvaziamento econômico e o isolamento da região vinham sendo acompanhados pelo governo e eram motivos de preocupação.”<sup>119</sup>

Além da crise da exploração de látex e de todos os seus impactos, o limiar de uma Guerra em escala mundial despertava preocupações já latentes dos presidentes brasileiros ainda do início do século XX e que não eram relacionadas a economia da região do atual Estado de Rondônia e outras áreas de exploração e sim ao seu isolamento. A atenção a questão econômica do governo federal a época estava na produção de café, que guiava não só a economia do país, mas boa parte de sua condução política.

A preocupação, de acordo com Marta, com o isolamento da região, já era algo que estava nas discussões do exército brasileiro ainda no período monárquico na época da Guerra do Paraguai e que ganhou espaço com a eleição de Afonso Pena que demonstrava suas preocupações com o isolamento e falta de comunicação da região com o governo federal, tendo em vista o auge da exploração de látex entre 1906 e 1909. A ideia de se construir uma linha telegráfica ligando Cuiabá a Santo Antônio do Madeira despontava como uma solução a esse isolamento e a ideia ganhou mais importância frente a eclosão da Primeira Grande Guerra onde a agilidade e conhecimento de informações das

---

<sup>118</sup> Ibid., p. 32.

<sup>119</sup> CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica**. Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003. p. 5.

fronteiras tidas com mais vazias demograficamente falando poderiam ser cruciais para um trabalho de defesa ou prevenção contra invasões.<sup>120</sup>

Havia ainda o fato de que boa parte dos seringais do atual Estado de Rondônia serem de seringalistas bolivianos e tendo em vista as situações anteriores envolvendo os dois países nas questões do território do atual Acre, o fato de a Guerra do Paraguai ter demonstrado a fragilidade das fronteiras ao oeste e ao baixíssimo índice demográfico da região<sup>121</sup>. O que se pode concluir disso tudo é que mais uma vez as políticas ligadas a qualquer tipo de povoamento a região tinham um intuito puramente ligado a segurança das fronteiras.

A responsabilidade pela condução dos trabalhos de construção da linha ficaram a cargo do então Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, engenheiro por formação, cuja experiência na abertura e construção de telégrafos já era conhecida. As construções da linha se iniciaram em 1907 e terminam em 1915, numa extensão de aproximadamente 1415 quilômetros. De acordo com Théry, dado o fato de a região ser inóspita, a não ser pelo já reconhecimento de seus rios, Rondon organizaria três expedições com intuito de conhecer e realizar um traçado por onde a linha seria construída<sup>122</sup>.

Conhecido pelo lema “morrer se necessário for, matar nunca”, além de ser um dos grandes responsáveis pela abertura da região de outras vias que não as fluviais, Rondon também ficou conhecido pelo seu trato com os nativos e os contatos que estabeleceu com esses povos sendo responsável pela fundação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Contando com a ajuda deles na construção da Linha, dado seu natural conhecimento da região, visto que por gerações anteriores a chegada dos europeus, esses povos já lidavam e conheciam intrinsicamente a floresta. Também contou com o trabalho de seringueiros, garimpeiros e imigrantes sulistas que aos poucos foram se estabelecendo pelas clareiras abertas no território ao longo da obra.<sup>123</sup>

---

<sup>120</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 358-359.

<sup>121</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 153.

<sup>122</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 38.

<sup>123</sup> CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica**. Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003. p. 5.

Esse trato de Rondon com os povos indígenas é questionado e por vezes comparado a ação jesuítica na região nos tempos da colônia. Embora não se possa comparar a crueldade com a qual esses povos foram tratados pelos bandeirantes, no caso dos jesuítas e Rondon o que se observa é que a ausência de violência fora acompanhada por uma espécie de amansamento, no primeiro caso essa mão de obra fora explorada na extração de drogas do sertão, e o no segundo na construção da Linha Telegráfica.<sup>124</sup>

O fato é que a construção da Linha de Telégrafo abriu um leque de possibilidades ao futuro processo de ocupação e colonização do estado que seria dirigido a partir do governo de Vargas. As regiões onde se instalaram os postos de ligação telegráfica se tornariam as principais cidades do estado. Além disso, conforme Marta, a construção abriria espaço na selva para o que viria ser chamado de modernidade viária, abrindo espaço por onde passariam automóveis e caminhões mais à frente<sup>125</sup>. Apesar da Linha Telegráfica não ter sido utilizada por muito tempo, dado ao fato de ter se tornado uma tecnologia obsoleta frente a transmissão por ondas de rádio, não podemos deixar de destacar que o caminho se tornaria a BR-364, que hoje praticamente funciona como espinha dorsal do Estado de Rondônia e é a principal via de ligação entre o Acre, Rondônia e o Centro-Sul do país.

As transformações políticas pelas quais o Brasil passou a partir da década de 30 são cruciais para compreender como iria se organizar o processo de ocupação e colonização de Rondônia. O que se observa, é que até esse momento, todas as ações empreendidas a região tinham como foco a exploração econômica ou a defesa da isolada fronteira frente a potenciais inimigos. Vargas assumiu o poder em 1930 em meio aos péssimos frutos que a crise de 1929 provocaria a economia brasileira. Théry chama atenção ao fato de a região do Vale do Guaporé-Madeira estar durante esse momento, praticamente abandonada. A estagnação econômica provocada pelos cada vez mais baixos preços do látex, as atividades econômicas predominantemente ligadas a

---

<sup>124</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 153.

<sup>125</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 361,

sobrevivência e a letargia e descaso acerca do funcionamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré logravam ao atual estado uma população estimada em 20 mil pessoas<sup>126</sup>.

Restava naquele Noroeste de Mato Grosso, segundo dados de 1936, apenas Santo Antônio do Rio Madeira, o distrito de Porto Velho, o distrito de Porto Velho, construído pela Estrada de Ferro, e Guajará Mirim, na fronteira da Bolívia. O restante eram matas e algumas povoações criadas pela Linha Telegráfica ou pela Estrada de Ferro.<sup>127</sup>

O discurso do presidente, entretanto falava sobre a integração nacional e a criação de um sentimento de nacionalidade. Nesse sentido, a ocupação do que se chamava a época de espaços vazios, se referindo em especial a região Amazônica, se insere nesse ideal. É importante salientar que quem ocuparia esses espaços por meio de colônias seria exclusivamente de brasileiros e que tal política possui um forte viés ainda de proteção da região tida como despovoada, mas também de se criar um mercado interno<sup>128</sup>.

Apesar dos esforços, Marta chama atenção ao fato de que as distâncias, as endemias, as dificuldades e principalmente a falta de tecnologia para o uso da terra ainda eram fatores determinantes que atrapalhavam tais projetos<sup>129</sup> Uma política mais enfática que marca de fato, o início dessa colonização veio com a decretação do Estado Novo em 1937 e a Marcha para o Oeste que fazia alusão ao processo ocorrido com a expansão das terras dos Estados Unidos para o oeste o atual país ainda no século XIX.<sup>130</sup>

É válido lembrar que o governo Vargas, através de um discurso acerca da modernização do país, o que não implicava apenas no incentivo à produção industrial, colocaria em prática entre outras ações o Plano Rodoviário Nacional cujo um dos impactos ao atual Estado de Rondônia fora o planejamento da construção da BR 029 em 1944, ainda que apenas 55 quilômetros,<sup>131</sup> tivessem sido construídos, e que é de vital importância para os processos e planejamentos posteriores.

<sup>126</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 32.

<sup>127</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 371.

<sup>128</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). **Acta Geográfica**, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 154

<sup>129</sup> Ibid., p. 375.

<sup>130</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. **Revista da Católica**. Uberlândia, MG, v. 2, n. 3, 2010. p. 130.

<sup>131</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of

Os impactos da Marcha para o Oeste a princípio podem ser resumidos em dois fatores de muita importância para o atual Estado de Rondônia: a criação das Colônias Agrícolas Nacionais – CAN – e a elevação da região ao patamar de Território Federal.

Pelo decreto de Lei nº 5839, Vargas definiria a área onde seria implantado o Território Federal do Guaporé.<sup>132</sup> Esses territórios se inseriram nas preocupações e pretensões do governo Vargas, que no começo dos anos 30 organizaria um estudo para rever a divisão territorial do Brasil. Desse estudo, além do Território Federal do Guaporé, outros seriam elevados, conforme Porto, os objetivos dados a criação desses territórios em suma eram:

Proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico; garantir a atuação do governo em regiões longínquas e criar condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro, de acordo com as orientações constitucionais e com um programa para sua organização e desenvolvimento que preconizava sanear, educar e povoar.<sup>133</sup>

A confirmação dos limites do território se deu pelo Decreto-Lei 6550 em 31 de maio de 1944 e em 17 de abril de 1945 o Decreto-Lei 7470 confirmava Guajará-Mirim e Porto Velho como as únicas duas localidades dentro da divisão administrativa.<sup>134</sup> Ambos municípios tinham posição estratégica quando analisamos sua relação com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré e com a construção da Linha de Telégrafo, entretanto, eram bem afastados das divisas do Estado do Mato Grosso. Ainda assim, poucas pessoas viviam na região e sob os impactos da “Marcha para o oeste” também se organizam as Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) e posteriormente as Reservas Extrativistas de Seringa (RESEX). No caso das criação das Colônias, que basicamente se organizaram no entorno aos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim a ideia era criar uma demanda migratória para a região sob os auspícios de aproveitar o potencial do solo para agricultura e das Reservas, a partir de 1950, para fomentar outras atividades extrativistas que não fossem a extração de látex, ocupando assim os seringueiros da região.<sup>135</sup>

---

Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 155

<sup>132</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 390.

<sup>133</sup> PORTO, Jadson Luís Rebelo. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. *Revista Presença*, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2000. p. 5.

<sup>134</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 391.

<sup>135</sup> *Ibid.*, p. 392-93.

De acordo com Souza e Corrêa, porém, os reais objetivos do governo Vargas era o da proteção da fronteira, ainda tida como área estratégica e a ideia de centralização do poder nas mãos do governo federal. O autor também chama atenção ao fato de a criação dessas Colônias, na realidade serviram para atrair novos contingentes populacionais, no caso em especial essas pessoas vieram do Nordeste, mas que na realidade a estrutura fundiária deveria se manter sob a lógica do barracão e latifúndio com vistas a exportação<sup>136</sup>.

A criação do Território e a criação de reservas e colônias aconteceram em meio a Segunda Guerra Mundial e suas consequências, e apesar do conflito ter seus impactos diretos relativos aos campos de batalha europeus, essas medidas do governo iam de encontro a objetivos a serem atingidos para com a participação do Brasil e o apoio aos aliados na Guerra.

Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), O Japão, aliado da Alemanha e Itália em um bloco chamado de “Eixo” bombardeou e ocupou regiões do sudeste Asiático, em especial a Malásia, território onde os ingleses vinham cultivando as mudas de seringa contrabandeadas algum tempo antes da Amazônia brasileira, com relativo sucesso.<sup>137</sup> O bloqueio japonês a esse recurso afetaria nitidamente os esforços de guerra dos aliados, fazendo com que estes voltassem os olhos a única região do mundo capaz de produzir látex e onde outrora esse recurso fora extraído nativamente, a Amazônia, dando início ao Segundo Ciclo da Borracha.

Os Estados Unidos interessados na extração desse recurso e preocupados com a posição do governo brasileiro que até então era tido como dúbia, realizam negociações com o governo Vargas cujo deu origem a assinatura do Acordo de Washington em 1942.

De acordo com Marta:

Por esse pacto, obrigava-se o Brasil a fornecer matérias-primas estratégicas, como borracha, em troca do financiamento de 100 milhões de dólares para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional

---

<sup>136</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 155.

<sup>137</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. *Linha D'Água*, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 97.

(CSN) em Volta Redonda, Rio de Janeiro, e parte do Plano de Industrialização Nacional<sup>138</sup>.

O acordo ainda previa que o governo brasileiro reativasse os antigos seringais conjuntamente com o governo dos EUA. O Brasil entraria com 52% do capital e a mão-de-obra e o governo estadunidense com 48% e com o transporte e escoamento. O problema era que por volta de 1942, a região amazônica contava apenas com por volta de 35 mil potenciais trabalhadores e o governo havia se comprometido a fornecer 45 mil toneladas do produto, o que demandava a força de trabalho de 100 mil pessoas.<sup>139</sup>

Mais uma vez o nordeste brasileiro que passava por uma grande seca, em especial em 1942 seria o fornecedor dessa mão de obra, ao qual Cardoso e Müller identificaram como “Batalha da Borracha.”<sup>140</sup>. Para atingir esse número, governos brasileiros e estadunidense uniram forças com órgãos e instituições que buscariam construir formas para organizar a vinda desses convocados a lutar nessa batalha.<sup>141</sup> Por conta dessa ideia de batalha, esses futuros seringueiros ficariam conhecidos como Soldados da Borracha. Segundo Amaral:

Soldado da Borracha é o nome dado aos seringueiros chamados pelo governo a irem para a Amazônia trabalhar na produção de borracha para atender a grande demanda e insuficiente produção na época da Segunda Guerra. Como resultado, milhares de brasileiros do Nordeste foram enviados para os seringais amazônicos, em nome da luta contra o nazismo. Uma história de imensos sacrifícios para milhares de trabalhadores que vieram para a Amazônia e que, em função do estado de guerra, receberam inicialmente um tratamento semelhante ao dos soldados.<sup>142</sup>

O governo Vargas iniciaria, por meio dos seus órgãos próprios como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) uma intensa campanha para atrair mão-de-obra, que apesar de ser em sua maioria nordestina, também foi direcionada a outras regiões do Brasil. A ideia do governo era criar condições para que essas pessoas viessem

---

<sup>138</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 395.

<sup>139</sup> Ibid., p. 97.

<sup>140</sup> CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2008.

<sup>141</sup> NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de educação**, cultura e meio ambiente, v. 2, n. 12, 1998. p.4.

<sup>142</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 97.

e se estabelecessem com suas famílias, permanecendo na região com vistas a servir como um potencial e futura mão-de-obra em outros empreendimentos, em especial em Rondônia.<sup>143</sup>

As propagandas eram moldadas com vistas a trazer à tona sentimentos patrióticos e de proteção ao Brasil. Criava-se por meio delas, a ideia de que a população que se engajasse nesse verdadeiro exército, que funcionava sob forma de alistamento e até com a concessão de uniforme, estariam lutando nas selvas da Amazônia. A propaganda ainda trazia à tona o antigo discurso de eldorado, buscando construir a ideia de que o enriquecimento esperava aqueles que ingressassem nessa jornada (NASCIMENTO, 1998)<sup>144</sup>.

Sob um alto custo humano, a mobilização de trabalhadores, em especial ao Território Federal do Guaporé, conseguira atingir as metas de produção estipuladas pela parceria do Brasil e dos Estados Unidos, mas, ao passo em que isso era atingido, as promessas e as garantias das quais recebiam os trabalhadores no ato do alistamento para o trabalho com a extração de látex foram fragorosamente ignoradas. Segundo Brito “os contratos deveriam garantir transporte, alimentação, mantimentos em geral para o trabalho, até chegarem em suas colocações”, mas a realidade era bem outra.<sup>145</sup>

Após serem recrutados, os voluntários ficavam acampados em alojamentos construídos para este fim, sob rígida vigilância militar, para depois seguirem até a Amazônia, numa viagem que podia demorar de 2 a 3 meses. Entretanto, para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Cerca de 30 mil seringueiros morreram abandonados na Amazônia [...] Morriam de malária, febre amarela, hepatite e atacados por animais como onças, serpentes e escorpiões.<sup>146</sup>

A propaganda construída em cima da participação brasileira na Segunda Guerra e a ideia de prosperidade que vinha consigo na extração de látex na Amazônia fez com que muitos, ao invés de se alistarem no exército e irem lutar nos campos de batalha na Europa, optassem pelo trabalho como soldados da borracha. De acordo com Nascimento,

---

<sup>143</sup> BRITO, Agda Lima. " **EU TRABALHEI TAMBÉM**": AS TRABALHADORAS NOS SERINGAIS DO AMAZONAS (1940-1950). p.3.

<sup>144</sup> Ibid., p. 10-11.

<sup>145</sup> BRITO, Agda Lima. " **EU TRABALHEI TAMBÉM**": AS TRABALHADORAS NOS SERINGAIS DO AMAZONAS (1940-1950). p.5.

<sup>146</sup> DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012. p. 98.

morreram mais soldados da borracha do que na Força Expedicionária Brasileira nos campos de batalha da Itália<sup>147</sup>.

Com o fim da Guerra e o auge da produção, o preço da borracha estagnou e a demanda do mercado interno brasileiro não dava conta de suprir a produção. Ainda assim, segundo Amaral, buscou-se construir a ideia de que a borracha poderia continuar sendo produzida, fato esse que fora estendido até 1960,<sup>148</sup> quando os planos do governo se viraram a lógica da produção agrícola na região amazônica, em especial Rondônia. Os seringueiros e pessoas que já viviam no Território Federal de Guaporé, foram incentivados pelo governo Dutra e Vargas a se dedicarem nas Colônias Agrícolas Nacionais (CAN) e posteriormente as Reservas Extrativistas de Seringa (RESEX), como já mencionado anteriormente. De acordo com Da Cunha e Moser (2010), os empreendimentos como as Colônias Agrícolas fracassaram pois:

Seu tamanho correspondia ao tamanho do lote de 25 ha.; para o sistema agrícola empregado era considerado pequeno; levando em conta a rotação das culturas em solos pouco férteis. Além disso, os migrantes não dispunham de condições financeiras para aquisição de sementes, nem de transporte o que lhes garantissem a liberdade de comercialização.<sup>149</sup>

Paralelamente a isso, o estado viveria um outro surto econômico e que porventura também provocou migração a região, além da alocação de pessoas ociosas de outros trabalhos, que fora a descoberta de minério de Cassiterita. Embora tenham sido descobertas as primeiras jazidas em 1952, a produção só atinge uma escala substancial a partir de 1958. Segundo Théry e Souza e Pessôa, a exploração e cassiterita ocupou a massa de pessoas ociosas que outrora se dedicaram a outras atividades, como a exploração de seringa, pequenas atividades extrativistas e o fracasso de uma tentativa de produção agrícola, e provocou a migração de uma grande quantidade de aventureiros interessados na exploração do produto. Sem contar a dinâmica de cidades como Porto Velho, cujo aeroporto passou por um grande ciclo de funcionamento onde a princípio esse material era retirado por via aérea.<sup>150</sup> Ainda de acordo com Théry, as grandes empresas que eram

---

<sup>147</sup> NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**, v. 2, n. 12, 1998. p.12.

<sup>148</sup> Ibid., p. 98.

<sup>149</sup> DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 14, p. 124-151, 2010. p. 135.

<sup>150</sup> THÉRY, Hervé. Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 35.

responsáveis pela exportação do produto souberam convencer o governo acerca da necessidade de se mecanizar os empreendimentos<sup>151</sup>. A partir de 1964 a produção de cassiterita passou a ser proibida por garimpeiros individuais e entregue a grandes grupos estrangeiros, relegando uma massa de excluídos que quando não eram mandados para outras regiões, permaneceram no atual estado, compondo um grande problema relacionado a conflitos de terra anos mais tarde.<sup>152</sup> Ainda de acordo com Souza e Pessôa “o período de exploração da cassiterita em Rondônia foi, certamente, o que mais representou a entrega das riquezas para grupos internacionais”, bem como boa parte das terras.<sup>153</sup>

A decisão do DNPM de interditar o garimpo assume, aqui, o mesmo papel que o da queda das cotações da borracha natural. Essa fase da história de Rondônia, porém, deixa alguns traços: os garimpeiros em busca da cassiterita exploraram até o último igarapé e são merecedores por terem propiciado um conhecimento mais aprofundado do Território.<sup>154</sup>

A década de 50 e começo dos anos 60, de fato, representou inúmeras mudanças para o Estado de Rondônia. Em 1956 um decreto de lei alteraria o nome da região para Território Federal de Rondônia, em uma homenagem a Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, que morreria dois anos depois. A eleição de Juscelino Kubitschek e os auspícios de integração nacional que rondaram a construção e Brasília tiveram impacto sob rodovia BR 029, cuja obra foi retomada em 1960 e concluída com a interligação de Cuiabá-Porto Velho em 1966. Embora ainda não fosse pavimentada, Santos salienta sua importância para as ações tomadas pelo estado a partir de 1970, pois “a partir dela, o povoamento de Rondônia e dos estados vizinhos, seria incrementado, uma vez que viabilizou o movimento migratório e a colonização, especialmente a partir da década de 1970”<sup>155</sup>. A descoberta de terras férteis ao longo da rodovia teria sido o vetor responsável por um deslocamento populacional muito grande a região.

---

<sup>151</sup> Ibid., p. 36.

<sup>152</sup> Ibid., 156.

<sup>153</sup> SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). *Acta Geográfica*, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010. p. 155-157.

<sup>154</sup> THÉRY, Hervé. Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 37.

<sup>155</sup> SANTOS, Vanúbia Sampaio dos. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. *Revista Fórum Identidade*. Itabaiana: Gepiadde, Ano, v. 8. p. 210.

Mais do que uma rota de integração entre a região tida como isolada do restante do Brasil, o trajeto da rodovia serviria de referência para projetos de povoamento estabelecidos no território no decorrer da Ditadura, com vistas a resolver, não só a questão do isolamento, bem como outros problemas demográficos e econômicos do Brasil. Segundo Gomes, esses problemas demográficos e econômicos estão associadas a duas realidades do Brasil na época. A primeira diz respeito a expropriação de camponeses do Nordeste por seus arrendatários. A alta do preço da cana de açúcar observada a partir de meados da década de 40 fez com os que não tivessem sido expulsos, fossem submetidos a relações de trabalho que beiravam a superexploração. A segunda realidade diz respeito ao Sul o Brasil, onde um processo de minifundização logrou muitas famílias a terem pouca ou nenhuma terra para trabalhar.<sup>156</sup>

Foi necessário, contudo, para efetuar esse processo, criar, nos trabalhadores desempregados e nos sem-terra, a expectativa de que essas regiões seriam soluções definitivas para o desemprego e a falta de terra. Acenou-se com o mito do eldorado, pela qual se metamorfoseava uma região, principalmente a de Rondônia.<sup>157</sup>

A partir da segunda metade do século XX o que se pode observar é um reordenamento da lógica capitalista mundial. A medida em que avançavam os conflitos ideológicos da Guerra Fria, a inserção dos chamados países de Terceiro Mundo dentro das novas demandas da Divisão Internacional do Trabalho se fez sentir presentes no Brasil, por exemplo, pelo fornecimento de matérias-primas, como por exemplo a cassiterita. Assim, a construção de uma infraestrutura e obras que pudessem dar suporte a essa lógica se faz necessária.<sup>158</sup>

A construção de eixos viários rasgando a Amazônia teve um papel muito importante para as políticas geoestratégicas do Estado nacional na segunda metade do século XX, pois, contribuiria com a solução de conflitos demográficos e serviria de base para a fomentação de entrada do capital externo e interno na região.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná**. 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 36-38.

<sup>157</sup> PAES, Tania. EM BUSCA DO ELDORADO: ROLIM DE MOURA. **Revista Eletrônica Veredas Amazônicas**, v. 1, n. 1, 2015. p. 120).

<sup>158</sup> DA SILVA<sup>1</sup>, César Pereira. **Influência das políticas de integração da Amazônia nas dinâmicas demográficas da região Norte do Brasil**. 2017. p. 2.

<sup>159</sup> *Ibid.*, p. 4.

Em 1966 o Brasil já vivia há dois anos sob a égide da Ditadura, período esse que duraria até 1985 e do qual suas ações tiveram grande impacto na organização socioespacial do Estado de Rondônia. O forte discurso e integração nacional promovido pelos militares, no caso de Rondônia, ganhou força com a conclusão de obras, como é o caso da BR-364, e a construção de outras rodovias interligando regiões tidas como isoladas, e que embora o projeto original não tenha sob estes governos, serviu como outras rodovias espalhadas na região amazônica como principal via de entrada e saída de pessoas a produtos, atendendo a demanda de matérias-primas de ordem internacional e na tentativa e resolver problemas relacionados a concentração de pessoas e conflitos agrários em outras regiões do Brasil.

Como indica Gomes, tais processos se encaixavam nos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional que além de ocupar regiões tidas como estratégicas para a resguardar nossas fronteiras tidas como “vazias”, mantendo a soberania nacional sobre a região<sup>160</sup>. As políticas governamentais da época, nesse sentido, se inseriram muito bem na lógica do governo militar acompanhada dos anos 60 tidos como o auge Guerra Fria, ou seja, “ocupar os espaços vazios seria uma forma de reduzir os riscos de ameaças externas.”<sup>161</sup>

A conclusão da obra e a conseqüente facilidade de se chegar à região, associada a pessoas que já estavam na região oriundas de ciclos anteriores e a possibilidade de ser dono de terras férteis provocou uma crescente reocupação cujo deslocamento era motivado pela perspectiva de uma vida melhor na região principalmente no final da década de 60. É importante frisar que essas rodovias amazônicas, não só a BR-364, se inseriram em 1971 de acordo com a Lei nº 1.164, que transferia um domínio de 100 km de largura de ambos os lados das Rodovias a União e conseqüentemente foram preparatórias para os projetos dirigidos que seriam desenvolvidos pelo estado.<sup>162</sup>

Antes do processo dirigido, empresas ditas particulares iniciaram um processo de loteamento, repartição e venda de terras que muitas vezes já se encontravam ocupadas

---

<sup>160</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná.** 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 43.

<sup>161</sup> Ibid., p. 71.

<sup>162</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná.** 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 73.

por outras pessoas, iludindo migrantes e gerando conflitos com os moradores da região, o que provocou a necessidade do estado em intervir.<sup>163</sup> Um dos empreendimentos fora conduzido pela empresa Calama S/A e, segundo Cunha e Moser o empreendimento não deu certo devido principalmente a quantidade de pessoas que vieram.

Não obstante aos esforços enviados pela Calama S/A para solucionar a problemática que se antepuseram a realização de suas atividades, principalmente aqueles afetos a insalubridade a regularização fundiária da gleba e o intenso fluxo inicial desordenado com a população [...] resultou uma séria tensão social.<sup>164</sup>

É importante salientar que não somente pela desorganização dos empreendimentos privados, mas pelo próprio interesse do Estado brasileiro na região fronteira, que os projetos de colonização e movimentação de pessoas para o território que seriam desenvolvidos ao longo da Ditadura, principalmente a partir da década de 1970 com vistas a resolver a ocupação desordenada, são tidos como dirigidos, uma vez que os conduzidos desde o começo do século XX, pela Marcha para o Oeste a criação do Território eram tidos como sem planejamento e erráticos.<sup>165</sup> Tais políticas, a partir dos anos 70 principalmente, se inseriram na lógica de programas como o Plano de Integração Nacional – PIN.

Como o golpe civil-militar, o governo passou a ser gerido por militares cuja preocupação com a Amazônia foi marcada por um processo colonizador que pretendia transferir populações para aquela região, como se verificou em Rondônia, criando Programas de Colonização.<sup>166</sup>

Como já mencionado, o interesse dos militares nesse tipo de política se resumia na ideia de “integrar para não entregar” ainda dentro do discurso de segurança nacional, com a inserção das regiões isoladas do Brasil na lógica do capital a partir da construção de obras de infraestrutura e resolver problemas demográficos relacionados a outras regiões do Brasil. Para atender a demanda do Plano Nacional de Integração <sup>167</sup>e viabilizar a colonização de forma controlada pelo Estado ao longo dessas rodovias foi criado em 9

<sup>163</sup> DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 14, p. 124-151, 2010. p. 126.

<sup>164</sup> Ibid., p. 128.

<sup>165</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 413.

<sup>166</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia**; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 406.

<sup>167</sup> Programa governamental instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

de Julho de 1970 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo decreto-lei nº 1.110. De acordo com GOMES “a principal função do INCRA, segundo os documentos oficiais do órgão, foi distribuir a terra e promover o desenvolvimento do campo por meio do cooperativismo, arrendamento, parcerias e uso de terras públicas”<sup>168</sup> ações essas que norteariam as políticas do órgão em Rondônia, principalmente pelos projetos de assentamento implementados.

A princípio havia dois tipos de modelos de projetos de assentamento: os PIC – Projetos Integrados de colonização e os PAD – Projetos de Assentamento Dirigidos, que distribuiriam 100 e 250 há por família respectivamente, respeitando a lógica que tinha a BR-364 como referência e que ficou conhecida como colonização espinha de peixe.<sup>169</sup> É válido lembrar que entre outras atribuições, a ação do INCRA para com esses dois projetos se diferenciava, principalmente, quanto aos critérios eletivos para um beneficiário do PAD, que exigia uma capacidade financeira na aquisição de terras e certa predisposição ao cultivo de certas culturas.<sup>170</sup>

De acordo com Cunha e Moser utilizado para assentamento dos migrantes nestes módulos foi o nível de capacitação econômica e administrativa o que incluem a força de trabalho da família<sup>171</sup>. O primeiro projeto foi o PIC Ouro Preto e eventualmente outros projetos foram sendo estabelecidos.

O INCRA vinculado ao ministério da agricultura [...] elaborou projetos integrados de colonização tendo implantado em 1970 o PIC Ouro Preto, no distrito da Vila de Rondônia então município de Porto Velho. Em 1972, foi criado o de Gi-Paraná, entre vila de Rondônia e Pimenta Bueno, hoje município de Cacoal [...] 1972, o Projeto Sidney Girão na altura de Ribeirão área hoje servida pela BR-425 que liga Guajará Mirim a Abunã. [...] em 1973 e implantou em 1974 o PIC Paulo de Assis Ribeiro ao sul do território ocupando parte dos vales do Cabixis, Escondido e Corumbiara.<sup>172</sup>

<sup>168</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná.** 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 43. p. 76.

<sup>169</sup> MARTA, J. M. C. **Rondônia; da Colonização a Integração Latino-Americana.** 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 399.

<sup>170</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná.** 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 79.

<sup>171</sup> DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 14, p. 124-151, 2010. p. 136-137.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 131.

A ideia era que esses projetos atendessem a tão sonhada demanda por uma reforma agrária e resolvesse os conflitos de terra da região nordeste, cujo o histórico latifúndio aliado as sucessivas secas logravam a população a miséria e a expulsão de pequenos agricultores do sul do país, em especial do Estado do Paraná, expulsos pela incapacidade de se adequar na modernização agrícola que o estado enfrentava.<sup>173</sup>

Os conflitos oriundos da difícil trajetória imposta aos migrantes que buscavam a terra surgiram desse meio, em geral o que se observa é que ao contrário do que dizia a intensa propaganda, a realidade um processo de controle burocrático que dificultava o acesso à terra.<sup>174</sup>

No decorrer da campanha, muitas famílias foram atraídas para a região do sul do País, para ocupar uma região que era tida como esquecida e desabitada. Eventualmente outras famílias de outros estados vieram em busca das tão sonhadas terras. Segundo Théry, ainda havia pessoas que devido as crises econômicas de grandes centros urbanos da região sudeste, também migraram para a região em busca de terra<sup>175</sup>. Entre os anseios e os objetivos com essas terras, apontam que:

A maioria dos migrantes eram da região Sul do Brasil, o objetivo destes eram adquirir terras fartas e trabalhar na agricultura, ou mesmo com gado leiteiro e de corte. Não sendo estes, talhados para o trabalho com a abertura de estradas, a construção da BR-364, demorou mais do que o previsto, originalmente <sup>176</sup>.

As condições de trabalho e vida que essas pessoas encontravam no atual território era bem diferente daquelas das quais imaginavam a princípio, mas ainda assim, o Território Federal do Guaporé bem como a região da Amazônia Legal, por intermédio dos mesmos tipos de projeto sofreu um grande *boom* populacional. Com a grande mobilização de famílias, o INCRA se deparou com inúmeras consequências negativas. Para se ter uma ideia da proporção, no começo da década de 60 ao começo dos anos 80 a

---

<sup>173</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 171.

<sup>174</sup> *Ibid.*, p. 68.

<sup>175</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012p. 173.

<sup>176</sup> SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. In: **Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018., 2018. p. 8.

população da Região Norte praticamente dobrou.<sup>177</sup> De acordo com Cordeiro, já existiam inúmeras pessoas habitando o território, indígenas, seringueiros, garimpeiros entre outros que não se adequavam nas exigências do INCRA para loteamento, mas que muitas vezes já viviam da terra. Ao construir a ideia de que a região era um verdadeiro vazio demográfico, a medida em que famílias cujo objetivos eram os assentamentos foram chegando, não demoram a se deparar com esses outros agentes, e conseqüentemente vários conflitos pela posse da terra aconteceram<sup>178</sup>.

De acordo com Théry, havia uma distância muito grande entre a oferta de terras e a demanda, e na tentativa de resolver isso da maneira mais simples o Estado, por meio do INCRA, passou a limitar novos loteamentos a 50 há no final dos anos 70<sup>179</sup>. Os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento (PA) surgiram como respostas a quantidade de pessoas que chegavam e não conseguiam ser alocadas a uma porção de terra. O PAR conseguiu assentar 12 mil famílias e o PA serviu como alternativa mais rápida e eficaz para distribuição de terras.<sup>180</sup> Esses programas se incluíam na última onda de políticas e investimentos orientadas pelos governos da Ditadura e se inserem na política conhecida como POLONOROESTE.<sup>181</sup>

Ainda havia outro problema relacionado as condições pelas quais esses colonos tinham que enfrentar. Ao chegarem, eram direcionados as bases do INCRA espalhadas ao longo da BR-364 cujo o objetivo era cadastramento e realização da distribuição dos lotes, vale lembrar que muitos desses locais eram antigos postos de utilização da Linha Telegráfica e essa quantidade de pessoas não demorou a lograr o surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Havia duas possibilidades: conseguir um lote ou não. Ainda assim, ao conseguir, essas famílias estavam à mercê a própria sorte e trabalho, deveriam

---

<sup>177</sup> DA SILVA<sup>1</sup>, César Pereira. **Influência das políticas de integração da Amazônia nas dinâmicas demográficas da região Norte do Brasil**. 2017. p.8.

<sup>178</sup> CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. Pioneiros, fundadores e aventureiros—a ocupação de terras em Rondônia. **Revista de Antropologia**, v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018. p. 129.

<sup>179</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira**. 2012. p. 176.

<sup>180</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná**. 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 80-81.

<sup>181</sup> O plano tinha como alguns de seus objetivos e metas promover uma maior integração nacional, por meio da a reconstrução e a pavimentação da rodovia Cuiabá - Porto Velho. Promover uma readequação demográfica de populações marginalizadas para outras regiões, por meio da a implantação e a consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido.

cumprir inúmeras exigências, como abertura de picadas<sup>182</sup> e desmatamento parcial de suas terras. A ideia era incentivar os colonos a prepararem e ocupar a terra o mais rápido possível, não importando os impactos sociais e ambientais que esse processo poderia agregar. Os migrantes que ficaram sem terra tinham duras opções, lutar por ela na condição de sem-terra ou se submeter ao trabalho nas novas cidades ou como agregado na terra dos outros.<sup>183</sup>

Segundo Souza, Ximenes e Locateli ainda nesse momento muitos colonos acabavam por abandonar suas terras, na incapacidade de incorporar seu sistema produtivo a realidade da região, sobretudo por ausência do poder público em auxiliá-los e acabavam abandonando ou até vendendo seus lotes, o que a uma perspectiva futura geraria um problema de concentração de terras<sup>184</sup>. Théry afirma que o próprio governo, por parte do INCRA, acabou abandonando a ajuda que deveria oferecer a esses colonos, se limitando a passagens semanais, isso quando o colono conseguia cumprir com a meta de abertura das picadas e estradas<sup>185</sup>. Ainda de acordo com Cunha e Moser:

O migrante, decorrente do baixo nível de escolaridade, falta de condições financeiras, e às mudanças radicais, das relações sociais com as viagens, passa a ser dono da terra, diante de uma realidade que nunca tinha se deparado antes, tornando-se difícil para ele exercer as funções econômicas básicas que são as de proprietário, administrador e trabalhador, sente-se inseguro, levando muitas vezes a desistir de sua parcela.<sup>186</sup>

Seja voltando para sua região de origem ou voltando para as bases do INCRA, muitas famílias se deparavam com outras cuja vida teve de se adaptar à realidade, uma vez que haviam abandonado e renunciado muitas coisas em nome desse futuro. No limiar de todos esses problemas, esses núcleos de concentração passaram a se tornar vilas e conseqüentemente cidades, a exemplo de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena entre

<sup>182</sup> A abertura de picadas faz alusão ao trabalho manual de abertura de seus lotes feitos pelos colonos, que por sua vez deram origem as primeiras estradas.

<sup>183</sup> FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da agricultura camponesa. *Linguagem Acadêmica*, v. 1, n. 1, p. 135-156, 2011. p. 145.

<sup>184</sup> SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. In: **Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018. p. 11.

<sup>185</sup> THÉRY, Hervé. Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 130.

<sup>186</sup> DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 14, p. 124-151, 2010. p. 146.

várias outras, onde de acordo com Théry essas pessoas tentam se dedicar a atividades que faziam intermediação entre o mundo rural e esse nascente mundo urbano, dando início a uma perspectiva de terceirização do trabalho e abrindo espaço para outras atividades produtivas e outros perfis de mão de obra imigrante.<sup>187</sup>

O conseqüente surgimento de núcleos urbanos, que até então eram administrados em suma pelos municípios de Porto Velho e Guajará Mirim, fornece espaço para a criação de novos municípios pelo decreto Lei n° 6.448 de 11 de outubro de 1977, revelando uma nova estrutura político administrativa do território.<sup>188</sup> Contudo, esses novos núcleos urbanos estavam todos concentrados ao longo da BR-364, estratégia essa que já não respondia mais as perspectivas de crescimento do e povoamento do estado, uma vez que outras regiões, sobretudo ao oeste do estado passaram a ser ocupadas, ou seja, fora do eixo da rodovia. A condução e orientação das políticas em Rondônia, orientadas pelo eixo da BR-364 criam uma espécie de exclusão social de localidades, que ainda hoje podem ser observadas quanto a sua distensão de desenvolvimento se comparada as cidades da espinha dorsal do Estado.<sup>189</sup>

Entre outras medidas da Ditadura Militar sob orientação do POLONOROESTE estão a elevação do território ao patamar de um estado em 22 de Dezembro de 1981, o programa contava com investimentos massivos, sobretudo do Banco Mundial, e cujo o empreendimento de maior destaque talvez seja a pavimentação da BR-364, que em seus 1400 km de extensão, de acordo com Théry, praticamente consumiu 42% de todos os recursos relacionados ao programa<sup>190</sup>.

O PIC Ji-Paraná (que deu origem a cidade de Rolim de Moura, alvo da discussão que será desenvolvida no terceiro capítulo) foi fundado no ano de 1972, tendo sido o terceiro projeto do tipo implementado no então Território Federal de Rondônia, cuja área que hoje é o município de Cacoal, e fora definida como sede do Incra.<sup>191</sup> Portanto, o município de Rolim de Moura se insere dentro da lógica de projetos implementados pela

---

<sup>187</sup> THÉRY, Hervé. Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012. p. 178.

<sup>188</sup> DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. Revista Labirinto (UNIR), v. 14, p. 124-151, 2010. p. 132.

<sup>189</sup> ALBUQUERQUE, Herbert Lins; DA COSTA SILVA, Josue. Gestão do território em Rondônia: impositiva ou participativa? **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 41-53, 2017. p. 42.

<sup>190</sup> THÉRY, Hervé. **Rondônia**: mutações de um território federal na Amazônia brasileira. 2012p. 185.

<sup>191</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Tondônia (1970-1980)**: estudo da atual configuração fundiária da área do pic Ji-Paraná. 2019. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. p. 86.

Ditadura e está a margem de todas as nuances políticas e processos migratórios para a região.

Os projetos de Colonização continuaram assentando famílias em Rondônia, com vistas a ocupar áreas que outrora não foram privilegiadas, como a região oeste do estado, por exemplo. O Programa Integrado de desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE -, implementado a partir do início dos anos 80 e outros programas de assentamento menores em meados dos anos de 1990, apesar de contar com apoio e financiamento do Banco Mundial, tiveram que lidar com situações que envolviam o controle e a mitigação de conflitos devido a ocupação desordenada do espaço, o que nem sempre foi evitado, a exemplo do episódio do Massacre de Corumbiara. Outro fator dizia respeito ao crescente desmatamento do estado que vinha alcançado taxas de crescimento alarmantes. Apesar do financiamento e dos objetivos do governo a nível estadual e federal sempre objetivarem o bem estar e o desenvolvimento sustentável da população do estado em meio ao seu crescimento, tanto urbano, quanto rural,<sup>192</sup> o que observamos são projetos e construção de obras ditas modernizantes, mas que não são acessíveis ou até mesmo intangíveis para boa parte da população, seja do Estado de Rondônia, seja fazendo alusão a empreendimentos mais antigos, como os da Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

Marta, ao analisar os empreendimentos que tinham por objetivo modernizar a região, chama atenção ao fato de que além de não serem disponibilizados como benefício para boa parte das pessoas, os custos humanos de suas construções eram demasiadamente altos, sem contar o fato de que muitas vezes essas obras se tornavam ultrapassadas logo quando encerradas, caso da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e das Linhas Telegráficas, ou beneficiam indivíduos e empreendimentos de outros estados, como é o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio<sup>193</sup>.

Apesar disso, o Estado de Rondônia hoje, apresenta dados e situações que merecem destaque a atenção, principalmente ao se pensar em todo longo processo discutido. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado cresceu praticamente 40% de 1991 a 2010. O Setor Terciário ocupa 65% da composição do Produto Interno

---

<sup>192</sup> MARTA, J. M. C. Rondônia; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufmt, 2018. v. 1. 464p. p. 412-417.

<sup>193</sup> Ibid., p. 351-356.

Bruto do Estado, evidenciando o crescimento a participação econômica dos 52 municípios do Estado.<sup>194</sup>

Rondônia ainda conta com uma rede de transportes cujo protagonismo é ocupado pela BR-364 e diversas rodovias estaduais e um certo aproveitamento de seu potencial para navegação fluvial. A produção energética do Estado tem potencial e alimenta outros grandes centros urbanos do Brasil, como é o caso das usinas do Rio Madeira, sem contar nas outras usinas e PCHS que fornecem energia para dentro do estado. Rondônia conta com uma UF, a Universidade Federal de Rondônia, com oito campi espalhados pelas principais cidades do estado e com uma gama diversificada de cursos ofertados. Para formação superior ainda existe o Instituto Federal de Rondônia, que recentemente passou a oferecer cursos de graduação em seus campi e diversas faculdades privadas.<sup>195</sup>

### **CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DA CIDADE DE ROLIM DE MOURA**

Rolim de Moura é um município do interior do Estado de Rondônia, distante aproximadamente 500 km da capital, Porto Velho. No nome da cidade, encontra-se uma homenagem a D. Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro governador da capitania do Mato Grosso. Segundo Silva, Antônio Rolim de Moura chamou atenção do rei de Portugal por demonstrar grande conhecimento em diversas áreas, e assim partiu para o Brasil com a missão de vir para a região onde hoje são vários estados do Brasil, incluindo Rondônia.<sup>196</sup>

Possui, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2019, 55.058 habitantes ocupando a 7º posição no ranking do Estado. Está localizado ao oeste do Estado, em uma região fora do eixo principal da BR-364 em uma região conhecida como Zona da Mata (ZMR) no Vale do Guaporé. De acordo Trubiliano:

---

<sup>194</sup> MARTA, J. M. C. Rondônia; da Colonização a Integração Latino-Americana. 1. ed. Cuiabá: Edufimt, 2018. v. 1. 464p. p. 435.

<sup>195</sup> Ibid., p. 438-443.

<sup>196</sup> SILVA, Maria Aparecida da. As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970e 1980. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 56.

A Zona da Mata Rondoniense (ZMR) é formada por uma área de 1.458 km<sup>2</sup>, que abrange os municípios de Rolim de Moura, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheira, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Santa Luzia d'Oeste e São Filipe d'Oeste.<sup>197</sup>



**Figura 3** - Cidade de Rolim de Moura - RO<sup>198</sup>

Rolim de Moura é a maior e mais populosa cidade dessa região e na estrutura hierárquica possui papel de destaque, servindo para a população das outras cidades como local de trabalho, de oportunidade para cursar um nível superior e mesmo para atendimento médico de urgência e mais especializado. Segundo o Trubiliano, o incentivo a formação desses núcleos urbanos, funcionaria instrumento de desenvolvimento e defesa da fronteira oeste do estado,<sup>199</sup> e apesar de originalmente a área, como é o caso de Rolim, ter feito parte de um dos Programas Integrados de Colonização, se tornou um município em decorrência da rica atividade madeireira que marcou um ciclo de prosperidade da região, e como uma alternativa de mão de obra aos potenciais empreendimentos do governo na Região.

Antes de ser elevada a condição de município, Rolim pertencia as áreas do município de Cacoal, criado no dia 11 de outubro de 1977 segundo a lei n° 6448. Rolim de Moura foi elevada a condição de município por meio do Decreto-Lei Estadual n° 071

<sup>197</sup> TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre as frentes pioneiras na Zona da Mata Rondoniense (1970-2000). Albuquerque: revista de história, v. 8, n. 16, 2016. p. 131.

<sup>198</sup> WIKIPEDIA. Rondônia – Município de Rolim de Moura. Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Rondonia\\_Municip\\_RolimdeMoura.svg/300px-Rondonia\\_Municip\\_RolimdeMoura.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Rondonia_Municip_RolimdeMoura.svg/300px-Rondonia_Municip_RolimdeMoura.svg.png)>. Acesso em: Mar 2020.

<sup>199</sup> Ibid., p. 139.

do dia 05 de agosto de 1983 e sancionado pelo governador da época, Cel. Jorge Teixeira de Oliveira.<sup>200</sup>

Para construção de informações sobre o desenvolvimento do município ao longo dos anos 1980 foram utilizadas fontes escritas de trabalhos e publicações com temáticas similares além de entrevistas com cinco indivíduos que vieram como imigrantes ao longo dessa década e constituíram sua vida aqui. As pessoas escolhidas seguiram critérios estabelecidos, na qual a ideia era trazer a perspectiva de realidades socioeconômicas, trajetórias diferentes, idades diferentes, ano de migração e visões de mundo totalmente diferentes. Apesar de corroborarem em alguns pontos, Silvio, Nivaldo, Adi Baldo, Cleonice e Tereza relataram situações e experiências diversas cujas impressões demonstram um sentimento nostálgico muito grande em relação a esse momento da história do município, seja pela trajetória, pelas dificuldades, pelas pessoas que conheceram e os lugares que conviveram nesse processo.

Esses relatos orais, de acordo com Montenegro, fornecem aos historiadores algo diferente do que documentos de cartório, imprensa por exemplo, onde os registros da história são imediatos. Segundo o autor, os relatos de memória individual possibilitam que, ao estudá-los, se adquira um conhecimento das formas de elaboração do passado de parcelas da população ou do grupo social dos entrevistados<sup>201</sup>, no caso, imigrantes que saíram em busca de melhores condições de vida ou oportunidades, não importando as condições anteriores.

A exemplo de uma entrevista concedida por Zygmunt Bauman ao jornalista Benedetto Vecchi, cujo moldes fugiram um pouco do padrão por ter sido realizada por e-mail, onde o autor, inclusive relata as dificuldades desse processo<sup>202</sup>, duas das entrevistas foram realizadas via web conferência devido ao isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19 desde março de 2020 no Estado de Rondônia. Assim como relatado na entrevista de Bauman, a experiência foi diferente e enriquecedora, onde se por um lado o encontro pode ser viabilizado, por outro pude sentir algum desconforto e dificuldades

---

<sup>200</sup> OLIVEIRA, Ovidio Amélio de. **Evolução Histórica e Geografia de Rolim de Moura**. Dinâmica Editora e Distribuidora LTDA. Porto Velho-RO, julho de 2001. p. 18-35.

<sup>201</sup> MONTENEGRO, Antonio. HISTÓRIA E MEMÓRIA COMBATES PELA HISTÓRIA. **Revista Latinidade**, v. 1, n. 1, 2015. p. 3-4.

<sup>202</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005. p. 7.

quanto a transcrição devido ao microfone e o ambiente onde os entrevistados se localizavam no momento da fala.

Outro fator que chama atenção, ainda segundo Montenegro, é que os relatos orais de memória ao reconstruir lembranças, mesmo que as experiências presentes ou do cotidiano possibilitem um certo processo de mudança na forma de significar os registros do passado, há entrevistados que repetem o mesmo relato acerca de um acontecimento, que é o exemplo do que será relatado quando buscamos entender as motivações da vinda para Rolim de Moura, as dificuldades, as impressões e o cotidiano desses migrantes.<sup>203</sup> O autor também menciona o cuidado que o historiador precisa ter ao analisar esses relatos, para que não se tornem apenas memorialismos, buscando compreender o passado e as situações relatadas e pesquisando outras fontes documentais sobre o tema para construir uma narrativa histórica.<sup>204</sup>

### **III.I - Rolim de Moura nos anos 80: dos grandes processos migratórios ao surto madeireiro**

Conforme Tribuliano, podemos compreender o desenvolvimento de Rolim de Moura e dos outros municípios da Zona da Mata a partir de dois momentos. O primeiro diz respeito ao processo de formação desses núcleos entre 1970 e 1990 e o segundo, de consolidação do espaço urbano e pelo aprofundamento das relações capitalistas entre 1990 e 2010.<sup>205</sup>

Originalmente a área que compreende o município fazia parte do PIC Gy-Paraná, que fora criado em 1972 com objetivo de atender os interesses dos governos expostos no Plano de Integração Nacional. A ideia era assentar cerca de 4000 famílias em uma área de 486.137 hectares tendo como a região do atual município de Cacoal como a região de sede para as ações do INCRA na região (GOMES).<sup>206</sup> De acordo com Silva, é importante

---

<sup>203</sup> MONTENEGRO, Antonio. HISTÓRIA E MEMÓRIA COMBATES PELA HISTÓRIA. **Revista Latinidade**, v. 1, n. 1, 2015. p. 4.

<sup>204</sup> Ibid., p. 8.

<sup>205</sup> TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre as frentes pioneiras na Zona da Mata Rondoniense (1970-2000). **Albuquerque: revista de história**, v. 8, n. 16, 2016. p. 132.

<sup>206</sup> GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Rondônia (1970-1980): estudo da atual configuração fundiária da área do pic ji-paraná**. 2019. dissertação de mestrado. universidade federal de mato grosso. p. 87.

salientar que o INCRA não tinha qualquer pretensão em ceder terras para a atual região de Rolim de Moura, algo que segundo a pesquisadora, ocorreu por pressão devido ao grande número de imigrantes que chegavam a região e foram abrindo o caminho por conta própria.<sup>207</sup>

De acordo com Souza *et. al.*, as famílias assentadas deveriam desmatar cerca de 50% dos seus lotes, e ao passo em que esse processo demonstrava ser um desafio para uns, abriu possibilidades dada a quantidade de madeiras nobres que tinham no entorno das regiões de Cacoal, Pimenta Bueno e Rolim de Moura.<sup>208</sup>

Os entrevistados Dr. Nivaldo e Cleo atestam que boa parte dos motivos que levaram a migração para região se encontram no fato de o governo realizar uma intensa propaganda na época, como podemos observar na fala de Nivaldo:

Foi quando na época do governo militar, e eles disseram o seguinte integrar para não entregar, era justamente povoar a Amazônia, por que desde aquele tempo já tinha essa mesma concepção do que tá acontecendo hoje, de exploração, de contrabando e leva na mão grande digamos assim, as riquezas daqui, então os militares já viam isso, e eles, foi quando eles abriram, aquela abertura a transamazônica, aquelas coisas todas e o pessoal começou a chegar.<sup>209</sup>

Como mencionado anteriormente, o governo tentava resolver problemas demográficos relacionados a outra região, e uma intensa propaganda construída a partir do slogan de “Integração Nacional” vendia a ideia de que Rondônia seria o verdadeiro El Dorado.<sup>210</sup> E mesmo os outros entrevistados, ao serem questionados se a propaganda incentivou-os ou a família, relataram que foram indicações de pessoas que já viviam ou que haviam vindo pra região, nos levando a crer que indiretamente foram motivados pela mesma propaganda, uma vez que provavelmente esses terceiros vieram sob esse mesmo prisma.

<sup>207</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 68.

<sup>208</sup> SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. In: **Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018. p. 10.

<sup>209</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira**. Rolim de Moura, 2020.

<sup>210</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

Quem chegou antes mesmo da região ser elevada a condição de município, relata que a quantidade de pessoas que chegavam a Rolim em busca de um sonho todos os dias era grande e as dificuldades impostas pela viagem e pela própria condição de isolamento da região fazia com que a viagem fosse um verdadeiro desafio. Cleo relata que a viagem de sua família, do interior do Paraná até aqui fora complicada: “[...] chegar aqui, né, foi bem difícil, é... Levamos 3, 4 dias... é até... até... 3, 4 dias até... até Cuiabá... Depois acho que foram dois dias, três dias, mais três dias pra chegar até aqui”.<sup>211</sup> Impressão essa que Tereza, mais conhecida como Dona Terezinha relata de sua longa vinda do Paraná até Rolim de Moura:

As dificuldades, levava até 15 dias para chegar a Rolim de Moura, do Paraná aqui. Que era toda de terra as estradas, eram difíceis. Então eles vinha de caminhão, ficava até 15 dias é... Ficava em barreiro, tinha um areial de Cuiabá a Rondônia, que segurava todo quanto era carro. Que tinha gente até que morria ali e enterrava por ali mesmo, de Cuiabá a Rondônia.<sup>212</sup>

A princípio, Rolim de Moura seria uma área de assentamento rural vinculada a estrutura do PIC, a região do município recebeu enormes leva imigrantes que vinham sendo atraídos pela promessa de uma terra fértil, boa o suficiente para garantir o sustento de suas famílias. Silva chama atenção ao fato de quando são analisadas as famílias que eram contempladas pelo PIC, a ideia era que fossem de pequenos agricultores, sem terras ou expropriados de suas regiões de origem.<sup>213</sup>

Na prática, o que se observou ao longo do processo de colonização foi uma situação avessa ao mencionado. As propagandas de promessa de terras férteis nem sempre eram a realidade encontrada por essas pessoas que muitas vezes saiam de suas terras em busca de um sonho. Essa ausência de conhecimento sobre as terras e a de falta de assistência por parte do próprio estado. De acordo com Cunha:

As assistências prometidas pelo governo consistiam em créditos ao migrante para implantação de benfeitorias na terra, infraestruturas, serviços de saúde, educação, dentre outros. Entretanto, experiências

---

<sup>211</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>212</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>213</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980.** 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 50.

relatadas pelos migrantes demonstra que estas assistências se tornaram insuficientes frente ao alto número de migrantes que chegaram a Rondônia na época em tela.<sup>214</sup>

Muitos começaram a vender suas próprias terras e se estabelecer no viria a ser o núcleo urbano de Rolim de Moura. Outros, sequer tinham acesso à terra a princípio e foram se estabelecendo nas proximidades do Rio Anta Atirada e do escritório do INCRA, construindo as primeiras casas e pontos comerciais que viriam a ser o núcleo urbano de Rolim de Moura (SILVA)<sup>215</sup>. Esses fatores elencados, contribuíram economicamente para a extração de madeira na região e a cidade cresceu acompanhando esse surto econômico bem marcante de sua história.

Mas para que isso fosse possível, a floresta foi dizimada em quase sua totalidade favorecendo o que podemos denominar de ciclo da madeira em Rolim de Moura, provocando o assoreamento do solo, em virtude da maior parte da terra ser imprópria para o desenvolvimento das técnicas agropastoris (SILVA).<sup>216</sup>

Se intencional por parte do Estado, ou não, uma possível associação pode ser feita entre as medias estabelecidas pelo INCRA de desmatamento e as possibilidades de um rico potencial para extração de madeira (TRIBULIANO, 2016).<sup>217</sup> De fato, a indústria madeireira foi determinante para consolidação do município, uma vez que a ideia original do Programa de Integração Nacional para formação de núcleos urbanos estava concentrada em um projeto chamado Núcleos de Assentamento Rurais – NUARES. Esse projeto foi implantando durante as políticas que nortearam o Programa Polonoroeste a partir da década de 1980, e segundo Souza *et. al.*, grande parte dos núcleos urbanos de Rondônia surgiram a partir desse projeto.<sup>218</sup> O fato é que o crescimento de Rolim de

<sup>214</sup> Cunha, Elton Alves da. **Migrações, sociabilidades e identidades em Rolim de Moura-RO** / Elton Alves da Cunha. --Porto Velho, RO, 2017. p. 36 e 37.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 73.

<sup>216</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 53.

<sup>217</sup> TRIBULIANO, Carlos Alexandre Barros *et. al.* Colonização pela “pata da vaca”: apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense. **Revista Trilhas da História**, v. 6, n. 11, p. 42-57, 2016. p. 52.

<sup>218</sup> SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. In: **Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018. p. 8.

Moura é tido como algo espontâneo de acordo com autores como Coy, que afirma que o crescimento da cidade se deu por conta das possibilidades da exploração de madeiras nobres para a exportação indo de encontro também a ideia de interiorização em direção ao Vale do Guaporé,<sup>219</sup> anteriormente mencionado.

Tido como o ponto de ligação comercial entre o eixo da BR-364 o Vale do Guaporé, a ação do estado frente ao isolamento da região se fez presente após uma série de reivindicações feitas ao então Governador Jorge Teixeira<sup>220</sup>, para que fizesse a abertura e conservasse as estradas vicinais que davam acesso a Rolim de Moura, por meio da RO 010 entre Pimenta Bueno e Rolim de Moura e a Linha 208, entre Cacoal e Rolim (SILVA).<sup>221</sup>

Rolim de Moura foi elevada ao nível de município pelas possibilidades de arrecadação tributária que o Território, elevado a condição de Estado em 1981, poderia adquirir, uma vez que a região era rica em extração vegetal de mogno e representava 50% da produção agrícola de Cacoal – sem contar pelo fato de abrir espaço para colonização frente a região oeste do Estado (SILVA).<sup>222</sup>

Para se ter uma ideia da quantidade de madeira beneficiada na região de Rolim de Moura, apesar de divergentes, alguns autores, como Tribuliano<sup>223</sup> e Coy<sup>224</sup> atestam que mais de 100 serrarias chegaram a funcionar simultaneamente. Ovídio Amélio de Oliveira, em seu livro tido como um dos primeiros a narrar a história do município, alega que Rolim chegou a ter instalada 200 indústrias do tipo.<sup>225</sup> Algo que é corroborado pela fala de Dona Terezinha quando questionada sobre a quantidade de madeira explorada na região. Ela

---

<sup>219</sup> COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira": o caso de Rondônia. **Fronteiras, Editora Universidade de Brasília/ORSTOM**, p. 167-194, 1988.

<sup>220</sup> Primeiro governador do Estado de Rondônia, militar nomeado pelo presidente Figueiredo.

<sup>221</sup> DA SILVA, Maria Aparecida. MIGRAÇÃO EM ROLIM DE MOURA E OS INTERESSES DO ESTADO. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 16, p. 62-75, 2012.

<sup>222</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 57.

<sup>223</sup> TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros et al. Colonização pela "pata da vaca": apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense. **Revista Trilhas da História**, v. 6, n. 11, p. 42-57, 2016. p. 49.

<sup>224</sup> COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de "fronteira": o caso de Rondônia. **Fronteiras, Editora Universidade de Brasília/ORSTOM**, p. 167-194, 1988. p. 177.

<sup>225</sup> OLIVEIRA, Ovidio Amélio de. **Evolução Histórica e Geografia de Rolim de Moura**. Dinâmica Editora e Distribuidora LTDA. Porto Velho-RO, Julho de 2001.

conta que a família se mudou para a região justamente por conta da exploração madeireira, e quando questionada se o marido, o grande propulsor dessa ideia, fora influenciado por alguma propaganda ela rapidamente atesta que não, partiu dele próprio a medida em que foi viajando rumo ao norte do Brasil, passando por vários estados até chegar a Rondônia.

Eles lá no Paraná não tinha mais madeira pra eles trabalhar, o que eles fazia, desde dele rapazinho, o que eles fazia, era mexer com isso, o pai dele tinha fazenda de café, lá no Paraná, eles tomavam conta, por que o pai, eles moravam em São Paulo, depois foram pro Paraná, e como ai, a mãe faleceu, a herança que tocou pra eles, eles compraram esta serraria, ai os dois foi tocando, até acabar a madeira, ai os dois saíram, Mato Grosso, procurando lugar, que eles queria continuar com a madeira.<sup>226</sup>

As impressões dos entrevistados quanto as atividades madeireiras na região de Rolim foram unânimes, a cidade cresceu, se emancipou e se desenvolveu a margem dessa atividade. Segundo Nivaldo “a exploração da madeira já era de 79 por ai, 78, 79 eu acho que até antes já tinha madeira por aqui, mas o boom mesmo foi em 85, 82, 83.”<sup>227</sup> Ainda segundo ele, o fluxo de imigrantes que chegavam a Rolim todos os dias aumentava na medida em que a atividade madeireira crescia. que o fluxo de pessoas que chegava a Rolim diariamente era muito grande. “Nivaldo: mais na época, chegava muita gente, chegava de caminhão, aqui em Rolim [...], os migrantes viram do Nordeste, do Paraná, rio grande do sul, minas, São Paulo, tudo *conté canto*”.<sup>228</sup>

Silvio conta que a atividade madeireira o impressionava desde os primeiros dias estabelecidos em Rolim de Moura, por conta da quantidade de pessoas envolvidas no processo: “[...] é parecia um formigueiro a cidade de gente, corria muito dinheiro, era lavoura, principalmente madeira, era, na época da madeira era um caminhão toreiro passando um atrás do outro.”<sup>229</sup> Já, Cleonice, ainda que pequena, conta que:

Era muito grandioso. Eu acho que assim, é até maior do que eu consigo lembrar ou você imaginar de tudo que se descreve. Porque era caminhão

<sup>226</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>227</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>228</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>229</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

um atrás do outro, muita madeira saindo o tempo todo. Era muita atividade e muitas madeiras mesmo, muitas. Né, assim. Madeiras, serrarias pequenas, grandes. Até minha casa era localizada, a gente morava perto da onde ficava a antiga Mavel que era uma que trabalhava o tempo todo. Então assim, esse era um... Na verdade, na época era o medo de sair na rua era cuidado com os caminhões, cuidado com os caminhões. Porque o tempo todo essa madeira estava descendo, indo para os outros lugares. Então era grandioso sim. Foi um momento em que era assim: vamos derrubar tudo, o que tem perto vamos derrubar e vamos fazer dinheiro disso.<sup>230</sup>

O fato é que a o município cresceu vertiginosamente ao longo dos anos 1980 e começo dos anos 1990, fazendo com que a população, que outro hora buscava recursos em Cacoal, se surpreendesse com o crescimento da cidade que passa a ser um centro comercial, realizando o papel de centro comercial que Cacoal realizava, com outros distritos próximos, na região conhecida como Zona da Mata.<sup>231</sup>

### **III.II - Rolim de Moura: primeiras impressões, sonhos e cotidiano dos migrantes**

Percebe-se que ao longo do processo, indivíduos de diversos locais do Brasil vieram para Rondônia e Rolim de Moura em busca de oportunidades de conquistar uma vida melhor. Em grande parte, associa-se esse processo de imigração exclusivamente a imigrantes vindos da região Sul, mas pessoas também vieram da região sudeste, nordeste e centro-oeste em busca de objetivos, de certo modo, convergentes. É interessante ressaltar, como atesta Silva, que a cidade de Rolim de Moura originalmente não fazia parte de qualquer projeto de assentamento e cuja possibilidades madeiras, a princípio, nem eram levadas em consideração. A região, como várias outras, marginais ao trajeto da BR-364, tiveram de passar por processos de assentamento devido a demanda de pessoas que chegavam.<sup>232</sup> Silvio que vivia no Estado de Goiás relata que a ideia de vir para Rondônia em 1986 partiu de seu pai:

---

<sup>230</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>231</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980.** 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais)–Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 53.

<sup>232</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980.** 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais)–Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 84.

Rondônia era um território novo, é... meu pai teve certo problemas financeiro, é... Devido algumas sociedades lá, e aí o pouco que ele conseguiu guardar ele tentou vir pra um novo território pra tentar melhorar a situação financeira da família, por que ficou meio precária né e o dinheiro que sobrou ele conseguiu comprar uma terra aqui em Rondônia e viemos embora pra Rondônia. Nos quando fomos morar lá no sítio, tem um sítio, mas a família ficou residindo em Rolim de Moura.<sup>233</sup>

Nivaldo atesta que a vontade de vir para a região partiu dele mesmo. Ele conta que o pai o chamou de louco, por querer terminar a faculdade de direito e ao invés de aproveitar as potencialidades que sua cidade natal, no interior de São Paulo oferecia, resolvera vir para Rondônia em 1984.

Eu vou mudar, eu vou pra Amazônia, por que, por que eu tenho essa vontade de mora lá, e aconteceu, e aconteceu justamente quando tava tendo uma propaganda governamental com relação à Rondônia, e todo mundo, o governo incentivava a vir pra Amazônia, a vir pra Rondônia especificamente, foi quando na época do governo militar, e eles disseram o seguinte integrar para não entregar, era justamente povoar a Amazônia.<sup>234</sup>

Em ambos os casos é interessante notar que os indivíduos se constituíram no núcleo urbano de Rolim de Moura. Ainda que a região fosse extremamente inóspita e não apresentava condições de moradia iguais aos locais de origem, aproveitaram as possibilidades que um município no seio de seu nascimento oferecia. Saindo geralmente de cidades que apresentavam certa condição de desenvolvimento, as primeiras impressões com o núcleo urbano, despertavam todo o tipo de sentimento nesses imigrantes, a começar pela impressionante quantidade de famílias que chegavam todos os dias. Nivaldo conta que:

Esse pessoal, esses migrantes, eles chegavam e desciam ali, desciam aos montes sabe? Então descia assim, chegava cinco, seis, dez famílias por dia e paravam ali, pernoitavam e depois sumiam ali pra dentro porque tavam pegando terra e com isso Rolim de Moura foi crescendo.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

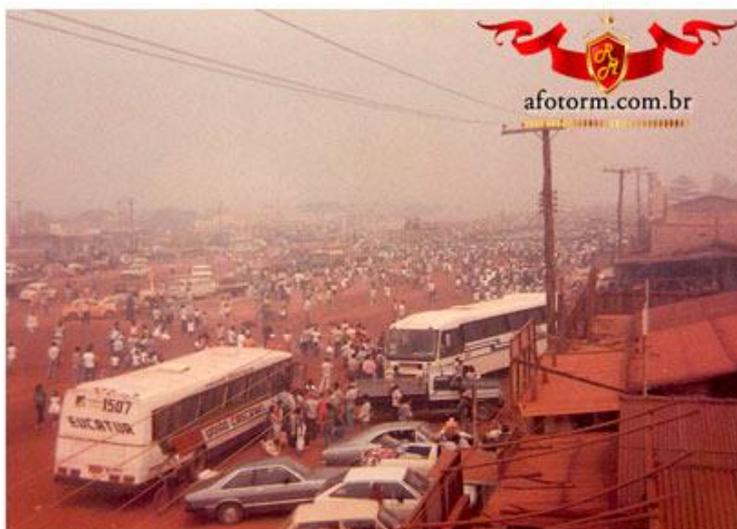
<sup>234</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>235</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

Cleonice que chegou aqui por volta do ano de 1980 ainda criança, acompanhando o pai, a mãe e a irmã, corrobora quando salienta quantidade de pessoas que chegavam e quantidade de pessoas que realizavam o mesmo trajeto que eles:

Muita, muita gente, na verdade no ônibus que nós viemos, tinha muita gente, ai depois no caminhão que nós viemos, tinha muita gente, cachorro, mudança, e a gente veio em cima desse caminhão, muita gente chegando, era muita gente, é.. Sabe na festa de exposição, quando ia muita gente a pé? Parecia aquele jeito, todo mundo chegando, todo mundo indo pra um canto, cada um assim, vislumbrando uma coisa, e o olhar das pessoas [...], o que mais me dá um arrepio era o olhar das pessoas, o olhar das pessoas, era de que estavam chegando no melhor lugar do mundo, que ali transformaria a vida delas, nossa eu fico arrepiada.<sup>236</sup>

Os lugares aos quais eles se referem são antigos pontos de paradas que hoje são o coração da cidade, sempre lembrados pelos entrevistados devido a quantidade de pessoas que passaram por lá. As pessoas chegavam e na maior parte das vezes iam para outro local onde hoje é a Igreja Matriz e a praça dos Imigrantes para se organizarem e decidirem quais seriam os próximos passos.



**Figura 4:** Vista parcial do ponto de para de ônibus – 1984.<sup>237</sup>

<sup>236</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>237</sup> AFOTORM. **Arquivo Fotográfico de Rolim de Moura.** Disponível em: <<http://www.afotorm.com.br/html/arquivo/Fotos%20antigas/1984-Antigas.html#.X0UC6chKiPo>>. Acesso em: Abr/2020



**Figura 5:** Vista a frente da Praça dos Imigrantes e ao fundo a construção da Igreja Matriz.<sup>238</sup>

Nota-se que a busca por esse sonho de melhores condições de vida sempre associados a condição financeira não chamou atenção só de pessoas interessadas na posse de terras ou na exploração de madeira, mas também em atividades comerciais e mesmo na possibilidade de desenvolver projetos pessoais, seja pela saturação do mercado ou qualquer outro motivo que despertasse tal necessidade.<sup>239</sup> Nivaldo é um excelente exemplo dessa situação, ele conta que veio para Rondônia recém formado em direito para exercer o ofício de advogado, maravilhado com as possibilidades que um lugar tido como novo poderia proporcionar. Segundo ele, viajou por todas as cidades do estado das quais as impressões relatadas não se diferiam de Rolim de Moura, apesar de ser uma localidade nova se comparado a outros pontos como Porto Velho. Ao descer no famoso ponto de parada do japonês, local que na maior parte dos casos recebeu todas essas novas pessoas, uma situação lhe chamou atenção o suficiente para decidir se estabelecer aqui em meados de 1984 e exercer a profissão de advogado.

Cheguei aqui, rodei o estado inteiro, rodei até Guajará, Porto Velho. [...] fui pra espigão, Espigão já era mais organizada, era uma das melhor cidadezinha naquele tempo, Espigão, ai passei por Pimenta Bueno, um amigo meu ficou em Pimenta Bueno, [...] Quando eu cheguei em Rolim de Moura que eu disci, tinha acabado de acontecer uma briga ali dentro da rodoviária, os caras tinham se matado de faca, hora que eu disci tava aquele furduncio, ai eu olhei, aqui é o lugar da gente morar.<sup>240</sup>

<sup>238</sup> AFOTORM. **Arquivo Fotográfico de Rolim de Moura**. Disponível em: <<http://www.afotorm.com.br/image/historicas/Arquivo-fotos%20antigas/1199.jpg>>. Acesso em: Abr/2020

<sup>239</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 62.

<sup>240</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

Silvio foi outro sujeito que aproveitou as possibilidades de trabalho em uma localidade nova. Ele relata que as primeiras impressões de Rolim de Moura foram péssimas se comparado a cidade que saíra com a família do interior de Goiás no começo de 1986: “Rolim de Moura não tinha 1 metro de asfalto”. Apesar disso, e da pouca idade, ele relata com orgulho que mesmo jovem, 14 anos na época, ele conseguiu arrumar emprego em um comércio local, algo que jamais teria acontecido aonde morava e que, segundo ele, partiu dele próprio, sem nenhuma exigência de seus pais.<sup>241</sup>

Como observado no caso relatado por Nivaldo, Rolim de Moura, principalmente antes da emancipação não era um lugar tão calmo como se pode sugerir. Brigas, sobretudo envolvendo terras e desavenças de qualquer tipo resultavam em diversos homicídios que foram relatados pelos entrevistados. Silvio corrobora com relatos próprios, mesmo que alguns anos mais tarde. Segundo ele, uma de suas responsabilidades no emprego era levar os depósitos ao banco, e por mais que fosse próximo ele sempre ia acompanhado. Quando questionado se isso era apenas por precaução ele fala:

Não, Rolim de Moura era um pouco perigoso sim, tanto que tinha os bailões na cidade até, tal do cintura fina, era bem conhecido, era difícil um final de semana que alguém não era tombado, levava um tiro, uma facada, então quase todo final de semana tinha morte na cidade, era parecia um , um velho oeste mesmo.<sup>242</sup>

Cleonice e Terezinha também concordaram sobre esses momentos de periculosidade que a cidade viveu. Cleo relata que essas brigas eram sim comuns e aconteciam com mais frequência nos diversos bares que existiam pela cidade, segundo a entrevistada “Porque tudo que envolvia bebida, imagina na época as pessoas armadas, a maioria andava armada, era mais propensa qualquer discussão se tornar morte.”<sup>243</sup> Terezinha relata que mesmo no final dos anos 1980 deixar seu filho mais novo ir à escola

---

<sup>241</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>242</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>243</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

sozinho e ter de passar pelo centro de Rolim ainda não era uma opção por conta do medo.<sup>244</sup>

Essas duas migrantes são exemplos também de uma outra situação que permeava o cotidiano e vida dessas famílias: o papel da mulher. Segundo Silva, a mulher migrante estaria condicionada ao casamento, e no caso de Cleonice, ao pai, onde eles deveriam ir aonde o marido/pai fossem, sugerindo que quem pensava e tomava as decisões era o homem. Apesar de divergiram quanto a situação financeira, a essas mulheres cabia o papel de na maior parte das vezes ficar em casa e cuidar dos filhos, lidando com todas as dificuldades que uma localidade totalmente nova impunha a sua realidade, e muitas vezes lidando com situações das quais a promessa de uma nova vida e uma nova região divergiam-se totalmente. Cleonice, apesar de jovem, relata que quando chegou com a família aqui no começo dos anos 1980 vindos do Paraná o sentimento era nítido “Se nós pudéssemos nós optaríamos em ter ficado e não ter vindo pra cá, pra Rondônia.” Quando questionada sobre os motivos que levaram a migração para Rondônia e as primeiras impressões com Rolim, ela deixa claro que a posição delas se diferia do sonho vivido pelo pai.

Eu, minha mãe, porque sempre foi muito dependente do meu pai, ela nunca trabalhou fora, era super dependente. Mas nós jamais escolheríamos morar em Rolim de Moura. Vamos dizer assim que a gente se acostumou com a situação né? A gente se acostumou né, como eu te falo, a gente dependia exclusivamente do meu pai. Então, enquanto, se ele não.. Qualquer manifestação da parte dele a gente concordaria: vamos voltar? Teríamos voltado. Só que ele nunca manifestou e nunca teve vontade de retornar.<sup>245</sup>

Terezinha que também veio do Paraná paralelamente na mesma época que a família da outra entrevistada, também veio para viver o sonho e as oportunidades que o marido buscava, mas deixa claro em certo ponto que nunca fora sua vontade sair de Cianorte, que na visão dela era uma cidade que tinha toda uma estrutura para criar os três filhos, coisa que Rolim de Moura não tinha nem de longe.

Chegamos aqui, não tinha escola, Rolim de Moura, para nenhuma das minhas filhas e filhas da Benta. Aí ficamos um ano em Cacoal e eles dois em Rolim de Moura. Trabalhando e montando a serraria e tal. Aí

---

<sup>244</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 16 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>245</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

depois, final de semana eles iam pra casa. Lá a gente, na época não tinha telefone, não tinha energia, nem Cacoal, nem aqui. Então era muito difícil. Aí abriu as estradas pra chegar até aqui. A gente ficava um dia todo de Cacoal a Rolim de Moura, pra chegar aqui.<sup>246</sup>

A falta de estrutura e condições em geral é algo relatado por todos os entrevistados como algo que os surpreendia a medida em que assustava, dando a impressão de que por mais que imaginassem algo do tipo jamais se parecia com o que foi encontrado. Silvio ao falar das primeiras impressões que teve com Rolim e as dificuldades iniciais conta que:

Olha, não foram boas, [...] É nós viemos de uma cidade que quando nós viemos, a nossa cidade já tinha 40 anos, era uma cidade toda estruturada, é... Urbanizada, asfaltada, água encanada, energia, rádios locais, então quando nos chego em Rolim de Moura foi um susto por que até então eu nunca tinha visto casa de madeira, e chegamos em Rolim de Moura não tinha 1 metro de asfalto, não tinha água encanada, tinha muito pouco, energia pra você ter uma ideia funcionava poucas horas por dia no centro, então era bem precária, energia de motor estacionário, é.. nossa casa não tinha energia da rede, é.. da cidade, mas nos trouxemos um grupo estacionário ai em poucos dias tivemos energia na nossa casa, pra ter água po se te ideia, tinha um poço na residência, era aquela bomba de bombear, todo dia nos tinha que bombear pra encher a caixa d'água pra ter água nos banheiros, pro se te ideia.<sup>247</sup>

Esse relato também vai de encontro com algumas outras dificuldades elencadas por Silva, onde não só recursos como água encanada e energia elétrica não existiam como recurso de transporte eram precários, onde na maior parte das vezes as pessoas andavam a pé. Essas dificuldades em se locomover eram potencialmente prejudicadas em épocas de chuvas, mesmo depois as estradas foram abertas, o que impossibilitava o transporte por conta dos atoleiros. Essa situação era potencialmente problemática quando se analisa que qualquer atendimento médico, a princípio, era direcionado a Cacoal e levando em conta que a malária era uma comorbidade comum, ficar doente não era uma opção.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 16 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>247</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>248</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970e 1980.** 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 71.

É provável que todas essas dificuldades iniciais tenham contribuído, de certa forma, para a unir as pessoas, visto que vieram de realidades e trouxeram visões de mundo diferentes, e ao chegar se depararam com várias pessoas que não conheciam, mas que provavelmente enfrentaram e tiveram as mesmas dificuldades. Nivaldo conta que ao chegar aqui com 29 anos não demorou para as dificuldades surgirem, e em meio a uma situação que ele não conhecia, poder contar com o apoio de pessoas que ele não conhecia foi crucial e isso logrou para ele amizades e pessoas que duraram por anos afins.

Lá não tem essas amizades, de você frequentar a casa dos outros, lá no Sul no São Paulo, sudeste, você vai na casa do seu parente, final de semana vou na casa da vó, a vou na casa do tio ali, o tio vem pra cá, é o máximo que acontece, não passa disso, você não fica frequentando a casa dos outros, aqui como não tinha esse parentesco, e não tinha, e quem veio, raríssimo, raríssimo as vezes, quem veio, veio sozinho ou veio com mulher e filho e só não tem outros parentes, o que que acontecia, a gente se juntava.<sup>249</sup>

Esse sentimento de unidade em meio as dificuldades também são relatadas por Cleo. Segundo ela:

Eu lembro quando meu pai ficou [...] ficou de cama por causa da malária, as pessoas saiam de outros lugares, iam lá em casa oferecer, olha tá precisando de alguma coisa? É o que tá precisando, sabe a gente conheceu muitas pessoas que se disponi..., assim que não eram conhecidas, que não faziam parte da nossa, do nosso núcleo de amizade que nos ( problemas no áudio) que se disponibilizaram em ajudar [...] na casa da minha mãe que as pessoas que vinham do campo pra cidade, eu lembro assim de umas vinte e cinco mulheres que vinham pra dentro da minha casa, uma de cada vez claro, pra ter neném no hospital aqui de Rolim de Moura, foram mais de vinte mulheres, e tinham algumas que ficavam um mês, por que não sabia quando que o neném ia nascer, ficavam dois meses, e tudo bem, se fosse hoje, ninguém ia aceitar mais.<sup>250</sup>

A medida em que esse sentimento de unidade começava a emergir e ser cultivado entre as pessoas, visto que todas vieram atrás de um mesmo objetivo e às vezes sozinhas, haviam deixado muitas coisas para trás, essas mesmas pessoas passam a construir não só os elementos matérias tão marcantes, como a Igreja Católica, ou a primeira escola, a

<sup>249</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>250</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

Pereira da Silva, mas como festas, locais de encontro, onde de certa forma essas dificuldades poderiam ser minimizadas.<sup>251</sup>

Então, ali tinha um salãozinho de madeira pequeninho, acho que era escola Pereira da Silva [...] E não tinha aqui, só a noite, só a noite vinha professores de Porto Velho e dava aula a noite. Vinha um professor, tipo, história. Dava a aula que ele ia dar, por exemplo, o ano todo, ele dava em poucos dias. Depois ele retornava para Porto Velho. E era a luz de lampião, não tinha luz.<sup>252</sup>

Embora hoje em dia as pessoas se reúnam basicamente nos mesmos lugares, dá-se a impressão na fala dos entrevistados que alguma coisa nessas reuniões, nessas trocas de ideias, festejos, de certa forma mudaram. Nivaldo comente que essa efervescência cultural de lugares onde as pessoas se reuniam no fim de tarde ou nos finais de semana era grande, ao qual ele utiliza a expressão “futi”:

O Futi continua sendo no mesmo lugar, esses dias falei pro menino, se já foi no Futi, ai ele fico meio ne, o futi é aonde aglomera as pessoas para conversar, é na lateral da igreja ali, na fortaleza, entre a av. norte sul até a frente lá do Cândido Portinari, as lanchonetes os bares, eram todos ali, ali tinha, tinha, o palácio do sorvete, é, como que era o nome daquele lá, fico esquecendo as coisas, eram vários, vários bares que tinham por ali.<sup>253</sup>

As impressões de Cleonice quanto aos lugares que as pessoas se reuniam e o que faziam são parecidas. Em sua fala ela menciona a quantidade de eventos que a igreja Católica realizava “tinha espaço de vôlei ball, na igreja, tinha encontro de jovem onde ia adolescentes, na igreja, muita festa da igreja”. Ela conta também que era comum as pessoas se reunirem nos vários campos abertos de terrenos que estavam espalhados pela cidade para a prática de futebol “, e era na frente da minha casa, meu pai fez, na frente da minha casa, tanto a gente jogava bola, os homens, uma coisa dos homens, mas ai as mulheres iam assistir, a gente ia assistir”. Percebe-se em sua fala durante que esses

---

<sup>251</sup> SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. p. 77-88.

<sup>252</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 16 de julho de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

<sup>253</sup> MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

momentos de associação se mostram mais fáceis de ser rememorados e a medida em que entrevistada vai falando:

A gente era muito livre, tinha muitos rios. Muito rio, muito rio. Nós tomávamos banho do, da, do início do rio Anta até o final do rio Anta. Tudo que era esses riosinhos, beirinhos aqui perto, a gente tomava banho, ali né, perto da avenida São Paulo. Ali embaixo né, perto da Delegacia, tinha rio, a gente tinha.. Nós éramos muito livres né, mais... é... De boas lembranças mesmo, é, no início daqui não são boas não, porque foi muito difícil pra nós, muito sofrimento.<sup>254</sup>

Outros momentos que reuniam as pessoas e onde se percebe o sentimento de unidade eram os vários desfiles que aconteciam na cidade em virtude de datas comemorativas, como dia da Independência, desfile de aniversário de Rolim, as famosas cavalgadas rumo ao parque de exposição.

Ah era tão bom, era tão gostoso, na época eu trabalha já, eu gostava [...] Eu sinto falta, ainda mais que a gente se envolvia, ne? Ai tava ali em atividade, e ajudando arrumar carro alegórico, ajudando as criança e se passava o tempo e aquilo passava.<sup>255</sup>

O que se percebe que é esse sentimento de unidade, essas amizades, e esses momentos, locais onde as pessoas se reuniam foram se perdendo com o tempo, restando esse sentimento de nostalgia referente a momentos, lugares, datas, comemorações. Ao serem questionados se sentem falta dessa proximidade, desse sentimento de unidade e se essa relação mais próxima se perdeu com o tempo, todos são unânimes ao dizer que sim, e tentam dar explicações para o porquê a vida, o cotidiano das pessoas ter se alterado tanto. Na visão de Nivaldo, esse contato “Se perdeu no tempo” e para ele é porque as pessoas cresceram, constituíram família e se mantem apenas nesse núcleo, o que para ele são hábitos dos locais de origem dos migrantes.

De acordo com Silvio, é a correria do dia a dia, responsabilidade na visão dele do fenômeno da globalização, que faz as pessoas ficarem mais distantes uma das outras:

Não, com certeza hoje é muito corrido, o pessoal não tem tempo pra fazer uma visita, bater um papo, fazer uma visita num ou num outro, naquela época não, o pessoal vinha na sua casa toma um café, bate um papo, [...] não tinha smartphone pra tira sua atenção, você conversava

<sup>254</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>255</sup> PERES, Terezinha Cecilia Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 16 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

olhando um no olho do outro, chegava uma visita lá, ó vim toma um cafezinho, já ia passa um café novo pra pessoa, bater um papo, era gratificante aquela visita, [...] hoje se chega e vai fazer uma visita na casa de uma pessoa e volte e meia você vê ele olhando num relógio, no telefone, no horário, ele tá com pressa que você vá embora, por que é o seguinte, a vida dele é corrida, ele tem muita coisa pra fazer, eu acho que isso acabou perdendo muito a questão de familiaridade.<sup>256</sup>

É interessante notar a fala do entrevistado, atribuindo as mudanças de sociabilidade presentes no município e as pessoas hoje em dia por conta da aceleração promovida pela globalização. De fato, a vida e o cotidiano das pessoas hoje estão pautadas pelas limitações de tempo que as atividades cotidianas impõem e mesmo o sentimento de que se falta tempo para se cumprir tudo isso. O próprio Silvio em certa altura de sua fala, deixa claro que ele mesmo se tornou refém de uma rotina extremamente engessada em torno do trabalho e de suas obrigações como professor, e ao mesmo tempo se questiona sobre a questão, visto que na década de 1980 todos também trabalhavam, tinham suas famílias e ainda sim eram mais disponíveis para os outros Cleonice é outra que corrobora com essa fala, ela comente sobre a disponibilidade em ajudar os outros que as pessoas tinham na época:

Talvez por que alguns saíram daqui e foram para outros lugares, outras cidades, e quando retornaram viram que lá era desse jeito e continuaram com esses costumes, os filhos foram estudar fora, voltaram e também colaboram com esse costume, que não vão na casa do outro sem avisar, As pessoas eram disponíveis, elas ajudavam mais, elas eram mais amigáveis ne, elas viam isso como, eram mais gentis, elas tinham mais gentileza, ne, qualquer hora.<sup>257</sup>

No momento da fala, os entrevistados citam vários lugares onde as pessoas se encontravam, seja para conversar, passar uma tarde e hoje apenas permanecem na memória. Um exemplo de como esses lugares se transformaram em lugares de memória, na prática, está o da praça 05 de Agosto, recentemente destruída para dar espaço a nova prefeitura. Apesar de nas falas dos entrevistados ser possível identificar o quanto esse local era frequentado pelas pessoas, percebe-se que o contexto das entrevistas que ocorreram na mesma época onde a nova prefeitura já estava sendo construída, após uma

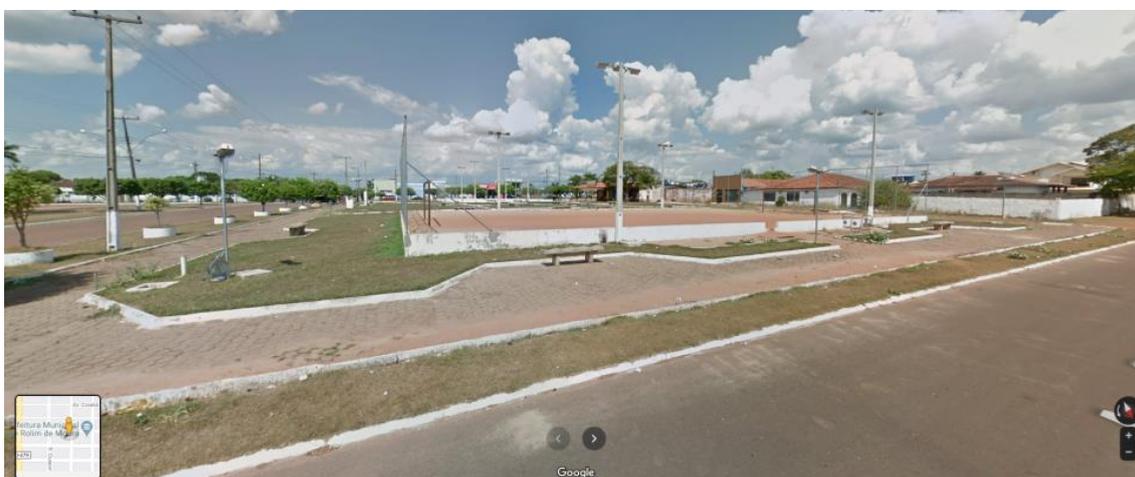
---

<sup>256</sup> RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

<sup>257</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020.** Rolim de Moura, 2020.

grande polêmica acerca da destruição da praça, fez com que ela ganhasse certo destaque na fala dessas pessoas. Em trabalho feito para analisar a obra de Pierre Nora e o Tempo Presente Gonçalves evoca a ideia de uma espécie de história de segundo grau, que serviria para compreender os processos de produção social e de memórias, bem como para conhecimento e das narrativas históricas desses lugares.<sup>258</sup>

Ou seja, por mais que originalmente a praça nunca tenha sido construída, e as pessoas, por mais frequentada que ela fosse nos anos 1980, e cujo número de pessoas que a visitava não se compara podemos julgar que o que faz ela ser um lugar de memória é a falta de intensão.<sup>259</sup>



**Figura 6:** Praça de 05 de agosto.<sup>260</sup>

A fala de Cleo exprime bem como esse local era frequentado pelas pessoas:

Muito, muito, muito, ali, ali é histórico, a nossa vida era ali, a gente saía de longe, eu se vê, eu ia saía da sete de setembro, perto da farol, eu saía daqui e ia a pé pra praça 25 de agosto, nos todas, as meninas, duas horas da tarde, no solão quente, por que seis horas tinha que vir embora, depois que era mocinha que a gente ficava a noite, mas ali era o point, ali era o lugar, a gente se encontrava, ali a gente jogava bola, jogava bola, outro jogava, eu gostava muito de ler lá, [...] era o lugar que a gente mais ia, a gente ia todo domingo, era sagrado, sábado e domingo,

<sup>258</sup> GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. 2012. p. 33.

<sup>259</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Ahun Koury. **Revista Projeto História**, v. 10, 1993. p. 22.

<sup>260</sup> GOOGLE. **Street View Google Maps: Praça 05 de Agosto – Rolim de Moura/RO**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Rolim+de+Moura+-+RO,+76940-000/@-11.7193555,-61.7757857,18z/data=!4m5!3m4!1s0x93c86bf510d51843:0x8a8f75d90e07227a!8m2!3d-11.7256841!4d-61.7781191>>. Acesso em: Abr/2020

eu geralmente era mais domingo, mas sábado e domingo era o lugar onde todos se reuniam.<sup>261</sup>

De acordo Nora, esse fenômeno da aceleração, da mundialização faz com que sociedades como a nossa tendam a lograr o passo como esquecimento<sup>262</sup>. A praça 05 de agosto é um exemplo de um dos locais de memória que permeou o cotidiano dos habitantes da cidade de Rolim de Moura e que boa parte das pessoas hoje ignora, pois não vivenciou. Ainda segundo Nora, a praça seria funcional por hipótese, pois garantia ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão, mais simbólica por definição, pois caracteriza um acontecimento, experiências vividas por um grupo de pessoas e uma maioria não participou.<sup>263</sup>

Através das entrevistas e a partir do levantamento da bibliografia, podemos concluir que de fato alguns locais da cidade permanecem na memória das pessoas que chegaram aqui ao longo dos anos 1980 e que, apesar de terem construído suas raízes dentro do município, as lembranças desse momento são muito marcantes e permanecem como um sentimento nostálgico na vivência dessas pessoas.

---

<sup>261</sup> SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

<sup>262</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Ahun Koury. **Revista Projeto História**, v. 10, 1993. p. 7-8.

<sup>263</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Ahun Koury. **Revista Projeto História**, v. 10, 1993. p. 24.

## CAPÍTULO IV - HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL: HISTÓRICO, METODOLOGIA E PROBLEMATIZAÇÃO.

As pesquisas historiográficas acerca de temáticas envolvendo história regional e local no Brasil, a princípio, seguiram as nuances das correntes historiográficas e o que vinha sendo debatido na Europa. De acordo com Corrêa “entre 1950 e 1970, na Inglaterra, França e Itália, iniciou-se uma renovação metodológica nas práticas historiográficas sobre as regiões e localidades”.<sup>264</sup> Diferente do modelo operado por Braudel, Barros atesta que:

Do macro espaço que abriga civilizações, a historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os micro-espaços que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. [...] como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. [...] como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais.<sup>265</sup>

É importante compreender que já havia uma espécie de história regional sendo produzida no Brasil. O que se tem a partir de década de 50 é uma renovação na metodologia e na abordagem, portanto de acordo com Corrêa “é possível falar em uma história local tradicional e uma história local nova”.<sup>266</sup>

A partir de 1964, o avanço da Ditadura Militar instaurada no Brasil por mais de 20 anos, provocou transformações profundas na dinâmica com a qual o Estado brasileiro operaria. Essas mudanças impactaram, por sua vez a produção historiográfica e a organização dos currículos escolares da disciplina de história. De acordo com Reznik:

Durante os governos autoritário-militares (1964-1985), os dirigentes impulsionaram políticas de integração nacional de largo espectro, desde a construção de estradas “integradoras” de várias regiões até a criação de um aparato tecnológico que desse conta da nacionalização dos meios de comunicação, isto é, da difusão de valores e bens simbólicos.<sup>267</sup>

---

<sup>264</sup> CORRÊA, Anderson Romário Pereira. História Local e Micro-História: encontros e desencontros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 146, 2012. p. 17.

<sup>265</sup> BARROS, José D.'Assunção. História, espaço e tempo. Interações necessárias. **Varia história**, v. 22, n. 36, p. 460-475, 2006. p. 469.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p. 14.

<sup>267</sup> REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local**. Texto apresentado no V Taller Internacional de Historia local y regional, realizado em Havana, Cuba, 2002. p.1.

A produção historiográfica, por sua vez, experienciou uma situação que merece destaque tanto quanto ser analisada com cuidado. De acordo com Martins as Universidades multiplicaram as pesquisas sobre a trajetória do país e de suas regiões, embora isto ocorresse de modo bastante desigual. Ainda segundo o autor havia um amplo predomínio de São Paulo, através da USP (Universidade de São Paulo).<sup>268</sup> Na academia brasileira, havia um certo consenso de que havia chegado a hora de deixar de lado grandes sínteses, julgadas demasiadamente genéricas.<sup>269</sup> Nesse sentido há um certo problema apontado por diversos autores.

Segundo Martins, sob o comando da USP, a produção historiográfica brasileira experienciaria dois processos, um deles fora a continuidade na multiplicação da quantidade de trabalhos e na adoção de concepções teóricas atualizadas, e o outro consistiu em um embaralhamento do nacional com o regional onde o último merece destaque.<sup>270</sup>

Alguns autores convergem nesse sentido quanto atestam a esse paradigma. De acordo com Petersen “em primeiro lugar é preciso esclarecer que quando os historiadores brasileiros falam de história regional, via de regra, estão se referindo a história do extremo sul ou a história da região nordestina”.<sup>271</sup> Outra questão, é que no bojo da hegemonia paulista citada acima, diversas produções ditas nacionais tomam como base análises feitas em São Paulo e a generalizam no Brasil como um todo, ignorando totalmente as diversidades e peculiaridades das outras regiões.

É fácil entender que as áreas menos desenvolvidas, com população mais rarefeita, menos visíveis na história da colonização brasileira, [...] estejam menos representadas na produção historiográfica; mas nada justifica, por outro lado, a denominação extensiva de “Brasil” a trabalhos que são também, finalmente, recortes locais ou regionais. Tal perspectiva tem sido particularmente empobrecedora da história do Brasil, por assumir uma visão estereotipada do nacional, ignorando as identidades locais e realizando análises genéricas, com escasso valor para entender matizes regionais.<sup>272</sup>

---

<sup>268</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 13.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 13.

<sup>271</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes**. *História em revista*. Pelotas, RS. Vol. 9 (dez. 2003), p. 7-43, 2003. p. 8.

<sup>272</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes**. *História em revista*. Pelotas, RS. Vol. 9 (dez. 2003), p. 7-43, 2003. p. 8.

Corroborando com o raciocínio, Reznik chama atenção para, citando exemplos onde “estudos sobre industrialização, movimento sindical e movimentos abolicionistas, onde os historiadores assumiam que os processos ocorridos ora na cidade de São Paulo, ora na do Rio de Janeiro, seriam exemplares, constituindo-se não em uma determinada experiência, mas na História do Brasil”.<sup>273</sup> Talvez essa primazia possa justificar a carência de material local e regional nos livros didáticos de regiões mais interiorizadas do Brasil.

Qualquer professor ou estudante de história sabe que, ainda hoje, nos livros didáticos empregados no ensino fundamental e médio, a trajetória republicana brasileira é examinada à luz do “modelo paulista”. São Paulo é o Brasil, quando o assunto é café, imigração, industrialização, trabalho e conflito social urbano, movimentos sindicais e populares, partidos e ideologias modernos, vida metropolitana etc.<sup>274</sup>

Ao fazer referência a esse momento da produção historiográfica, citando trabalhos e autores do período, Martins chama atenção para o fato de que outras regiões do território nacional foram estudadas a partir de uma perspectiva da negativa e que o espelho São Paulo era o instrumento por meio do qual as diversas regiões brasileiras deveriam buscar a ação transformadora.<sup>275</sup>

No auge da Ditadura Militar a maneira como a história local e regional era apresentada no currículo não se diferenciava muito dos anteriores, em geral temáticas essencialmente desvalorizadas. De acordo com Silva e Fonseca:

Os antigos programas de ensino de Estudos Sociais, em geral, encerravam o ciclo dos quatro anos do então ensino de 1º grau (hoje ensino fundamental) com o estudo da história regional, do município e/ou do estado (unidade da Federação em que vive o aluno), de forma estanque e fragmentada, perdendo de vista a reflexão sobre local e não local.<sup>276</sup>

---

<sup>273</sup> REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local**. Texto apresentado no V Taller Internacional de Historia local y regional, realizado em Havana, Cuba, 2002. p.1-2.

<sup>274</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 13-14.

<sup>275</sup> Ibid., p. 15.

<sup>276</sup> SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010. p. 19.

Ainda, conforme atesta Schmidt, a lei 5692/71 incluiria algumas transformações nessa perspectiva local, introduzindo a ideia de Integração Social onde o conceito de localidade se tornaria comunidade.<sup>277</sup>

A influência de novas abordagens, entretanto, só começou a ser operada no Brasil a partir de década de 1970, quando o país experimenta um avanço em seus cursos de pós-graduação em História. De acordo com Fernandes a criação de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) na área de história a partir da década de 70 abriu um leque de possibilidades de investigação, entre eles aspectos da história regional e local que, gradativamente passou a ser alvo de pesquisa desses novos pesquisadores.<sup>278</sup>

Conforme Martins, “o mestrado em História da USP havia sido implantado no período 1963-1965 e, até o ano de 1975, somente esta universidade oferecia curso de doutorado”.<sup>279</sup> Essa expansão de programas de pós-graduação para outras universidades do Brasil proporcionou uma experiência em pesquisa histórica diferenciada dos processos anteriores, quando se fala em produção de história regional e Local. Nos novos programas, os estudantes procuraram ampliar as pesquisas com acervos documentais locais e regionais e abandonar fontes repetidas e recorrentemente usadas, era necessário levar adiante o objetivo de se começar pela base, e não pelos grandes nomes.<sup>280</sup>

Como mencionado, além da influência do que ficou conhecido como Nova História Local da França, a expansão da academia brasileira sofreria influência de outra corrente derivada do mesmo movimento, a Micro-História da Itália. Segundo Corrêa “a Micro-História deriva, ou melhor, é uma “evolução” no sentido de transformação, da História Local Nova na Itália”.<sup>281</sup> Ainda conforme o autor, essas novas perspectivas se deram em um período de ruptura e de novos paradigmas historiográficos. O interesse pela História Local e pela Micro-História em território nacional ocorreu pela quantidade de pesquisas globais e totalizantes, além é claro da criação de novos cursos de graduação e

---

<sup>277</sup> SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica**. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2007. p. 2.

<sup>278</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Revista**, 1995, p. 43-51.

<sup>279</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 16.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p. 16-17.

<sup>281</sup> CORRÊA, Anna Maria Martinez. República em migalhas—História Regional e Local. **Revista de História**, n. 127-128, 1993. p. 21.

pós-graduação.<sup>282</sup> É importante salientar, que apesar de algumas semelhanças, essas duas abordagens têm perspectivas diferentes. De acordo Junior:

Podemos compreender que enquanto a micro-história faz análises micro-espaciais a partir dos indícios e revela suas proximidades com uma macro-história, o campo da história regional-local, faz um estudo a partir de determinado recorte espacial que fora construído em determinado local.<sup>283</sup>

Outra influência em estudos locais e regionais em outras partes do Brasil, se deram por uma visão neomarxista. De acordo com Fico e Polito os estudos de estrutura econômica e social de viés marxista deixaram pouco espaço para compreensão do sujeito diante delas. Então por maior que seja a pretensão teórico-científica dos estudos macroestruturais, eles não convenceriam por não demonstrarem certa identificação imediata de uma humanidade singularizada em suas ações corriqueiras.<sup>284</sup> Por outro lado, o pensamento neomarxista da década de 80, sobretudo por influência inglesa, segundo Martins levou os pesquisadores a criticarem as antigas tendências de naturalizar as divisões e identidades regionais, argumentando em favor da necessidade de se valorizar a historicidade das regiões em relação ao processo de desenvolvimento capitalista<sup>285</sup> e por vezes levar a cabo situações do cotidiano.

Outro autor de influência inglesa que impactou as produções em História Oral e Regional foi Raphael Samuel (1934-1996). Na tentativa de elucidar aspectos históricos regionais partindo somente de fontes “oficiais” podem-se perpetuar o ciclo de memórias preservadas e repetidas ao longo do tempo. Uma alternativa a esse processo seria a perspectiva oral dos mais diversos indivíduos, pois segundo Samuel a evidência oral torna possível não só o preenchimento de alguns vazios mas também a redefinição no que tange a História Local de maneira a permitir que a experiência real de vida das pessoas não permitam que os documentos estruturem os trabalhos.<sup>286</sup> As fontes orais têm se tornado

---

<sup>282</sup> Ibid., 19.

<sup>283</sup> JUNIOR, Ary Albuquerque Cavalcanti. A ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local—uma breve abordagem. **Revista Eletrônica Discente História**. com, v. 3, n. 5, p. 4-11, 2016. p. 7.

<sup>284</sup> FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, número 13, Junho/94, p.147-163.

<sup>285</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 17-18.

<sup>286</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989.

alvo de interesse dos pesquisadores como fontes alternativas de pesquisa em História Local. De acordo com Corrêa:

A preocupação pela preservação da memória tem chamado a atenção da comunidade acadêmica para uma revalorização das fontes locais. Essa prática envolveu a Universidade, em grande parte, como responsável pela revelação de fontes, até então inexploradas, propondo seu ordenamento, sua guarda e utilização enquanto informação histórica para a realização de trabalhos acadêmicos, propiciando, igualmente, a sua divulgação. Os programas de história oral têm reforçado a história local.<sup>287</sup>

Entretanto, é importante ressaltar que a valorização das fontes orais nem sempre teve seu mérito. Segundo Meihy, as tentativas de valorização de fontes documentais orais e de pesquisadores que corroboravam com essa linha de raciocínio deram seus primeiros passos sem muito êxito na década de 1970 tendo como legado a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, que ficaria responsável por armazenar esse tipo de fonte documental e a criação dos dois primeiros programas de história oral do país: na Universidade Federal de Santa Catarina e no CPDOC.<sup>288</sup> Ainda conforme Meihy, “em geral, persistia no Brasil a valorização do texto escrito como base de informações analíticas a tal ponto que autores importantes ressaltaram sempre o pouco prestígio das fontes orais como forma de estudo”.<sup>289</sup>

Essa certa resistência em se dar os devidos créditos as fontes documentais orais passam os seus primeiros sinais de mudança ao longo da década de 1980. Os debates que foram promovidos em torno da historiografia francesa, conhecida como *Guinada Crítica*, ajudam a explicar a mudança de pensamento em torno dessa fonte documental. Segundo Silva:

A curta duração e o acontecimento, deixados de lado, durante décadas, pelos *Annales*, retornam então em força nas análises históricas, permitindo melhor situar a noção da ação. A conversão da disciplina à

---

<sup>287</sup> CORRÊA, Anna Maria Martinez. República em migalhas—História Regional e Local. **Revista de História**, n. 127-128, p. 187-188, 1993.

<sup>288</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil**. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 204p, 2000. p. 89.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p. 89.

pragmática, possibilitando abordar a ação dos atores do passado, reabilita a noção de apropriação, de representação e de rastros.<sup>290</sup>

Ainda conforme Silva “com final do modelo dos Annales, a atenção dos historiadores em relação à questão do tempo possibilita uma reabilitação da categoria da memória”,<sup>291</sup> modelo que por sua vez valorizava a longa duração. É importante chamar atenção para o fato de que essas novas perspectivas floresceriam no Brasil com o final do período da Ditadura, mais precisamente no ano de 1983, onde muitos pesquisadores que estiveram exilados, ao ter contato com essas ideias no exterior, as trouxeram de volta para o Brasil.<sup>292</sup>

Em 1976, também na Fundação Getúlio Vargas surgiria o Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola, lar de um mestrado voltado para a problemática agrícola no país. Nesse programa a professora Maria Yedda Linhares buscou fazer um levantamento de fontes para a história agrária nos arquivos do Norte e do Nordeste, um esforço até então inédito no país. Esse programa teve como resultado a urgência de pesquisas múltiplas, que levassem em consideração a produção de alimentos e para o mercado interno. Outra situação foi da defesa feita pelo professor Ciro Flamarion Cardoso da história regional como história agrária ou vice-versa, pois ainda existia a tendência de trabalhos nessa área serem majoritariamente de pesquisas urbanas.<sup>293</sup>

Outros exemplos de trabalhos, que a partir de uma perspectiva regionalizada demonstraram a fragilidade de análises até então consideradas clássicas foram os da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os pesquisadores, ao analisarem essas obras, chegaram à conclusão de que mesmo com a crise da mineração, a região ainda conseguiu ter uma diversificação produtiva autossuficiente graças ao número de escravos que permaneceram na região. Essas especificidades não foram analisadas, ou ignoradas, pelos grandes clássicos da década de 1930 a 1950.<sup>294</sup>

---

<sup>290</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. **A renovação historiográfica francesa após a guinada crítica.** MALERBA, J; AGUIRRE ROJAS, CA *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica.* Bauru: EDUSC, 2007. p.175.

<sup>291</sup> *Ibid.*, p. 180.

<sup>292</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil.** História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 204p, 2000. p. 89.

<sup>293</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 17.

<sup>294</sup> MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012. p. 18.

Esse intenso debate promovido ao longo da década de 1980, e os novos paradigmas historiográficos resultariam na promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 e de novos Parâmetros Curriculares Nacionais em detrimento da proposta do ano de 1971. A LDB e os PCN de entendem que há necessidade de se explorarem temas se adequando as peculiaridades de cada local, ou seja, para conhecer as matrizes que constituem a nação brasileira é necessário entender questões específicas de cada localidade.<sup>295</sup> Segundo Silva essa valorização das pesquisas em História Regional e Local no espaço acadêmico a partir da década de 1980, demonstra o quanto é importante levar essas temáticas para sala, uma vez que os materiais didáticos privilegiam um conhecimento histórico universalizado a partir da História Geral do Brasil.<sup>296</sup>

A partir da década de 1990 o que se tem é a consolidação de pesquisas do tipo, segundo Martins os pesquisadores brasileiros estão mais empenhados em compreender a formação múltipla da sociedade brasileira, rejeitando qualquer síntese que tende a generalizar qualquer um desses aspectos e suas explicações.<sup>297</sup> A questão ainda é como regionalizar esses conteúdos em salas de aula de educação básica por todo país que ainda carecem tanto de material quanto de políticas públicas, sejam elas por leis ou projetos.

A exemplo da Guinada Crítica da historiografia francesa dos anos 80 e 90, onde novas correntes historiográficas, influenciam a produção francesa, atualmente dominada pela história política, pela história cultural, história social da memória, história das sensibilidades e história intelectual<sup>298</sup> a historiografia brasileira também tem se renovado e as temáticas Local e Regional vem ganhando força na tentativa de descobrir e solucionar as incongruências do interior do Brasil.

---

<sup>295</sup> BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: 1998.

<sup>296</sup> SILVA, Luis Carlos Borges da. **A Importância Do Estudo De História Regional E Local No Ensino Fundamental.** Revista n. 01 janeiro de 2006, p. 97.

<sup>297</sup> Ibid., p. 19.

<sup>298</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. **A renovação historiográfica francesa após a guinada crítica.** MALERBA, J; AGUIRRE ROJAS, CA *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica.* Bauru: EDUSC, 2007. p.184.

## CAPÍTULO IV - ENSINAR HISTÓRIA: O REGIONAL E A ORALIDADE

Segundo LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação) e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) o trabalho escolar deve contribuir para a construção da cidadania e das identidades culturais a fim de possibilitar a compreensão da realidade onde eles estão inseridos. Essa formação das identidades culturais encontra-se em um processo que envolve relações de ida e vinda do local para o global. Portanto a história regional possibilita alunos e professores a interagirem no processo de ensino-aprendizagem por estarem envolvidos no meio ao qual pertencem.<sup>299</sup> Apesar da consciente atitude de muitos professores em tornarem essa realidade diferente, a forma como os conteúdos são elaborados pelas órgãos responsáveis e como são cobrados pela sociedade em geral fogem a essa necessidade de se construir uma identidade cultural a partir do local e os tornam impotentes em sala de aula, ou como sugere Marson quando fala na decepção que muitos professores no exercício de suas profissões enfrentam por não conseguirem transformar seus alunos.<sup>300</sup>

A institucionalização da histórica local e regional no currículo acaba por se tornar um grande desafio e ao mesmo tempo um grande problema para os professores brasileiros. Segundo Fernandes, os materiais didáticos e o ensino tradicionais, caracterizados pela memorização de heróis e feitos tiram do aluno o protagonismo enquanto sujeitos de sua história que passam a considerar a matéria como algo essencialmente decorativo.<sup>301</sup> Ao se deparar com novas metodologias no que tange a história regional, deparamos com novos problemas e novos objetos de estudos que nos impõe a diferentes fontes históricas, que devem ser analisadas com cuidado pois não podem ser consideradas como algo verdadeiro, acabado e proporcionam ao aluno a oportunidade de se situar melhor no tempo e espaço.<sup>302</sup>

---

<sup>299</sup> FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim.** 2006. 194 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 144.

<sup>300</sup> MARSON, Adalberto. **Reflexões sobre o procedimento histórico. Repensando a História.** Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 37-64, 1984. p.40.

<sup>301</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Revista**, 1995, p. 43-51.

<sup>302</sup> FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim.** 2006. 194 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 14.

A sensação de que conteúdos relacionados a história brasileira em geral, e principalmente a história local dos mais diversos interiores do nosso Brasil é nitidamente desvalorizada, quando se fala em currículo, é algo que permeia o cotidiano de diversos professores de história do nosso país. Em geral, os alunos tendem a demonstrar maior interesse por grandes acontecimentos da história europeia, pois a forma como o conteúdo foi produzido para as escolas há quase 200 anos os induz a isso.

De acordo com Toledo considerando a tradição da historiografia francesa presente no país, é necessário chamar atenção de todos os historiadores para que pensem nos efeitos dos seus trabalhos para a sociedade, em especial as pesquisas em história Regional e Local.<sup>303</sup> Nos últimos anos o estudo da Disciplina de História de Rondônia tinha sua importância restrita a cobrança de conteúdos no processo seletivo da Universidade Federal de Rondônia.

Uma vez que o ensino de história regional é aplicado somente no último ano do ensino médio e a rigor não surte o efeito desejado, ora pela falta de preparação dos professores, pela falta de material ou mesmo por falta de interesse dos alunos, justifica-se a produção de um material diferenciado que pudesse ser trabalhado a partir do ensino fundamental levando o aluno a observar transformações e conhecer situações que fogem a sua própria memória despertando sua curiosidade.

Em geral, no interior do Brasil todo município por menor que seja possui uma espécie de historiador local, que não necessariamente formado em história, geralmente é reconhecido na comunidade como detentor desse conhecimento. A reprodução da memória desses preservada por esses historiadores locais, embora não errônea, deve ser analisada com cuidado e deve ser repensada sob o viés didático proposto, pois geralmente esses livros são os que servem como referência de história do município e por vezes, ainda que de forma diminuta, esse conhecimento é retransmitido para a sociedade.

Segundo Donner a paixão, a curiosidade e o sentido da missão fazem parte da vivência dos historiadores locais cujo papel de prestígio, além de proporcionar alguma vantagem financeira, recai no orgulho e no prazer de realizar essas investigações.<sup>304</sup> Para Samuel esses historiadores locais estarão constantemente utilizando a reflexão acumulada

---

<sup>303</sup> TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 743-758, 2010.

<sup>304</sup> DONNER, Sandra Cristina. **História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012)**. 2015. p. 139.

de sua experiência de vida e não é acidental que tantas histórias de determinadas localidades tenham sido escritas por indivíduos engajados em atividades locais, de clérigos a advogados.<sup>305</sup> Ainda segundo Donner existe uma diferença de método se compararmos o trabalho dos historiadores profissionais em relação aos historiadores locais, pois:

Podemos perceber que enquanto os historiadores profissionais tendem a delimitar seus objetos em um período histórico, um grupo social, ou uma determinada proposta teórica, como história social, econômica, cultural, militar etc., os historiadores locais não elaboram seus problemas históricos a partir de uma determinada linha de pesquisa. Na sua escrita o problema de pesquisa nem sempre aparece claramente e, em muitos casos, a escrita da história se restringe a apresentação de um documento.<sup>306</sup>

Essas apresentações do documento feitas por esses historiadores locais geralmente servem a resguardar determinadas memórias ou situações privilegiadas pelo autor dependendo do contexto em que ele é inserido. Essa falta de problematização se aproxima ao modelo metódico de pensar história, pois de acordo com Donner ao observar o método de escrita, se observa entre esses intelectuais um valor muito grande na transcrição onde alguns artigos se resumem a publicação literal das fontes.<sup>307</sup>

Essa forma de se fazer história local remete a sensação que muitos tem, principalmente ao se deparar com livros ditos de história dos municípios sobretudo do interior do Brasil, de que todas se repetem dando a impressão de que são iguais. De acordo com Samuel, a Revolução Burguesa mudaria essa forma de se fazer história local ao passo em que passa a privilegiar as pessoas mais importantes dos municípios.<sup>308</sup> Apesar de diferentes, se limitariam tal como as velhas concepções que tratavam de histórias paroquiais, dos senhores feudais, de sua corte, em geral temas bem batidos.

Ao se deparar com novas metodologias no que tange a história regional, deparamos com novos problemas e novos objetos de estudos que nos impõe a diferentes fontes históricas, que devem ser analisadas com cuidado pois não podem ser consideradas

---

<sup>305</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989. p. 221.

<sup>306</sup> Ibid., p. 129.

<sup>307</sup> DONNER, Sandra Cristina. **História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012)**. 2015. p. 132.

<sup>308</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989. p. 222.

como algo verdadeiro, acabado e proporcionam ao aluno a oportunidade de se situar melhor no tempo e espaço.<sup>309</sup>

Tendo em vista tais pressupostos em análise, elucidar a histórica regional partindo somente de fontes “oficiais” pode perpetuar o ciclo de memórias preservadas e repetidas ao longo do tempo. Uma alternativa a esse processo seria a perspectiva oral dos mais diversos agentes dos municípios pois segundo Samuel a evidência oral torna possível não só o preenchimento de alguns vazios mas também a redefinição do que é História Local de maneira a permitir que a experiência real de vida das pessoas não permitam que os documentos estruturem os trabalhos.<sup>310</sup> Ela faz, segundo Samuel com que o historiador entre no campo como um agente invisível ajudando a expor silêncios e deficiências da documentação escrita.<sup>311</sup>

Ainda segundo Samuel a evidência oral proporciona a oportunidade de escapar de algumas falhas dos documentos que em até certo ponto não são capazes de oferecer mais informações ou exemplos. Entretanto, há verdades que são gravadas nas memórias das pessoas mais velhas, eventos que somente essas pessoas podem explicar, ou seja, fornecendo um campo fértil de informações que ajudariam a construir uma história vinda dos mais íntimo.<sup>312</sup>

O valor dos testemunhos depende do que o historiador lhes traz, assim como aquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso de conhecimento e entendimento do qual elas derivam. O relato vivo do passado deve ser tratado com respeito, mas também como crítica.<sup>313</sup>

De maneira concisa, dar voz a esses indivíduos representa uma ruptura na forma como a história local se colocava a dispor da comunidade, seguindo aquele modelo considerado chato e repetitivo. Essas pessoas tendem a falar muito mais de suas vidas caseiras, hábitos, costumes, do que sobre assuntos de política.<sup>314</sup> Ao propor a revitalização

---

<sup>309</sup> FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim**. 2006. 194 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 14.

<sup>310</sup> Ibid., p. 232.

<sup>311</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989. p. 237.

<sup>312</sup> Ibid., p. 237.

<sup>313</sup> Ibid., 239.

<sup>314</sup> SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989. p. 239.

de imagens dos locais relatados pelos entrevistados afim de construir um antes e depois aguçando a percepção dos alunos, Samuel chama atenção pelo fato de que reconstruir paisagens soa quase como recompensador demais, fazendo com que o historiador se perca, desviando sua atenção apenas para o local e relegando a importância das pessoas a segundo plano.<sup>315</sup>

Entretanto, é importante salientar que as fontes, mesmo orais, devem sempre ser analisadas com o mais profundo olhar investigativo do historiador, pois podem, assim como a documentação escrita se tratar de algo manipulado, histórias vividas se tratarem de boatos, por isso Samuel chama atenção para o fato de o historiador sempre estar alerta a natureza desses relatos, procurando sempre fazer recortes e confirmar se essas evidências coincidem com outras ou mesmo se fazem alguma alusão ao que já existe de escrito.<sup>316</sup>

Seguindo a problemática proposta, parte-se da ideia de criar um material paradidático para trabalhar a história do município de Rolim de Moura a partir da temática da história do cotidiano do mesmo nos anos 80 com os alunos do ensino fundamental. A base desse material será construída considerando o que já existe de produção acerca da história do próprio município, seja essa documentação oficial ou mesmo trabalhos já existentes na área. A outra parte agregada ao material com foco na história do cotidiano será feita com fontes orais e terá como base entrevistas realizadas com quatro indivíduos de diversas realidades socioeconômicas e imigrantes que vieram para a cidade antes da sua emancipação ou depois, mas que ainda assim estejam dentro dos anos 80 e que consigam relatar situações do cotidiano da cidade que só seriam obtidas dessa forma e podem contribuir muito para a construção de um material mais convidativo a comunidade. A sugestão do material didático se encontra no anexo.

---

<sup>315</sup> Ibid., p. p. 224.

<sup>316</sup> Ibid., p. 239.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

AFOTORM. **Arquivo Fotográfico de Rolim de Moura**. Disponível em:  
<<http://www.afotorm.com.br/html/arquivo/Fotos%20antigas/1984>

Antigas.html#.X0UC6chKiPo>. Acesso em: Abr/2020.

AFOTORM. **Arquivo Fotográfico de Rolim de Moura**. Disponível em:  
<<http://www.afotorm.com.br/image/historicas/Arquivo-fotos%20antigas/1199.jpg>>.

Acesso em: Abr/2020.

ALBERTI, Verena. **Fontes Históricas, História dentro da História**. PINSKI, Carla (organizadora). Fontes Históricas. 2 ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, Herbert Lins; DA COSTA SILVA, Josue. GESTÃO DO TERRITÓRIO EM RONDÔNIA: IMPOSITIVA OU PARTICIPATIVA? **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 41-53, 2017.

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

ALVES, Sandro Ambrósio. **Educação patrimonial e ensino de história-conhecendo Rondonópolis através do patrimônio histórico e cultural-um guia educacional como proposta**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso, UFMT, 2018. p. 47.

BARROS, José D.'Assunção. **História, espaço e tempo. Interações necessárias**. *Varia história*, v. 22, n. 36, p. 460-475, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005

BRASIL. Ministério da Educação do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

**Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental:**

introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: 1998.

BRITO, Agda Lima. **"EU TRABALHEI TAMBÉM": AS TRABALHADORAS NOS SERINGAIS DO AMAZONAS (1940-1950).**

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. A ditadura civil-militar (1964-1985) no âmbito do regional e do local—uma breve abordagem. **Revista Eletrônica Discente História.** com, v. 3, n. 5, p. 4-11, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia:** expansão do capitalismo. 2008.

CIM, Salvador. **O processo migratório de ocupação no estado de Rondônia—visão histórica.** Primeira Versão, v. 7, n. 104, 2003.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. Pioneiros, fundadores e aventureiros—a ocupação de terras em Rondônia. **Revista de Antropologia,** v. 61, n. 1, p. 125-146, 2018.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. República em migalhas—História Regional e Local. **Revista de História,** n. 127-128, p. 187-188, 1993.

COY, Martin. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica. Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de " fronteira": o caso de Rondônia.** Fronteiras, Editora Universidade de Brasília/ORSTOM, p. 167-194, 1988.

CUNHA, Elton Alves da. **Migrações, sociabilidades e identidades em Rolim de Moura-RO** / Elton Alves da Cunha. --Porto Velho, RO, 2017.

DA CUNHA, Eliaquim Timotéo; MOSER, Lilian Maria. Os projetos de colonização em Rondônia. **Revista Labirinto (UNIR),** v. 14, p. 124-151, 2010.

DA SILVA, César Pereira. **Influência das políticas de integração da Amazônia nas dinâmicas demográficas da região Norte do Brasil**. 2017.

DA SILVA LINHARES, Joana Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel Carvalho. **Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense**. *Fronteiras*, v. 19, n. 33, p. 43-69, 2017.

DA SILVA, Maria Aparecida. MIGRAÇÃO EM ROLIM DE MOURA E OS INTERESSES DO ESTADO. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 16, p. 62-75, 2012.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral-memória, tempo, identidades**. Autêntica, 2017.

DONNER, Sandra Cristina. **História local, memória e ofício do historiador entre Raízes e marcas do tempo (1990-2012)**. 2015.

DO AMARAL, Nair Ferreira Gurgel. Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. **Linha D'Água**, v. 25, n. 1, p. 87-107, 2012.

DO NASCIMENTO, Leonice Bazzi. Jogo de interesses ou gritos de liberdade: a disputa pelo Vale do Madeira durante o período de extração da borracha 1870–1920. **Revista Labirinto (UNIR)**, v. 26, n. 1, p. 407-427, 2017.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará-Mirim**. 2006. 194 f. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da agricultura camponesa. **Linguagem Acadêmica**, v. 1, n. 1, p. 135-156,

2011.FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. **Ensino em Revista**, 1995, p. 43-51.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe e a fronteira noroeste da América Portuguesa (1776-1796)**. 2003. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A historiografia brasileira nos últimos 20 anos** – tentativa de avaliação crítica. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, número 13, Junho/94, p.147-163.

GOOGLE. **Street View Google Maps: Praça 05 de Agosto – Rolim de Moura/RO**.

Disponível em: < [https://www.google.com/maps/place/Rolim+de+Moura++RO,+76940-000/@-11.7193555,-](https://www.google.com/maps/place/Rolim+de+Moura++RO,+76940-000/@-11.7193555,-61.7757857,18z/data=!4m5!3m4!1s0x93c86bf510d51843:0x8a8f75d90e07227a!8m2!3d-11.7256841!4d-61.7781191)

[61.7757857,18z/data=!4m5!3m4!1s0x93c86bf510d51843:0x8a8f75d90e07227a!8m2!3d-11.7256841!4d-61.7781191](https://www.google.com/maps/place/Rolim+de+Moura++RO,+76940-000/@-11.7193555,-61.7757857,18z/data=!4m5!3m4!1s0x93c86bf510d51843:0x8a8f75d90e07227a!8m2!3d-11.7256841!4d-61.7781191)>. Acesso em: Abr/2020.

GOMES, Eliane Teodoro. **A COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA (1970-1980)**: Estudo da atual configuração fundiária da área do pic ji-paraná. 2019. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente**: entre a memória e o patrimônio cultural. 2012.

IBGE. **Dados Demográficos Rolim de Moura**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/rolim-de-moura.html~>. Acesso em: abr. 2019.

IBGE. **Amazônia Legal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: nov 2020;

IBGE. **Agência de Notícias**. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28089-ibge-atualiza-mapa-da-amazonia-legal>. Acesso em: nov 2020.

MARTA, J. M. C. **Rondônia; da Colonização a Integração Latino-Americana**. 1. ed. Cuiabá: Edufmt, 2018. v. 1. 464p.

MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. **História e Estudos regionais**, v. 28, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil**. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 204p, 2000.

MELO, Nivaldo Vieira de. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 30 de maio de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia e memória**. Editora Contexto, 2014.

MONTENEGRO, Antonio. História e memória combates pela história. **Revista Latinidade**, v. 1, n. 1, 2015.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**, v. 2, n. 12, 1998.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Ahun Koury. Revista Projeto História, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Ovidio Amélio de. **Evolução Histórica e Geografia de Rolim de Moura**. Dinâmica Editora e Distribuidora LTDA. Porto Velho-RO, julho de 2001.

PAES, Tania. Em busca do eldorado: Rolim de Moura. **Revista Eletrônica Veredas Amazônicas**, v. 1, n. 1, 2015.

PERES, Terezinha Cecília Fernandes. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 16 de julho de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. O Pensamento Histórico Brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em revista**, Pelotas, RS. Vol. 9 (dez. 2003), p. 7-43, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e diálogo**: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, p. 67-71, 2000.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Os territórios federais e a sua evolução no Brasil**. Revista Presença, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2000.

PRINS, Gwyn. História Oral in BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

REZNIK, Luís. **Qual o lugar da história local**. Texto apresentado no V Taller Internacional de Historia local y regional, realizado em Havana, Cuba, 2002.

RODRIGUES, Silvio Roberto. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 26 de maio de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1989.

SANTANA, Cleonice. **Entrevista concedida a concedida Gabriel Filipe Cassol Cortez Ferreira no dia 07 de julho de 2020**. Rolim de Moura, 2020.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Fontes orais**: testemunhos, trajetórias de vida e história. Curitiba: DAP, 2005.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, v. 6, 2007.

SANTOS, Vanubia Sampaio dos. O processo de ocupação de Rondônia e o impacto sobre as culturas indígenas. **Revista Fórum Identidade**, Itabaiana: Gepiadde, Ano, v. 8.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica**. Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2007.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **A renovação historiográfica francesa após a guinada crítica**. MALERBA, J; AGUIRRE ROJAS, CA Historiografia contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2007.

SILVA, Luis Carlos Borges da. **A Importância Do Estudo De História Regional E Local No Ensino Fundamental**. Revista n. 01 janeiro de 2006.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 60, 2010.

SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970 e 1980**. 2015. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) –Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

SOUZA, JA de O.; XIMENES, C. C.; LOCATELLI, M. Rondônia, a colonização que deu certo. **In: Embrapa Rondônia-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. Trabalho apresentado nos Anais do X Seminário Temático da Rede Internacional CASLA-CEPIAL: Conhecimentos Etnocientíficos e Territorialidades Alternativas; XIII Encontro de Pós-Graduação em Geografia; II Encontro diálogos de saberes e conhecimentos tradicionais em Rondônia, 2018.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; GROSSI, Suely Regina Del. A regionalização do espaço amazônico: o caso de Rondônia. **Revista da Católica**. Uberlândia, MG, v. 2, n. 3, 2010.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O Processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964 (The formation process of the territory of Rondônia revisited: from colonial times to the military coup d'état of 1964). **Acta geográfica**, v. 4, n. 8, p. 143-160, 2010.

THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutações de um território federal na Amazônia brasileira**. 2012.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, v. 3, n. 6, p. 743-758, 2010.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros et al. Colonização pela “pata da vaca”: apontamentos sobre ocupação, migração e precarização da mão de obra rural na Zona da Mata Rondoniense. **Revista Trilhas da História**, v. 6, n. 11, p. 42-57, 2016.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Apontamentos sobre as frentes pioneiras na Zona da Mata Rondoniense (1970-2000). **Albuquerque: revista de história**, v. 8, n. 16, 2016.

WIKIPEDIA. **Rondônia**. Disponível em: <  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Rond%C3%B4nia#/media/Ficheiro:Rondonia\\_in\\_Brazil.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rond%C3%B4nia#/media/Ficheiro:Rondonia_in_Brazil.svg).

WIKIPEDIA. **Rondônia – Município de Rolim de Moura**. Disponível em:  
 <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Rondonia\\_Municip\\_Rol](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/88/Rondonia_Municip_Rol)

imdeMoura.svg/300px-Rondonia\_Municip\_RolimdeMoura.svg.png>. Acesso em: Mar  
2020.

ANEXOS

Um El Dourado  
Chamado  
Rondônia

Gabriel Filipe Cassol Cortez

Compreender a história de Rondônia é compreender a história do Brasil. Ao encarar o currículo proposto pelo livro didático, os alunos têm contato com situações históricas que partem de assuntos bem distantes da sua própria realidade. A ideia de um material como esse tem justamente a proposta de aproximar o conteúdo absorvido pelos alunos da educação básica a uma temática mais local, no caso, a história do município de Rolim de Moura.

Desde as primeiras incursões na terra tido como inóspita, e até certo ponto exótica, portugueses e espanhóis compartilhavam de um sentimento em comum, a cobiça por riquezas alimentada pelo mito de El Dorado. De fato, a suposta cidade feita maciçamente de ouro e perdida na imensidão verde da floresta Amazônica motivou a ocupação da região, desde os primeiros séculos da colonização e cujo os objetivos de encontrar tais riquezas, por mais que frustrados por diversas tentativas, justificam a forma de atuação predatória com a floresta e cruel com os povos que já a habitavam.

Portugueses, aliados a ideia de riquezas inexploráveis de ouro, das quais só ouviam falar com triunfo de sua rival Espanha, trataram de organizar tentativas de proteger o território amazônico contra potenciais invasões de outros Estados Nacionais como a França ainda no século XVI, por mais que as resoluções do Tratado de Tordesilhas ainda estivessem por vigor, e na prática o território amazônico em sua totalidade pertencia a Espanha.

Os rios de Rondônia já vinham sendo navegados por Espanhóis, pois acreditava-se que riquezas poderiam ser encontradas pelo curso de rios como o Madeira. Francisco de Orellana, explorador espanhol conhecido por sua cobiça por ouro comandou as primeiras expedições na região. O tratado, porém, nunca impedira a ação de Jesuítas e Bandeirantes, que apesar de objetivos distintos, e convergente até certo ponto, no trato dos povos indígenas, se guiaram pelos rios e mapeando o território e foram estabelecendo as primeiras poses portuguesas na região do atual Estado de Rondônia.

Na ausência do tão aclamado metal dourado, Bandeirantes dedicavam suas incursões na busca de nativos para escravização e foram responsáveis pelo massacre genocídio de diversos povos indígenas e diversas missões jesuíticas. Os jesuítas, tido

como protetores dos povos e atacados por bandeirantes não são meras vítimas desse processo. Em seu processo de aldeamento a violência era colocada em prática sob uma forma simbólica conhecida como “amansamento”, onde submetidos a uma catequização forçada, nativos eram obrigados a trabalhar na extração de produtos cujo conhecimento havia sido transmitido por eles ao colonizador e que viria a ser um grande negócio: Drogas do Sertão.

Sabe-se que a ação desses dois grupos, sobretudo em relação a sua navegação no curso dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira teve como consequência a reconfiguração dos domínios portugueses na América por meio da assinatura de um novo acordo, o Tratado de Madrid. Os limites definidos pelo Tratado para os territórios da coroa portuguesa são praticamente os limites do atual Estado de Rondônia em relação a Bolívia.

Portugal tratou logo de proteger seus novos domínios estabelecendo uma série de medidas como a criação da Capitania do Mato Grosso. As novas descobertas de ouro na região dos atuais estados de Mato Grosso e Rondônia necessitavam ser defendidas de possíveis ameaças espanholas, e um belo exemplo de uma ação de defesa foram a construção de fortes ao longo dos rios que são os limites da fronteira, em especial ao Real Forte Príncipe da Beira. Apesar das medidas com vistas a proteger seus domínios, a coroa portuguesa jamais conseguiu mobilizar um contingente muito grande de pessoas, que se limitavam a alguns pequenos núcleos de povoamento onde alguns ao se dedicaram a exploração aurífera, abandonavam essas minas quando apresentavam esgotamento. Outros grupos eram remanescentes de missões jesuítas ou algum grupo de pequenos agricultores que viviam em um modelo de subsistência, quase sempre próximos aos rios, já exploravam um produto que seria um divisor de águas na história do Estado: o látex.

As possibilidades da exploração de seringa alteraram em larga escala a organização político econômica da região. Segundo dados da época, a região Amazônica como um todo possuía por volta de 100 mil habitantes, com exceção do grande número de nativos que não eram calculados. Os processos migratórios para a região com objetivos de explorar o látex atraíram milhares de pessoas, onde os atuais limites de Rondônia ocuparam papel de destaque por conta do escoamento da produção que era feita via rota fluvial do Rio Madeira ao Amazonas, chegando a Manaus e Belém.

O látex já era conhecido desde meados dos séculos XVIII como uma das drogas do sertão, mas seu verdadeiro potencial despertou o interesse um século mais tarde por conta do seu subproduto, a borracha, que apresentava possibilidades quanto a sua impermeabilidade. De fato, o processo de vulcanização desenvolvido por Charles Goodyear e Thomas Hancock fora o que transformou o produto objeto de interesses industriais onde o processo deixava o material mais resistente, sendo totalmente compatível com a produção de pneus para a crescente indústria automobilista da época. A exploração de látex nos territórios amazônicos, em especial em Rondônia, pode ser dividida em ciclos, onde o primeiro deles, também conhecido como I Ciclo da Borracha tem seu auge por volta dos anos 1870 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial.

As pessoas que se dedicaram a explorar os limites da floresta amazônica e correr todo tipo de perigo oriundo de uma região praticamente intacta foram em sua maioria nordestinos que fugiam as péssimas condições climáticas e da excessiva concentração de terras na região, herança do período colonial. Essas pessoas contavam em grande parte com a exploração da mão de obra indígena que de fato eram os grandes conhecedores da floresta.

É válido ressaltar que as condições de trabalhos nos chamados seringais não se diferenciavam muito das condições impostas pelo semiárido nordestino. Essas pessoas estavam submetidas as vontades de comerciantes, donos de seringais e intermediadores que de fato eram que os que ficavam com a maior parcela dos lucros exorbitantes atingidos pelo produto na época. Uma outra curiosidade é que apesar de a região do atual estado de Rondônia não ser de fato a maior produtora (perdia para o atual território do Acre e da Bolívia), os impactos proporcionados pelo I Ciclo da Borracha foram decisivos para os futuros arranjos políticos do estado.

O primeiro deles fora a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, mas para entendermos os impactos desse projeto, um tanto ambicioso, é necessário compreendermos o contexto como um todo. Desde meados do século XIX o governo boliviano já se preocupava e estudava maneiras de como escoar sua produção para o exterior. O atual território da Bolívia não tem saída para qualquer oceano, estando os territórios do Brasil a leste e do Chile e Peru para o oeste. Um desses estudos previa a possibilidade de escoar as mercadorias via Rio Madeira em direção ao atlântico pelo

Amazonas, mas as famosas cachoeiras do rio que estão entre os atuais municípios de Guajará Mirim e Porto Velho impossibilitavam sua navegação naquele trajeto.

Ainda naquele contexto o governo, ainda sob a égide do Império, enfrentava o que provavelmente fora seu maior conflito bélico: a Guerra do Paraguai. O governo brasileiro temia uma participação boliviana no conflito ao lado do Paraguai, o que colocaria as frágeis fronteiras dos atuais estados do Mato Grosso e Rondônia sob a possibilidade de serem invadidas. A solução diplomática encontrada pelo governo brasileiro ia de encontro aos objetivos bolivianos quanto a sua necessidade de escoar a mercadoria: o Brasil se comprometeria a abrir o Rio Amazonas e a ajudar a criar mecanismos para o escoamento da produção boliviana através do Tratado de Amizade e Comércio em 1867.

Evitar as cachoeiras era um dos maiores desafios e haviam possibilidades, como a construção de reclusas afim de desviar partes do curso dos rios ou a construção de uma Estrada de Ferro que contornasse esse obstáculo nesse trajeto, ambos projetos super ambiciosos se levarmos em conta a sua magnitude em meio as condições inóspitas da floresta Amazônica. A opção pela linha férrea se demonstrou ser mais viável e os primeiros empreendimentos realizados por uma empresa inglesa fracassaram alegando as péssimas condições de trabalho impostos pela floresta. Paralelamente, os preços do látex atingiam cotações cada vez mais altas no mercado externo o que provocou uma invasão em massa de brasileiros aos territórios do atual Acre, a época pertencente a Bolívia. O governo brasileiro, assim como a Coroa portuguesa na época do Tratado de Madrid, agiria da mesma forma, negociando e realizando arranjos com vistas a ampliar seus territórios e, partindo dessas possibilidades é assinado o Tratado de Ayacucho em 1878 que basicamente era uma extensão do Tratado de Amizade em 1867.

Esse tratado estabelecia novos domínios aos territórios brasileiros que iam de encontro ao controle da nascente do Rio Madeira. A ideia era dar controle dos limites da futura ferrovia afim de que o governo também pudesse usufruí-la. Ainda em 1878 uma outra empresa chamada P.T e Collins foi contratada para construir a ferrovia em um prazo de três anos. Fracassou e desistiu do empreendimento ainda no primeiro ano sob as mesmas alegações da anterior.

A situação com a Bolívia continuava insustentável, a quantidade de brasileiros que haviam invadido os territórios bolivianos do atual Acre beirava a um potencial

conflito devido aos interesses de seringueiros brasileiros e bolivianos. Se por pressão do governo brasileiro ou por uma astuta postura diplomática a solução encontrada fora a assinatura de mais um acordo, o Tratado de Petrópolis em 1903. O Tratado definia que o território do Acre passaria aos domínios brasileiros sob o pagamento de um valor de dois milhões de libras esterlinas e o comprometimento do governo brasileiro em finalmente construir a linha férrea entre o atual Santo Antônio do Madeira e a região de Riberalta, em territórios bolivianos.

A construção começaria dois anos mais tarde sob comando da sob liderança da empresa do Brazil Railway Company, do magnata inglês Percival Farquhar, que controlava outros empreendimentos parecidos no Brasil. Essa etapa da construção sofreu dos mesmos problemas das tentativas anteriores: o isolamento e as condições inóspitas da região. Estima-se que entre brasileiros e estrangeiros, vinte e mil pessoas trabalharam nas obras e o custo humano foi extremamente alto: milhares morreram por conta das péssimas condições de trabalho e malária.

Os traumas envolvendo a construção, que foi finalizada em 1912, foram muito mais altos do que os benefícios. Às vésperas da Grande Guerra, os preços da borracha caíam vertiginosamente no mercado externo por conta da concorrência com o produto inglês, onde as mudas das plantas haviam sido contrabandeadas anos antes e cultivadas na Malásia, prontas para sua exploração. Além disso, as possibilidades de obter lucro com a ferrovia por meio do frete pago pelos bolivianos também fora drenada por conta da construção da ferrovia Cochabamba-Arica que proporcionava uma saída ao pacífico e por meio do Canal do Panamá que encurtava o caminho até o Atlântico.

A ferrovia ainda continuou funcionando sob concessão estadunidense até 1930 e então abandonada, uma vez que os objetivos que nortearam seu projeto de construção não haviam sido atingidos. Ela foi assumida pelo governo brasileiro e operou até 1972 quando foi desativada. A Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi um marco histórico da construção de nosso estado, entretanto, é sempre importante salientar os custos humanos que envolveram esse empreendimento que hoje, praticamente se encontra abandonado.

Muitas pessoas se evadiram da região por conta das questões econômicas mencionadas, e os poucos povoados e vilas que sobraram e tentaram sobreviver à própria sorte, eram motivos de preocupação por parte do governo federal, afinal, Rondônia está

em uma região de fronteira e em meio combates de escala mundial, poderiam ser invadidas. Como visto, guarnecer as fronteiras já era uma preocupação antiga, desde os tempos de Império. Podemos observar que nesse momento, os presidentes da República não tiveram qualquer preocupação no arranjo econômico da região, afinal, a política federal era controlada por uma elite que apenas tutelava a produção de café.

Ainda assim, o isolamento da região e sobretudo a falta de comunicação incomodavam o governo brasileiro, era necessário ter informações mais rápidas de nossas fronteiras! A ideia de construir uma Linha Telegráfica que fornecesse essa agilidade de informações, ligando, a princípio Cuiabá a Santo Antônio do Madeira, (próxima a atual capital – Porto Velho) ganharam força com a eleição de Afonso Pena. Essa ideia ganhou mais força com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), ou seja, agilizada nas informações poderiam ser cruciais para defender as fronteiras brasileiras em caso de invasão. Ainda havia o fato de que boa parte dos seringais serem controlados por seringalistas bolivianos. Isso tudo, associado as questões envolvendo o Acre (lembrem-se que os brasileiros haviam invadido a região) e a notória fragilidade de nossas fronteiras relevadas na Guerra do Paraguai, demonstravam também a necessidade de povoar de forma mais enfática a região.

A responsabilidade de conduzir a obra (mais uma das obras audaciosas que a região assistiu) foi concedida ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, militar, engenheiro por formação, cuja experiência em empreendimentos do tipo já era conhecida. As obras se iniciaram em 1907, onde o próprio Rondon organizou três expedições a fim de conhecer o território e definir o trajeto por onde passaria os empreendimentos, afinal, o território só era bem conhecido no curso de seus rios. A extensão total foi de 1415 quilômetros. Rondon também ficou conhecido por seu trato em relação aos povos indígenas sendo um dos responsáveis pela fundação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio.

As obras foram concluídas em 1915 e de fato por pouco tempo o empreendimento foi utilizado (a tecnologia havia se tornado obsoleta frente a invenção do telefone), mas foi importante para as próximas ações direcionadas a região e comandadas pelo governo federal. O trajeto das Linhas Telegráficas foi utilizado para a construção da BR-029 que

praticamente liga o estado as regiões centro-sul do país e os lugares que foram utilizados como postos de ligação são as principais cidades do Estado.

Vargas, ao assumir o poder em 1930, lidou com uma região praticamente abandonada (estima-se que havia cerca de 20 mil pessoas nos atuais limites de Rondônia) por conta de projetos anteriores que hora tinham interesse puramente econômico ou de guarnição de nossas fronteiras. O discurso governamental defendido pelo presidente era o de integração nacional, sobretudo das regiões mais distantes e isoladas (criar um sentimento de nacionalidade) por ele chamadas de espaços vazios – se referindo especialmente a região amazônica. A distância da região ainda era um fator que dificultava qualquer projeto, que de fato só aconteceu em 1937 com o início da Ditadura Vargas conhecida como Estado Novo. Esse projeto ficou conhecido como Marcha para o Oeste fazendo alusão a processo semelhante que ocorrera em território estadunidense.

Os primeiros projetos para o que viria a ser no período da Ditadura a BR-364 também partiram do governo dele, por meio do Plano Nacional Rodoviário, ainda que apenas 55 quilômetros tenham sido construídos naquele momento. A política conhecida como Marcha para o Oeste impactou a formação de Rondônia sob dois aspectos: a criação das colônias agrícolas – as CAN – e a elevação da região a condição de Território Federal. A elevação da região a essa condição partiu por meio de estudos organizados pelo próprio governo varguista que tinham como intuito propor uma nova reordenação do território brasileiro – outras regiões foram elevadas a condição de Território Federal. O Território Federal do Guaporé foi criado por meio do decreto de Lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943, a confirmação dos limites do território por meio do decreto lei nº 6550 em 1944. O decreto-lei nº 7470 de 1945 estabelecia Guajará Mirim e Porto Velho como as duas únicas regiões administrativas do território.

As colônias agrícolas foram criadas no intuito de atrair contingentes populacionais, sobretudo da região nordeste que ainda vivia sob as mesmas circunstâncias anunciadas no I Ciclo da Borracha (seca e concentração de terra). Tais colônias se instalaram nas regiões próximas aos dois municípios, Guajará Mirim e Porto Velho sem muita expressividade, pois o governo não oferecia qualquer garantia ou condições para a instalação dessas pessoas, modificar a estrutura fundiária já concentrada e a lógica do barracão e controle de extensas áreas de seringais não era interessante.

Todas essas situações acometeram paralelamente com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que apesar de não ter acometido o território brasileiro, muito menos o rondoniense com alguma batalha, teve consequências bem marcantes a formação história do estado de Rondônia. Logo nos primeiros anos de conflito, o Japão bombardeou, como plano de estratégia de destruição de recursos, as valiosas plantações de seringa na Malásia, fazendo com que os Aliados voltassem seus olhos a única região do mundo que poderia suprir essa necessidade: a Amazônia.

Este episódio daria início ao II Ciclo da Borracha, onde o governo estadunidense cobraria uma posição enfática do governo brasileiro (Vargas era tido como um simpatizante do eixo) por meio da assinatura do Acordo de Washington em 1942. Esse acordo previa o financiamento, no valor de 100 milhões de dólares a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, a fim de apoiar o plano de industrialização nacional do governo e em troca o Brasil assumiria lado no conflito e se comprometeria, conjuntamente com o governo estadunidense, a explorar o látex da Amazônia brasileira, fornecendo esse importante recurso para a Guerra. O problema era que no acordo o Brasil se comprometeria a arranjar a mão de obra suficiente, o que em 1942 eram apenas de 35 mil potenciais trabalhadores na região, a necessidade superava a cifra de cem mil pessoas. Mais uma vez os olhos se deslocaram as possibilidades de explorar as péssimas condições de vida no Nordeste e atrair trabalhadores.

Os dois governos trabalharam uniram forças para criar condições e chamar atenção dessas pessoas para as possibilidades de trabalho na região. Os assim conhecidos como Soldados da Borracha (a princípio foram tratados como verdadeiros militares) eram direcionados a região com apoio intenso de propaganda, na qual estariam indo para a Amazônia lutar contra os nazistas. Além de evocar sentimentos patrióticos e nacionalistas, a propaganda governamental iria fazer uso de antigas lendas que sempre inspiraram o direcionamento de pessoas para a região, como O El Dorado. O próprio Departamento de Imprensa e propaganda – DIP – passou a coordenar a campanha de atração de mão de obra, que foi direcionada a outras regiões do Brasil. O governo Varguista queria cumprir o acordo, mas também queria criar condições para fazer com que essa população permanecesse na região. Entretanto, a propaganda era boa demais para ser verdade. No processo inicial de alistamento o governo se dispunha a cumprir

com uma série de obrigações, como transporte, alimentação, equipamentos e abrigo, mas para muitos essa viagem foi somente de ida.

As propagandas de prosperidade da região fizeram com que muitas se alistassem como soldados da borracha do que nas Forças Expedicionárias Brasileiras que lutaram na Europa, mas a realidade imposta a esses trabalhadores ceifou cerca de 30 mil pessoas sem qualquer tipo de amparo. Mais brasileiros morreram lutando na Amazônia do que nos campos de batalha na Segunda Guerra Mundial.

O fim da Guerra estagnou o preço do látex e o mercado interno brasileiro não dava conta de suprir a produção. Entretanto os governos de Dutra e Vargas ainda assim incentivaram muitas pessoas a permanecerem no Território Federal de Rondônia que mais a frente serviria de mão de obra para futuros empreendimentos. Esses trabalhadores se dedicariam a já mencionada atividade de lavoura nas Colônias Agrícolas e ao próprio látex ou outras atividades extrativistas por meio das Extrativistas de Seringa (RESEX). Essas ações governamentais que na realidade ainda tinham o intuito de guarnecer as fronteiras também falharam porque essas pessoas não dispunham de qualquer apoio para produzir e escoar suas mercadorias, permanecendo praticamente isoladas.

A década de 50 trouxe mudanças importantes para o Território de Rondônia. Em 1956 um decreto de lei alteraria o nome da região para Território Federal de Rondônia, uma homenagem ao seu grande “desbravador” Marechal Rondon. A eleição de JK em 1956 e o seu plano de integração nacional a partir da edificação de Brasília também surtiu efeito na retomada e conclusão das obras da BR-029 (posteriormente rebatizada como 364) que ligava Rio Branco a Cuiabá, ainda que não tivesse sido pavimentada.

Por volta de 1960 outro surto econômico abriria as possibilidades de ocupação dessas pessoas: a exploração de cassiterita. Matéria-prima muito cobiçada no mercado externo, a exploração foi entregue as mãos de grandes grupos a partir do início da Ditadura Militar, que proibiria a exploração por pequenos garimpeiros. Mais uma vez essas pessoas ficaram logradas a própria sorte, o que mais a frente representaria um grande problema relacionado a disputas de terras.

A construção da BR-029 não pode ser encarada como uma simples via de ligação do atual Estado com outras regiões do Brasil. O trajeto da rodovia e as facilidades de

transporte trazidos com ela serviram como base para as políticas populacionais direcionadas a Rondônia no período da Ditadura Militar. Essas novas políticas, que ganharam mais destaque a partir de 1970, além de ter como norte resolver o já tão comentado isolamento social, também objetavam resolver problemas de ordem demográfica de outras regiões brasileiras: os problemas relacionados a miséria e a concentração de terras no Nordeste e o intenso processo de minifundização que no sul do Brasil que deixava pouco e nenhum espaço para muitas famílias sobreviverem. Era necessário, porém criar as condições e as justificativas para atrair essas pessoas, semeando as possibilidades que as terras e a agricultura poderiam agregar a vida dessas pessoas.

Na realidade, essas ações dos governos ditatórias estavam dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, que queria ocupar os espaços ditos como vazios, e manter a soberania nacional sobre todo território. É válido lembrar que o mundo vivia sob os auspícios da Guerra Fria e o governo brasileiro mais uma vez temia por suas fronteiras. O projeto inicial de assentamento do governo contava com apoio das determinações da chamada Lei de Terras Devolutas, que entregava ao estado o controle de uma faixa de 100 quilômetros de largura de cada lado da BR-364 e que posteriormente foram as primeiras regiões assentadas. A região ainda observou tentativas de colonização realizadas por empreendimento particulares, que muitas vezes assentavam pessoas em terras já ocupadas levando a União intervir nesse processo. O interesse da União, na realidade era controlar o processo de assentamento e colocá-lo sob tutela do estado. Essas ações que ficaram conhecidas como dirigidas, pois havia certo planejamento que os diferenciava de projetos anteriores, se encaixaram no Plano de Integração nacional, o PIN.

O PIN tinha como lema “integrar para não entregar” e a vontade do Estado em controlar os processos de colonização se fez presente em 9 de julho de 1970 com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo decreto-lei nº 1.110. O órgão ficou responsabilizado por coordenar todos os projetos de assentamento que seriam realizados dentro das terras do estado e de lidar com pessoas e famílias que chegavam aos milhares atrás de oportunidade. A princípio, em suma, o modelo adotado pelo INCRA se dividia em dois modelos de assentamento: os PIC – Projetos Integrados

de Colonização e os PAD – Projetos de Assentamento Dirigidos, onde os primeiros distribuíram lotes de 100 hectares e os segundos de 250, sempre respeitando, pelo menos de início, as terras devolutas da de BR-364. Por disponibilizar maior quantidade de terras, podemos concluir que os critérios utilizados para a seleção das famílias assentadas nos PAD envolviam um poder aquisitivo maior por parte dos mesmos.

O governo fazia uma intensa propaganda das terras e as possibilidades que Rondônia poderia oferecer a quem aceitasse o desafio de sujeitar aos assentamentos e esperava resolver os problemas de ordem demográfica de outras regiões, citados anteriormente. Em geral, se observou um movimento muito maior do que o esperando, onde até mesmo pessoas de grandes centros urbanos procuraram oportunidades fugindo de crises econômicas. Mas na realidade, boa parte das pessoas e famílias já enfrentavam problemas de ordem burocrática logo nos primeiros passos em direção a essas terras, que dificultavam muito o processo. De 1960 a 1980 a população da região praticamente dobrou, e a informação vendida de que era uma terra esquecida e vazia contrastava com muitos moradores que eram os verdadeiros esquecidos na região, e o volume de terras, associado a quantidade de interessados e somados aos atuais moradores não faziam a conta fechar. O INCRA dizia que essas pessoas não tinham os atributos necessários para o assentamento, mesmo já vivendo nessas terras muito antes e diversos conflitos por disputa das terras aconteceram, onde famílias assentadas chegavam as suas terras e se deparavam com regiões já ocupadas. Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, o governo percebeu o problema de oferta e demanda, e passou a limitar a quantidade de terras a 50 hectares pelos Projetos de Assentamento Rápido (PAR) e os Projetos de Assentamento (PA) e a oferecer novas terras. Mesmo assentados, os desafios não acabam. O governo fazia uma série de exigências visando a ocupação da terra o mais rápido possível, não importando as consequências de ordem social e ambiental. As pessoas eram obrigadas a desmatar boa parte dos seus lotes e abrir suas próprias picadas que davam acesso as suas propriedades, trabalho extremamente difícil de ser realizado de forma manual.

Muitos desistiram, abandonaram ou venderam seus lotes na dificuldade de contornar esses problemas e na ausência do poder público que havia prometido ajuda a princípio, sem contar em terras que eram vendidas como extremamente férteis, mas que

na realidade eram extremamente difíceis de gerar qualquer tipo de produção. Lidando com esses desafios, as opções eram escassas: voltar para a terra natal, cuja condições eram, muitas vezes piores, ou se estabelecer nos núcleos urbanos que foram surgindo aonde eram os antigos postes de ligação da Linha Telegráfica ou em postos de controle do próprio INCRA. Esses novos núcleos urbanos também contavam com uma grande quantidade de pessoas que não conseguiram ser assentadas e que passaram a se submeter ao trabalho urbano ou como mão de obra de terceiros no campo. Cidades como Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena todas surgiram a partir disso, mas todas estavam no trajeto da BR-364.

No início dos anos 1980 o programa POLONOERESTE representava os anseios de colonizar outras regiões de potencialidades de Rondônia, fora do eixo da BR-364. Regiões a oeste do Estado, mais próximas da fronteira com a Bolívia, ou seja, resguardando o território e abrindo maior espaço de terras e assentamentos.

### **Rolim de Moura**

Antes pertencente as áreas que delimitavam a região do município de Cacoal, Rolim de Moura foi emancipada a essa condição pelo Decreto-Lei Estadual nº 071 do dia 05 de agosto de 1983. O nome da cidade faz uma homenagem ao primeiro governador da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, nobre português que veio a região a mando do Rei por conta de seu grande conhecimento da área.

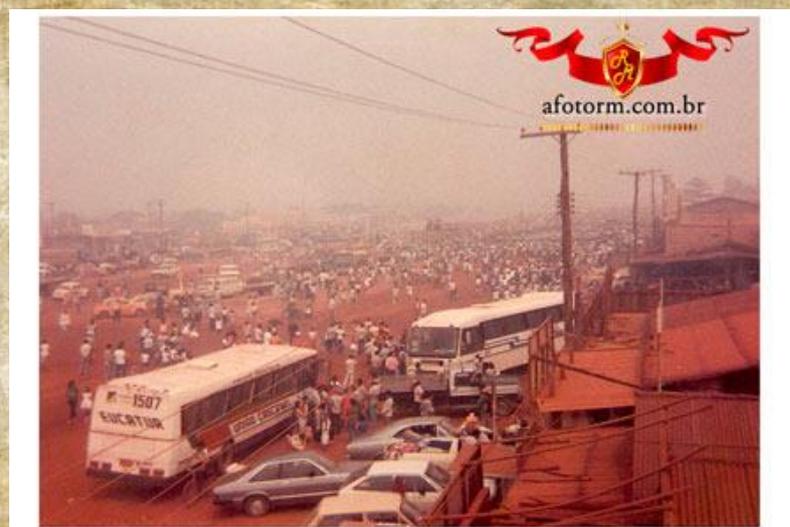
Rolim de Moura se localiza em uma região de municípios conhecida como Zona da Mata, que engloba também Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheira, Nova Brasilândia d'Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Santa Luzia d'Oeste e São Filipe d'Oeste. Sendo a maior cidade, ocupa uma posição de destaque nessa hierarquia urbana, fornecendo oportunidades como atendimento médico e curso superior a diversas pessoas dessa região.

Apesar da área original de Rolim de Moura ter feito parte dos diversos projetos de colonização organizadas pelo governo federal na época, é consenso que o núcleo urbano se originou de forma espontânea devido as grandes possibilidades relacionadas a exploração de madeira. De fato, os primeiros imigrantes foram chegando a região ainda nos anos 1970 e como o INCRA (órgão responsável por assentar famílias nas terras

disponibilizadas pelo estado) não tinha intenção exata de realizar esse processo na área de Rolim, essas pessoas foram abrindo caminho e se organizando de forma espontânea. As madeiras nobres que Rolim de Moura tinha em sua região foram o principal atrativo de imigrantes e cujo relatos e pesquisas evidenciam que em seu auge, a atividade movimentava mais de 100 serrarias e madeireiras em funcionamento. De fato, segundo relatos, a magnitude dessa atividade toda que movimentava caminhões pelas ruas das dezenas, era bem maior do que se pode imaginar. Os imigrantes que vieram para a região seguiram a mesma lógica que os demais ao vir para Rondônia: as propagandas governamentais evidenciavam a possibilidade de iniciar uma nova prospera vida. Quem não foi diretamente influenciado pela propaganda, indiretamente o foi, porque sempre havia alguém conhecido que realizava a intrépida viagem (geralmente os imigrantes vieram do Estado do Paraná, mas há imigrantes das diversas regiões do Brasil) e cujo as notícias dadas aos parentes e contadas uns aos outros evidenciavam essas possibilidades.

Entre os anos 1970 e começo dos anos 1980 a viagem para a região era considerado um grande desafio. Havia possibilidade de vir de avião, restrito apenas a umas poucas pessoas. Em geral se vinha de carro enfrentando as condições extremamente ruins da BR-364, que em épocas de chuva tornava o trajeto muito mais difícil. Muitos falam que de Cuiabá a Cacoal, uma viagem de aproximadamente 1000 quilômetros, chegava a durar uma semana. De Cacoal a Rolim não era diferente. Apesar da proximidade, era comum pessoas virem andando de um município ao outro, porque em estações chuvosas a estrada se tornava um atoleiro completo.

A quantidade de pessoas que chegavam a região todos os dias impressionava a todos e deixavam no ar diversos sonhos e possibilidades de uma vida inteira que havia sido deixada para trás. De famílias, mulheres, crianças acompanhando seus pais, a pessoas sozinhas, que até certo ponto não estavam interessadas somente na atividade madeireira, mas sim nas possibilidades que algo novo poderia criar. Desde atividades comerciais, importantes para o abastecimento da cidade ao ofício de recém formados aventureiros.



(Foto da atual região do centro da cidade onde se localiza a rotatória)

As pessoas desembarcavam nos pontos de parada, hoje localizados no coração da cidade e se deparavam com uma grande quantidade de pessoas que estavam sob a mesma realidade.



(Foto da construção da Igreja Matriz e da atual Praça dos Imigrantes)



(Foto da atual da Igreja Matriz e da atual Praça dos Imigrantes)

Conta-se que diferentemente do que imagina, ao longo dos anos que antecederam a emancipação, a região não era tão pacata quanto se imagina. Há relatos de violência, brigas e mortes, motivadas pelos mais diversos motivos, mas que em geral aconteciam devido a conflitos por terras. Assaltos aos primeiros bancos da cidade e perseguições policiais dignas de filmes também são remoradas pelas pessoas que chegaram aqui nesse momento. Essas situações ainda assim não impediram que as pessoas fossem construindo laços de amizade e parceria, que em meio as dificuldades latentes a todos, relacionadas desde a falta de estrutura a distância de suas famílias, foram importantes para construir um sentimento de união e os primeiros espaços e locais de sociabilidade dessas pessoas.

O receio de ficar doente (a assistência médica mais próxima era Cacoal, e como dito, às vezes era necessário ir andando), a ausência de qualquer tipo de infraestrutura, de água encanada a luz, e a princípio a ausência de escolas, ainda assim denotam um sentimento de nostalgia por todos que vivenciaram os anos 1980 de Rolim de Moura.

As pessoas contam que costumavam se reunir sempre, e que manter uma boa relação de amizade com seus vizinhos era algo do cotidiano. Desfiles e as famosas cavalgadas alusivas aos festejos do aniversário da cidade já faziam parte do cotidiano das pessoas nos anos 1980. As próprias Igrejas, a exemplo da Católica, eram locais e

promoviam festas, reuniões que em geral as pessoas se reuniam, mas existiram também uma série de locais onde esses encontros aconteciam. De pequenos campos de futebol espalhados por vários terrenos ao longo da cidade, aos verdadeiros mananciais que os igarapés que cortavam a cidade e cuja água límpida chamava atenção, a sorveterias, lanchonetes, cinema e praças.

Talvez o mais rememorado desses locais seja a praça 05 de Agosto, que recentemente foi demolida para dar espaço a nova prefeitura da cidade. Ao contar sobre as tardes, sobretudo de sábado e domingo, que passaram nesse local, o que se percebe é um sentimento de saudade de um tempo, que apesar de todas as dificuldades, proporcionava um contato que hoje, na visão dessas pessoas, se perdeu no tempo.



(Foto da antiga Praça 05 de Agosto)



(Foto da construção da nova sede da Prefeitura)

De uma forma geral, o que os atuais habitantes da cidade que vivem desde a época de sua emancipação relatam foi que a cidade passou por inúmeras transformações relacionadas ao processo de urbanização da cidade, sem que houvesse a preocupação com essas obras. Outros ainda atestam que essas mudanças na estrutura urbana foram insuficientes. O fato é que a cidade tem uma diferença notável de paisagens, das quais algumas podem ser observadas:



(Foto da Rua Corumbiara, esquina com a Avenida Fortaleza nos anos 1980)



(Foto da Rua Corumbiara, esquina com a Avenida Fortaleza em 2020)



(Foto Avenida Guaporé, esquina com a Avenida Fortaleza nos anos 1980)



(Foto Avenida Guaporé, esquina com a Avenida Fortaleza em 2020)



(Foto Avenida Guaporé, esquina com a Avenida Fortaleza em 2020)



(Foto Avenida Norte Sul, esquina com a Avenida 25 de Agosto nos anos 1980)



(Foto Avenida Norte Sul, esquina com a Avenida 25 de Agosto em 2020)

Mais do que mudanças estruturais que podem ser facilmente observadas nessas imagens de comparação, há uma mudança de comportamento. Segundo os moradores, as pessoas nos anos 1980 conviviam muito mais e eram muito mais empáticas umas com as outras. Ao que parece, as dificuldades e os desafios impostos pelas condições da época e o fato de muitas pessoas virem sozinhas fez com que um sentimento de solidariedade e amizade surgisse. Amizades essas que são cultuadas e remoradas de longa data remetendo a um tempo que ficou para trás. As pessoas costumam dizer que Rolim de Moura se tornou uma cidade do interior, mas com estilo de vida de um grande centro urbano. Uma vida rápida, atarefada, rotineira, que não deixa tempo para o convívio tão próximo que já existiu um dia. Esse comportamento faz com que locais como a Praça 05 de Agosto seja lembrada por um sentimento de nostalgia muito grande.